

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

A entidade abaixo qualificada requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 96, publicado no Diário Oficial da União, edição de 22 de Dezembro de 2.016, Seção 3, pág. 159, para outorga do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA (RADCOM)**.

E, neste momento, os dirigentes, abaixo qualificados, comprometem-se ao fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial da Lei nº 9.612, de 1.998, da Portaria do Ministério das Comunicações que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo.

Declaramos, ainda, que os dirigentes da entidade residem nos endereços abaixo, todos eles localizados na área da comunidade a ser atendida, e que os mesmos tem bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no Art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Complementar nº 64/1.990 – Lei da Ficha Limpa.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes firmam este Requerimento de Outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

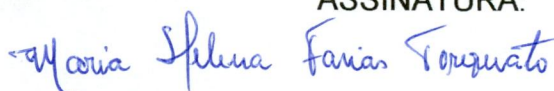
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 24/02/16 às 15:00 horas
Assinatura: Conceição

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
DENOMINAÇÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU	
NOME DE FANTASIA:	
CNPJ: 12.946.707/0001-74	
ENDEREÇO DA SEDE: RUA PADRE CORREIA	
	Nº: 1.300
BAIRRO: CENTRO	CEP: 62.250-000
CIDADE: IPU	UF.: CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO: (e-mail): mouraradiodifusao@live.com	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE	
ENDEREÇO: RUA PADRE CORREIA	
	Nº 1.300
BAIRRO: CENTRO	CEP: 62.250-000
CIDADE: IPU	UF.: CE
COORDENADAS GEOGRÁFICAS DO SISTEMA IRRADIANTE (Padrão GPS-GS 84)	
LATITUDE:	(04)° (19)' (22)" N/S
LONGITUDE:	(40)° (42)' (38)" W

DIRETORIA - EXECUTIVA

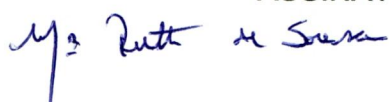
NOME DO DIRIGENTE: MARIA HELENA FARIAS TORQUATO	
CARGO: DIRETORA-PRESIDENTE	TIT. ELEITOR: 008319870710
RG: 840.514	ÓRGÃO EMISSOR: S.S.P.\CE
CPF: 324.154.863-53	
ENDEREÇO: RUA PADRE CORREIA	Nº: 1.305
BAIRRO: CENTRO	CEP 62.250-000
CIDADE: IPU	UF. CE:
ASSINATURA: 	

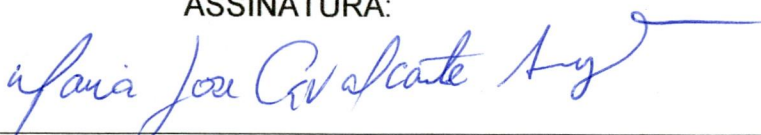


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

NOME DO DIRIGENTE: MARIA RUTH DE SOUSA	
CARGO: DIRETORA-ADMINISTRATIVA:	TIT. ELEITOR: 067898150836
RG: 2004018139503	ÓRGÃO EMISSOR: S.S.P.IE
CPF: 029.001.283-07	
ENDEREÇO: RUA PEDRO TEIXEIRA DO NASCIMENTO	Nº: 994
BAIRRO: PEREIRO	CEP 62.250-000
CIDADE: IPU	UF CE:
ASSINATURA: 	

NOME DO DIRIGENTE: MARIA JOSÉ CAVALCANTE ARAGÃO	
CARGO: DIRETORA-FINANCEIRA	TIT. ELEITOR: 045234070787
RG: 98028011849	ÓRGÃO EMISSOR: S.S.P.IE
CPF: 250.533.455-20	
ENDEREÇO: RUA LEONARDO MOTA	Nº: 1.385
BAIRRO: CENTRO	CEP 62.250-000
CIDADE: IPU	UF.: CE
ASSINATURA: 	

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

ENDEREÇO: RUA PADRE CORREIA	
	Nº 1.305
BAIRRO: CENTRO	CEP: 62.250-000
CIDADE: IPU	UF. CE:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.946.707/0001-74 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 30/11/2010	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R PADRE CORREIA		NÚMERO 1300	COMPLEMENTO
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IPU	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3683-2316	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **19/02/2016** às **21:59:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU, se constitui como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica.

Art. 2º - A sede da Associação será na cidade do Ipu, Estado do Ceará, na Rua: Padre Correia, 1300 – Centro.

Art. 3º - A Associação terá como finalidade a exploração e instalação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitária, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral da comunidade do Município do Ipu (CE), mediante autorização que lhe for outorgada pelo Poder Concedente, conforme o disposto nos incisos de I a V do Art. 3º da Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1.998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 4º - A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas, religiosa, ou de moradores desde que legalmente constituídas e que sejam aprovadas pela Assembléia Geral, e, que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

Art. 6º - Ficam criadas duas categorias de associados, a saber:

1. **CONTRIBUINTES** – São considerados contribuintes quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que contribuam mensalmente com qualquer importância por ele designada.
2. **BENEMÉRITOS** – Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU e à coletividade.

10º tabelionato de notas - Cartório Moreira de Deus
Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza/CE - Fone (85) 3223-0555
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus
AUTENTICAÇÃO – A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas. Dou fé.
Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Ancehno de Oliveira - Escriv. Autorizado
Felipe Nascimento Castro - Escrevente Autorizado

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original e com o selo de autenticidade de**
válido somente com selo de autenticidade de**



Art. 7º - Terão direito a voto nas assembléias as duas categorias de associados: beneméritos e contribuintes, estes últimos poderão ser votados para todos os órgãos da administração e deliberativo, desde que em dia com sua contribuição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º - A organização administrativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO é constituída dos seguintes órgãos:

- I – ASSEMBLÉIA GERAL, órgão deliberativo;
- II – DIRETORIA, órgão executivo;
- III – CONSELHO FISCAL, órgão de controle interno; e
- IV – CONSELHO COMUNITÁRIO, órgão supervisor da programação da RÁDIO FM COMUNITÁRIA.

ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9º - A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, será constituída pelos associados, conforme previsto no Artigo 7º deste Estatuto.

Art. 10º - A Assembléia Geral será dirigida pelo Diretor Presidente da Associação, que convocará um ou dois sócios presentes para servir de secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembléia.

Art. 11 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre (em janeiro, abril, julho e outubro) e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou dos associados em número correspondente a 2/3 (dois terços), no mínimo.

Art. 12 - As reuniões da Assembléia Geral serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por notificação pessoal escrita, indicando as matérias a serem discutidas e votadas. Sendo esta notificação impossível, serão convocadas por meio de edital publicado em órgão da imprensa local, em cujo texto constará da ordem do dia.

§ 1º - As Assembléias instalar-se-ão, em primeira convocação, com maioria de seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número.

§ 2º - As Assembléias com o escopo de destituir administradores e alterar o Estatuto, deverão atender fielmente o preceito insito no parágrafo único do art. 59 do Código Civil.

Art. 13 - São atribuições da Assembléia Geral:

- a) eleger o Presidente e os demais integrantes da Diretoria da Associação;
- b) eleger os membros do Conselho Comunitário, obedecendo rigorosamente as exigências formuladas pelo Artigo 8º da Lei nº 9.612/98;



10º tabelionato de notas - Cartório Moreira de Deus
 Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza/CE - Fone (85) 3223-9565
 Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

AUTENTICAÇÃO - A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas. Dou fé. Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Anselmo de Oliveira - Escrev. Autorizado
 Felipe Nascimento Castro - Escrevente Autorizado
 Vendo somente com selo de autenticidade**



AUTENTICAÇÃO
 Nº EB 826.294



- c) apreciar os relatórios e contas da Diretoria, balanço patrimonial e prestação de contas, requisitando as informações que julgar necessárias, depois do parecer do Conselho Fiscal;
- d) conferir título de associado benemérito da Associação a pessoas físicas ou jurídicas que, a critério da Diretoria, sejam consideradas dele merecedoras, bem como a demissão e exclusão de associados;
- e) autorizar proposta da Diretoria para aquisição ou alienação de bens da Associação, ou constituição de ônus sobre os mesmos;
- f) promover a fiel observância deste Estatuto, podendo alterá-lo, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga de autorização para exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme legislação específica para o serviço;
- g) aprovar, por proposta da maioria dos associados, a extinção da Associação e a destinação de seu patrimônio, na forma do Artigo 31;
- h) deliberar sobre casos omissos.

DIRETORIA

Art. 14 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de 03 (três) anos, permitida a reeleição por igual período.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros da Diretoria deverão manter residência na área da comunidade a ser atendida pela emissora.

Art. 15 - Os membros da Diretoria deverão ser Brasileiros Natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e não poderão estar no exercício de mandatos eletivos que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercerem cargo de supervisão ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro privilegiado.

Art. 16 - A Diretoria será constituída de:

- I - Presidente;
- II - Diretor - Administrativo; e
- III - Diretor - Financeiro.

Art. 17 - Compete a Diretoria Executiva:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;
- b) Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, até 28 (vinte e oito) de fevereiro, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de contas do exercício findo;



10º tabelionato de notas - Cartório Moreira de Deus
 Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza/CE - Fone (85) 3223-3565
 Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

AUTENTICAÇÃO - A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas. Dou fé.
 Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Anselmo de Oliveira - Escriv. Autorizado
 Felipe Nascimento Castro - Escrivente Autorizado

Valida somente com selo de autenticidade



Nº EB 826.296

- c) Orientar toda a administração da Associação;
- d) Compor o quadro de pessoal da **RÁDIO FM COMUNITÁRIA**, privilegiando os membros da comunidade atendida pela emissora.
- e) Apresentar ao Conselho Comunitário a programação da emissora, atendendo, exclusivamente, os interesses da comunidade e dos princípios estabelecidos no Artigo 4º da Lei reguladora do serviço de Radiodifusão Comunitária;
- f) Apresentar à Assembléia Geral os nomes das pessoas físicas ou jurídicas merecedoras do título de associado benemérito da Associação.

Art. 18 –

São atribuições do Diretor – Presidente:

- a) Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, necessário ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- b) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- c) Em conjunto com o Diretor – Financeiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir, desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- d) Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ocorrendo a vacância do cargo

de Presidente o Diretor – Administrativo assumirá o cargo e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído.

Art. 19 –

Compete ao Diretor – Administrativo:

- a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar;
- c) Secretariar as reuniões da Diretoria, lavrando as respectivas atas, revestindo-as das formalidades legais e respondendo ainda pelo seu arquivamento;
- d) Publicar todas as atividades da Associação;
- e) Assinar as correspondências da Associação em conjunto com o Presidente;
- f) Superintender os serviços da Secretaria;
- g) Atender às solicitações e determinações dos órgãos públicos encarregados de setores ligados às atividades da Associação;



10º tabelionato de notas - Cartório Moreira de Deus
Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza/CE - Fone (85) 3223-9565
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

AUTENTICAÇÃO – A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas. Dou fé.
Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Anselmo de Oliveira - Escrev. Autorizado

Wendel César Farias Tavares - Escrevente Autorizado

Válido somente com selo de autenticidade



h) Desempenhar as funções de relações públicas da Associação;

Art. 20 -

São atribuições do Diretor – Financeiro:

- Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;
- Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação;
- Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o Presidente os cheques e ordem de pagamento;
- Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil e o patrimônio móvel e imóvel da Associação;
- Elaborar e apresentar o relatório patrimonial à Assembléia Geral e Conselho Fiscal.

CONSELHO FISCAL

Art. 21 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral, com seus respectivos suplentes.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º - Em caso de vacância ou impedimento, assume o respectivo suplente.

Art. 22 - Compete ao Conselho Fiscal:

- examinar os livros de escrituração da associação;
- examinar os relatórios e a escrituração contábil apresentados pelo Diretor – Financeiro, opinando a respeito;
- opinar sobre aquisição e alienação de bens ou constituição de ônus sobre os mesmos.

CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 23 - O Conselho Comunitário será composto de no mínimo 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como: Associação de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

Art. 24 - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, colaborando com a Diretoria Executiva na elaboração desta programação, com vista ao atendimento dos interesses exclusivo da comunidade e aos princípios do Artigo 4º da Lei de Radiodifusão Comunitária.

Art. 25 - As atividades dos Diretores e Conselheiros serão exercidas sem remuneração, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer bonificação ou vantagem, seja a qual título for.

10º tabelionato de notas - Cartório Moreira de Deus
 Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza/CE - Fone (85) 3223-9561
 Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

AUTENTICAÇÃO - A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas. Dou fé.
 Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Ancelmo de Oliveira - Escrev. Autorizado
 Felipe Nascimento Castro - Escrevente Autorizado

Válido somente com selo de autenticidade

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>



Handwritten signatures and notes on the right margin, including a vertical stamp: c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

CARTÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
CASAMENTO, NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
IPU - CEARÁ
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião Público
Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
Fone: (88) 3683-1255

PATRIMÔNIO

- Art. 26 - O patrimônio da Associação é constituído:
- a) das contribuições dos seus associados, doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido pela **RÁDIO FM COMUNITÁRIA**.
 - b) Pelos bens ou direito adquiridos ou concedidos à entidade por qualquer forma legalmente admitida.

EXERCÍCIO FINANCEIRO

- Art. 27 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
- Art. 28 - Até o dia 30 de Novembro de cada ano, a Diretoria apresentará à Assembléia Geral a proposta orçamentária para o ano seguinte, na qual serão especificadas, separadamente, as receitas e despesas de capital e operação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 29 - Os integrantes da Associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.
- Art. 30 - Os integrantes da Associação são pessoalmente responsáveis pelos atos lesivos que, com dolo ou culpa, causem danos à associação, bem como, nas mesmas condições, a terceiros.
- PARÁGRAFO ÚNICO** - É vedado aos integrantes dos órgãos da Associação conceder aval ou fiança em nome da instituição.
- Art. 31 - Ocorrendo dissolução da Associação, os bens que integram seu patrimônio passarão a outra instituição com finalidades iguais e semelhantes.

Ipú (CE), 19 de Novembro de 2010

CARTÓRIO
TAVARES

Maria Helena Farias Torquato
MARIA HELENA FARIAS TORQUATO
Diretora - Presidente

Brasileira, Casada, Professora Aposentada, residente e domiciliada na cidade do Ipú (CE), portadora da cédula de identidade RG N° 840.514-S.S.P./CE e do CPF de nº 324.154.863-53

Moreira de Deus 10º tabelionato de notas - Cartório Moreira de Deus
Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza/CE - Fone (85) 3223-565
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus
AUTENTICAÇÃO - A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas. Dou fé.
Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Anselmo de Oliveira - Escrev. Autorizado
Felipe Nascimento Castro - Escrevente Autorizado
Válido somente com selo de autenticidade

Selo de Autenticidade
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
QY5P 03
AUTENTICAÇÃO
N° EB 826.311



Handwritten signatures and stamps on the right margin.

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

CARTÓRIO
TAVARES

Maria Célia Bezerra Pontes
MARIA CÉLIA BEZERRA PONTES
Secretária

Brasileira, Solteira, Professora Aposentada, residente e domiciliada na cidade do Ipú (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 7.223.721 – S.S.P./SP e do CPF de nº 733.179.938-04.

CARTÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
CASAMENTO, NOTAS E PROTESTO DE TITULO
IPU - CEARÁ
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião Público
Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
Fone: (080)3683-1255

MARIA JOSÉ CAVALCANTE ARAGÃO

Tesoureira

Brasileira, Casada, Comerciante, residente e domiciliada na cidade do Ipú (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 98028011849 – S.S.P./CE e do CPF de nº 250.533.455-20.

CARTÓRIO
TAVARES

AS

CARTÓRIO
TAVARES

Paulo Pereira de Oliveira

PAULO PEREIRA DE OLIVEIRA

Conselho Fiscal

Brasileiro, Solteiro, Maior, Professor, residente e domiciliado na cidade do Ipú (CE), portador da cédula de identidade RG Nº 2425132-92 – S.S.P./CE e do CPF de nº 638.954.983-00.

Vef 2002 040-00

Paulo Pereira de Oliveira



10º tabelionato de notas - Cartório Moreira de Deus
Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza/CE - Fone (85) 3223-9561
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

AUTENTICAÇÃO – A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas. Dou fé.
Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Ancelmo de Oliveira - Escrev. Autorizado
Feline Nascimento Castro – Escrevente Autorizado

Vale somente com selo de autenticidade**



Autenticado** eletronicamente, após conferência com o original
<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

RECONHECIMENTO A(S) FIRMA(S) DE:
MARIA HELENA VA-
LDES TAVARES DOU FÉ
☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança
23 NOV. 2010
Em testemunho DA VERDADE
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto



VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

RECONHECIMENTO A(S) FIRMA(S) DE:
MARIA CRISTINA VAZ-
DA TAVARES DOU FÉ
☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança
23 NOV. 2010
Em testemunho DA VERDADE
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto



VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

RECONHECIMENTO A(S) FIRMA(S) DE:
MARIA CRISTINA VAZ-
DA TAVARES DOU FÉ
☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança
23 NOV. 2010
Em testemunho DA VERDADE
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto



VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

RECONHECIMENTO A(S) FIRMA(S) DE:
WENDEL CESAR FARIAS TAVARES DOU FÉ
☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança
23 NOV. 2010
Em testemunho DA VERDADE
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto



FV3K 11
REGISTRAL
Registro de Autos, Documentos
e Instrumentos de Comunicação
Nº AD 133.633

1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74
P. REGISTRADO SOB Nº 1956
Nº 804 FIST. DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
IPU-C 23/11/2010
Francisco de Assis Araújo Tavares
Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto



10º tabelionato de notas - Cartório Moreira de Deus
Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza/CE - Fone (85) 3223-5550
Tabelião: Maria Jo Fátima Botelho Moreira de Deus
AUTENTICAÇÃO - A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas No. as Dou. fe.
Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade
Paulo Henrique Angelino de Oliveira - Esc. Autorizado
Felipe Nascimento Castro - Esc. Autorizado
Válido somente com selo de autenticidade



52

01
CARTÓRIO TAVARES - JUIZADO DE REGISTRO CIVIL
CASAMENTO, NOTAS E PROTESTO DE TITULO
IPI - CEARÁ
Francisco de Assis Araújo - Tabelião Público
Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
Fone: (068) 3683-1255

ATA DA ASSEMBLÉIA DA
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO
SEBASTIÃO DE IPU

Aos Vinte Nove dias do mês de Novembro do ano de 2.010 (Dois Mil e Dez), às 9:00 (Nove) horas, na cidade do Ipu, Estado do Ceará, na Rua Padre Correia, 1.300 – Centro, reuniram-se, sob a presidência do **SR. MARIA HELENA FARIAS TORQUATO**: Brasileira, Casada, Aposentada, residente e domiciliado na cidade do Ipu (CE), portador da cédula de identidade RG840.514- S.S.P./CE e do CPF de nº 324.154.863-53, com a finalidade de deliberar a respeito da primeira ata de constituição e eleição dos membros da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU que foi realizada no dia 19 de novembro de 2010 e registrada no Cartório Tavares de Ipu -1º Ofício sob o nº 1956 do livro B09, folha 147 no dia 23 de novembro de 2010. Aberta a reunião a Presidente, usando da palavra disse que, como é do conhecimento de todos os presentes, esta Assembléia objetiva tratar da retificação do endereço da Associação para : **Rua Padre Correia, 1300 – Centro – Ipu – CE -Cep: 62.250-000**, local onde a referida associação funcionará e explicitar que tanto a denominação de ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO foi aprovada, como também o seu estatuto na íntegra. Em seguida o Presidente da Assembléia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida. Prosseguindo, a Presidente facultou a palavra e como ninguém quisesse dela fazer uso, determinou a suspensão da Assembléia pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes.

Ipu (CE), 29 de Novembro de 2010

CARTÓRIO
TAVARES

Maria Helena Farias Torquato
MARIA HELENA FARIAS TORQUATO
Presidente

Brasileira, Casada, Aposentada, residente e domiciliado na cidade do Ipu (CE), portador da cédula de identidade RG Nº 840.514 – S.S.P./CE e do CPF de nº 324.154.863-53.

Moreira de Deus 10º Tabelionato de notas - Cartório Moreira de Deus
Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza/CE - Fone (85) 3223-956
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus
AUTENTICAÇÃO – A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas. Dou fé.
Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Anselmo de Oliveira - Escrev. Autorizado
Felipe Nascimento Castro – Escrevente Autorizado
Válido somente com selo de autenticidade



CARTÓRIO
TAVARES

Maria Célia Bezerra Pontes
MARIA CÉLIA BEZERRA PONTES
Secretária

Brasileira, Solteira, Professora Aposentada, residente e domiciliada na cidade do Ipu (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 7.223.721-S.S.P./SP e do CPF de nº 733.179.938-04.

CARTÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
 CASAMENTO, NOTAS E PROTESTO DE TITULO
 IPU - CEARÁ
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião Público
☐ Wendel Cesar Farias Tavares - Escrevente Substituto
 Fone: (088)3683-1255

CARTÓRIO
TAVARES

Maria José Cavalcante Aragão
MARIA JOSÉ CAVALCANTE ARAGÃO
Tesoureira

Brasileira, Casada, Comerciante, residente e domiciliada na cidade do Ipu (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 98028011849 – S.S.P./CE e do CPF de nº 250.533.455-20.

CARTÓRIO
TAVARES

Paulo Pereira de Oliveira
PAULO PEREIRA DE OLIVEIRA
Conselho Fiscal

Brasileiro, Solteiro, Maior, Professor, residente e domiciliado na cidade do Ipu (CE), portador da cédula de identidade RG Nº 2425132-92 – S.S.P./CE e do CPF de nº 638.954.983-00.



10º tabelionato de notas - Cartório Moreira de Deus
 Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza/CE - Fone (85) 3223-9565
 Tabela: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

AUTENTICAÇÃO – A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas. Dou fé. Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Anselmo de Oliveira - Escrev. Autorizado
 Felipe Nascimento Castro - Escrevente Autorizado
 Válido somente com selo de autenticidade



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



VALIDO SOMENTE SELO DE AUTENTICIDADE

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE: Wendel Cesar Farias Tavares
DOU FE 30 NOV 2010
☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança
Em testemunho DA VERDADE:
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto



VALIDO SOMENTE SELO DE AUTENTICIDADE

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE: Wendel Cesar Farias Tavares
DOU FE 30 NOV 2010
☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança
Em testemunho DA VERDADE:
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto



VALIDO SOMENTE SELO DE AUTENTICIDADE

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE: Wendel Cesar Farias Tavares
DOU FE 30 NOV 2010
☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança
Em testemunho DA VERDADE:
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto



VALIDO SOMENTE SELO DE AUTENTICIDADE

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE: Wendel Cesar Farias Tavares
DOU FE 30 NOV 2010
☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança
Em testemunho DA VERDADE:
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto



REGISTRADO SOB Nº 1963 NO LIVRO
Nº 154 DE REGISTRO
DE 130/14 DOCUMENTOS
IPU 30/11/2010
Em testemunho DA VERDADE:
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ WENDEL CESAR FARIAS TAVARES - Substituto



10º Tabelionato de Notas - Cartório Moreira de Deus
Rua Cassimiro Monteiro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza - CE - Fone (85) 324.9565
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus
AUTENTICAÇÃO - A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Dou fe:
Fortaleza, 02-12-2010 Em testemunho da verdade
Paulo Henrique Anselmo de Oliveira - Escriv. Autorizado
Felipe Nascimento Castro - Escrivente Autorizado
Válido somente com selo de autenticidade



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO
SEBASTIÃO DE IPU**

Aos 27 (Vinte e Sete) dias do mês de Janeiro do ano de 2.016 (dois mil e dezesseis), às 20:00 (vinte) horas, na sede desta Associação, Rua Padre Correia nº 1.300 - Bairro Centro - Município de Ipu, Estado do Ceará, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os associados da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, órgão soberano da vontade social, sob a Presidência da **SRª. MARIA HELENA FARIAS TORQUATO**, (Artigo 13, "in fine" do Estatuto Social vigente), convocada pela Diretora - Presidente, conforme disposição contida no Artigo 10, através de notificação pessoal escrita (Artigo 12), que convidou a mim, **MARIA CÉLIA BEZERRA PONTES**, para secretariar os trabalhos, com o objetivo de deliberar sobre: a) inclusão de novo associado; b) alteração do Artigo 14 do Estatuto Social vigente e c) eleição e posse da Diretoria - Executiva e do Conselho Fiscal. A Presidente comunicou aos presentes que 01 (uma) pessoa física preencheu formulário com o escopo de fazer parte do quadro de associados, conforme previsão contida no Artigo 5º (quinto) do Estatuto Social. A Presidente informou que inexistia impedimento legal e que o pretendo associado se comprometeu manter total fidelidade ao Estatuto e as deliberações dos órgãos administrativos. Entretanto, se faz necessário a aprovação desse nome pela Assembleia Geral. Colocado em votação, foi aprovado por todos os presentes. A Presidente solicitou que fosse inserida nesta ata a qualificação da associada entrante: **MARIA RUTH DE SOUSA** - Brasileira, solteira, maior, nascida em 12\03\1.989, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Ipu, Estado do Ceará, portadora da cédula de identidade RG Nº 2004018139503 - S.S.P.\CE e do CPF de nº 029.001.283-07. A Presidente, usando da palavra, disse que,



como é do conhecimento de todos os presentes, esta Associação participará do Edital de Seleção Pública nº 96, publicado no Diário Oficial da União, edição de 22 de Dezembro de 2.015, Seção 3, página 159, originário do Ministério das Comunicações, que tem como objeto a outorga de autorização, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada (F.M.), de caráter comunitário, na sede deste Município, designando o canal 254 (Freqüência 98.7 MHz). Entretanto, fins cumprir os preceitos contidos no Artigo 40, inciso "V", letra "b" da Norma Reguladora do Serviço - Norma nº 01\2.015, aprovada pela Portaria nº 4.335, de 17\05\2.015, se faz necessário proceder uma alteração no Artigo 14, "in fine", inserindo que será permitido apenas uma reeleição por igual período. A Presidente solicitou que fosse feito a leitura do Artigo 14 (décimo - quarto), com as modificações introduzidas:

DIRETORIA

"Art. 14 - A Associação será dirigida por uma Diretoria - Executiva eleita pela Assembléia Geral, para um período de 3 (três) anos, permitida apenas uma reeleição por igual período."

A Presidente colocou em votação as modificações procedidas no Artigo 14 (décimo - quarto) do Estatuto, sendo aprovada por todos os presentes. Passando ao último da pauta, a Presidente informou aos presentes que o mandato da atual da Diretoria - Executiva e do Conselho Fiscal, expirou no dia 29 de Novembro de 2.013. Por conseguinte, torna-se imperioso proceder a eleição da Diretoria - Executiva e do Conselho Fiscal para o triênio 27 de Janeiro de 2.016 a 27 de Janeiro de 2.019. Consensualmente e, com amparo no Artigo 14, ficou assim constituída a Diretoria - Executiva e o Conselho Fiscal:

DIRETORIA - EXECUTIVA - DIRETORA - PRESIDENTE: **MARIA HELENA FARIAS TORQUATO**; DIRETORA - ADMINISTRATIVA: **MARIA RUTH DE SOUSA** e DIRETORA - FINANCEIRA: **MARIA JOSÉ CAVALCANTE ARAGÃO**.
CONSELHO FISCAL - a) **MARIA CÉLIA BEZERRA PONTES**
Os membros da Diretoria - Executiva e do Conselho Fiscal



CARTÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO
 REGISTRO CIVIL, NOTAS, PROTESTO DE TÍTULOS E
 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
 Wendel Cesar Farias Tavares - Escrevente Substituto
 Fone: (88) 3683-1255 - IPU - CE

foram aclamados e empossados. Em seguida, a Presidente da Assembléia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, esclarecendo que aprovada pelos presentes, deverá proceder ao respectivo registro no cartório de 1º Ofício – Cartório Tavares, comarca de Ipú, Estado do Ceará.

E, sem mais para o momento, eu, MARIA CÉLIA BEZERRA PONTES lavrei a presente ata. (ASS): MARIA CÉLIA BEZERRA PONTES; MARIA HELENA FARIAS TORQUATO; MARIA RUTH DE SOUSA e MARIA JOSÉ CAVALCANTE ARAGÃO.

CARTÓRIO TAVARES

Ipú (CE), 27 de Janeiro de 2016.

Maria Helena Farias Torquato
MARIA HELENA FARIAS TORQUATO
 Diretora - Presidente

CARTÓRIO 2º OFÍCIO IPU - CE

Mª Ruth de Sousa

MARIA RUTH DE SOUSA
 Diretora – Administrativa

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
 1º OFÍCIO
 CNPJ: 05.614.876/0001-74
 10 FEV 2016
 Reconneco a(s) firma(s) de *Maria Helena Farias Torquato*
 () por Autenticidade (X) por Semelhança
 Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
 Wendel Cesar Farias Tavares - Escrevente Substituto
 Nº BY 218692
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO TAVARES

Maria José Cavalcante Aragão
MARIA JOSÉ CAVALCANTE ARAGÃO
 Diretora - Financeira

CARTÓRIO TAVARES

Maria Célia Bezerra Pontes
MARIA CÉLIA BEZERRA PONTES
 Conselho Fiscal

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
 1º OFÍCIO
 CNPJ: 05.614.876/0001-74
 10 FEV 2016
 Reconneco a(s) firma(s) de *Maria Célia Bezerra Pontes*
 () por Autenticidade (X) por Semelhança
 Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
 Wendel Cesar Farias Tavares - Escrevente Substituto
 Nº BY 218693
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

SELO DE AUTENTICIDADE
 02 PLWW
 RECONHECIMENTO DE FIRMA
 5848
 Reconneco a(s) firma(s) por (X) Semelhança () autenticidade de *MARIA RUTH DE SOUSA*
 Dou fe. Ipu-Ce 10 de 02 de 20 16
 Em testemunho de verdade
 () FRANCISCO MAGELA ARAGÃO - XIMENES Tabelião
 () SYLMEA MARIA XIMENES FRETAS Escrevente Substituto
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO ARAGÃO 2º OFÍCIO
 Oficial: Fz Magela Aragão Ximen
 Escrevente: Fz Felipe Martins Paul
 IPU-CE

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

02 LADI
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BY 218704

SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO TAVARES - PUC
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.876/0001-74

Reconheço a(s) firma(s) de Francisco de Assis Araújo Tavares
por Autenticidade por Semelhança
10 FEV 2016
Em Testemunho Wendel Cesar Farias Tavares da verdade
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
Wendel Cesar Farias Tavares - Escrivão Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO CEARÁ
11 REGISTRAL
Reg. de Títulos, Doc. Civil e
de Pessoas Jurídicas
Nº AG 520692
SELO EXTRAJUDICIAL Nº 14883918

CARTÓRIO TAVARES - PUC
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.876/0001-74

Reconheço sob nº 958 no livro nº 182
as fls. 182, de Registro de
Títulos e Documentos. O referido é verdade.
Dou fé. lpu - Coord.
11 FEV 2016
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
Wendel Cesar Farias Tavares - Escrivão Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Avulso: A101
Fol: 182
Tomo: 058



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

(CÉDULA DE IDENTIDADE)

D. R. - Crataia



Maria Helena Farias Torquato
ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

REGISTRO GERAL **840.514.**

NOME **MARIA HELENA FARIAS TORQUATO.**
Felix Pontes de Farias
Maria do Carmo Bezerra.
Ipu-Ce. **17.08.1940**

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO
05.04.76

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

TERRITÓRIO NACIONAL

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ-05.614.870/0001-74

A presente fotocópia confere com a original.

03 dom W3TP
AUTENTICAÇÃO
Nº GR 511590

10

☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ-05.614.870/0001-74

A presente fotocópia confere com a original.

03 WKJJ
AUTENTICAÇÃO
Nº GR 511590

10

☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CÓDIGO DE CONTROLE
532F.88E6.CC46.3D1D

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 08:11:39 do dia 21/08/2014 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
324.154.863-53

Nome
MARIA HELENA FARIAS TORQUATO

Nascimento
17/08/1940

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ-05.614.870/0001-74

A presente fotocópia confere com a original.

03 ILUC
AUTENTICAÇÃO
Nº GR 511590

10

☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ-05.614.870/0001-74

A presente fotocópia confere com a original.

03 PSWA
AUTENTICAÇÃO
Nº GR 511590

10

☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto

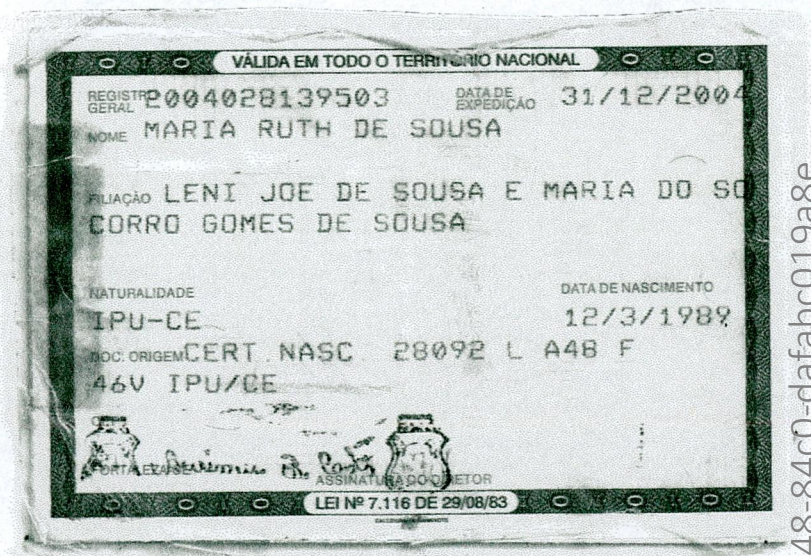
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 16028011847 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/27/1995

NOME MARIA JOSE CAVALCANTE ARADAO

FILIAÇÃO JOSE RIBAMAR CAVALCANTE E MARIA ALENCAR CAVALCANTE

NATURALIDADE FORTALEZA-CE DATA DE NASCIMENTO 8/4/1948

DOC. ORIGEM CERT. CASAM. 902 L B6 F

SIV MARANGUAPE-CE

CPF 25053345520

FORTALEZA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

IPU

BOA DE GRAÇAS E TEBIDOS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MARIA JOSE CAVALCANTE ARAGAO

DATA DE NASCIMENTO 08/04/1948	Nº INSCRIÇÃO 0452 3407 0787	D.V.	ZONA 021	SEÇÃO 0088
MUNICÍPIO / UF IPU/CE			DATA DE EMISSÃO 03/08/2010	

JUIZ ELEITORAL
[Assinatura]

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 03

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
DENOMINAÇÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO DE IPU	
CNPJ: 12.954.720\0001-75	
ENDEREÇO: RUA PADRE CORREIA	Nº 1.305
BAIRRO: CENTRO	CEP: 62.250-000
CIDADE: IPU	UF.: CE
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: JOSÉ GESSI TORQUATO	

Ipu (CE), 10 de Fevereiro de 2.016.


Assinatura

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.954.720/0001-75 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/11/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO FRANCISCO DE IPU			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R PADRE CORREIA	NÚMERO 1305	COMPLEMENTO	
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IPU	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **03/12/2010** às **10:51:00** (data e hora de Brasília).

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/12/2010

<http://www.receita.fazenda.gov.br/prepararImpressao/ImprimePagina.asp>

3/12/2010



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ATA DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO DE IPU

01
CAPITÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
CASAMENTO NOTAS E PROTESTO DE TITULC
IPU - CEARÁ
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião Público
Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
Fone: (088)3683-1255

Aos Vinte dias do mês de Novembro do ano de 2.010 (Dois Mil e Dez), às 18:00 (Dezoito) horas, na cidade do Ipu, Estado do Ceará, na Rua Padre Correia, 1.305 – Boa Vista, reuniram-se, sob a presidência do **SR. JOSÉ GESSY TORQUATO**: Brasileiro, Casado, Aposentado, residente e domiciliado na cidade do Ipu (CE), portador da cédula de identidade RG Nº 2007038579-8 – S.S.P./CE e do CPF de nº 006.018.703-44, com a finalidade de deliberar a respeito dos atos preliminares da referida Associação, os quais convidaram a mim, **MARIA PEREIRA DE SOUSA**, para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião o Presidente, usando da palavra disse que, como é do conhecimento de todos os presentes, esta Assembléia objetiva tratar da constituição de uma Associação, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada (F.M.), de caráter comunitário, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1.998. Esclareceu que: a) A Associação pleiteará junto aos competentes órgãos do Governo Federal a outorga de autorização para exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade do **Ipu**, Estado do **Ceará**, em canal designado pelo Poder Concedente a nível nacional (Artigo 5º); b) Para tanto, é necessário aprovar o Estatuto, bem como autorizar o (a) Diretor (a) Presidente a praticar todos os atos necessários à constituição definitiva da Associação. Em seguida, a Presidente determinou que fosse feita a leitura do projeto do Estatuto, por mim, Secretária. Finda a leitura, o Presidente pôs em discussão o projeto do Estatuto e, como ninguém se manifestou a respeito, foi o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida procedeu-se a eleição dos membros dos órgãos da administração da Associação, conforme o Artigo 8º, apurando-se o seguinte resultado. Para a Diretoria foram eleitos por aclamação: a) **PRESIDENTE: JOSÉ GESSY TORQUATO** - Brasileiro, Casado, Aposentado, residente e domiciliado na cidade do Ipu (CE), portador da cédula de identidade RG Nº 2007038579-8 – S.S.P./CE e do CPF de nº 006.018.703-44 – b) **SECRETARIA- MARIA PEREIRA DE SOUSA**: Brasileira, Divorciada, Agricultora, residente e domiciliada na cidade do Ipu (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 353460-82 – S.S.P./SP e do CPF de nº 244.075.423-49 e c) **TESOUREIRO: KERMILDA SILVA SOUSA** - Brasileira, Casada, Comerciante, residente e domiciliada na cidade do Ipu (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº- 2905371-94 S.S.P./CE e do CPF de nº 856.736.763-87.



02
CARTÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
CASAMENTO, NOTAS E PROTESTO DE TITULO
IPU - CEARÁ
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião Público
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
Fone: (085) 3663-1255

CONSELHO FISCAL: a) **MARCOS ULISSES FARIAS TORQUATO**
Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente e domiciliado na cidade do Ipu (CE), portador da cédula de identidade RG N° 97002464465 – S.S.P./CE e do CPF de nº853.668.703-72. Em seguida o Presidente da Assembléia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, devendo ser processada a inscrição da Associação no registro de pessoas jurídicas – CNPJ, da Secretaria da Receita Federal. Prosseguindo, o Presidente facultou a palavra e como ninguém quisesse dela fazer uso, determinou a suspensão da Assembléia pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Finalmente, a Presidente comunicou que, em face da aprovação do Estatuto pela Assembléia, da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, daria início, imediatamente, aos atos necessários à constituição da ASSOCIAÇÃO, na forma exigida por lei, no que obteve a concordância unânime dos presentes.

Ipu (CE), 20 de Novembro de 2010

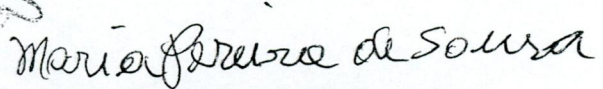
CARTÓRIO
TAVARES


JOSÉ GESSY TORQUATO

Presidente

Brasileiro, Casado, Aposentado, residente e domiciliado na cidade do Ipu (CE), portador da cédula de identidade RG N° 2007038579-8 – S.S.P./CE e do CPF de nº 006.018.703-44.

CARTÓRIO
TAVARES


MARIA PEREIRA DE SOUSA

Secretária

Brasileira, Divorciada, Agricultora, residente e domiciliada na cidade do Ipu (CE), portadora da cédula de identidade RG N° 353460-82–S.S.P./SP e do CPF de nº 244.075.423-49.





03
CARTÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
CASAMENTO, NOTAS E PROTESTO DE TITULO
IPU - CEARÁ
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião Público
Wendel Cesar Farias Tavares - Escrevente Substituto
Fone: (088)3683-1255

CARTÓRIO
TAVARES

Kelmilda Sousa Silva

KELMILDA SILVA E SOUSA

Tesoureira

Brasileira, Casada, agricultora, residente e domiciliada na cidade do Ipu (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº- 2905371-94 S.S.P./CE e do CPF de nº 856.736.763-87.

CARTÓRIO
TAVARES

Marcos Ulisses Farias Torquato

MARCOS ULISSES FARIAS TORQUATO

Conselho Fiscal

Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente e domiciliado na cidade do Ipu (CE), portador da cédula de identidade RG Nº 97002464465 -S.S.P./CE e do CPF de nº 853.668.703-72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

[Handwritten signature]
c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

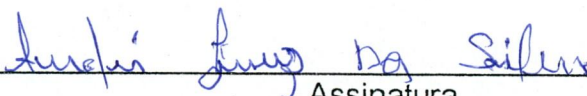
ANEXO 03

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
DENOMINAÇÃO SOCIAL:	ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO PENTE COSTAL E BENESER	
CNPJ:	20 476 484 0005-57	
ENDEREÇO:	R - DR. ARAÚJO	Nº 514
BAIRRO:	ALTO DA BOA VISTA	CEP: 65 250 000
CIDADE:	IPU	UF.: CE
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:	ANDRÉ LUIS DA SILVA	

Ipu (CE), 14 de Janeiro de 2.016.


Assinatura

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.476.484/0001-57 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/06/2014
NOME EMPRESARIAL ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO PENTECOSTAL EBENEZER			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MINISTERIO EBENEZER			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - ORGANIZACAO RELIGIOSA			
LOGRADOURO R DR ARAUJO	NÚMERO 514	COMPLEMENTO	
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO ALTO DA BOA VISTA	MUNICÍPIO IPU	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/06/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **23/06/2014** às **09:26:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso,

http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovant... 23/6/2014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

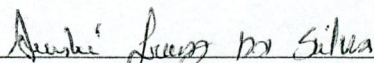
c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

CARTÓRIO
TAVARES
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
Fone: (88) 3633-1111 IPU - CEARÁ

**ATA DA REUNIÃO PARA FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE
DIRETORIA DA ASSEMBLÉIA DE DEUS MINISTÉRIO
PENTECOSTAL EBENÉZER.**

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na rua Dr. Araújo, nº 514, bairro alto da boa vista na cidade de Ipu, Estado do Ceará, CEP: 62.250-000, na sede da assembléia, foi realizada uma reunião para a fundação, eleição e posse da Diretoria da **Assembléia de Deus Ministério Pentecostal Ebenézer**, com o nome de Fantasia (Ministério Ebenézer) onde terá sua sede e domicílio no endereço acima qualificado. Uniram-se de livre e espontânea vontade com o objetivo de fundar uma Igreja Evangélica para fins de promover e implementar reuniões de cultos de louvor e adoração a Deus Pai, ao Filho Jesus Cristo e ao Espírito Santo, objetivando o intercâmbio, a amizade e o companheirismo entre os fieis no corpo de Cristo. Visando também acrescentar ações comuns entre diferentes denominações, grupos e segmentos evangélicos na área de evangelização edificação e ação social. Foi aclamado para presidir a assembléia o **Padre André Luiz da Silva**, que aceitando a incumbência convidou a mim **Wilson Ferreira de Sousa** para secretariar os trabalhos da **Assembléia de Deus Ministério Pentecostal Ebenézer**. O Sr presidente declarou a importância desse momento para toda a população, e seus benefícios para os fieis, e com isso tirou as dúvidas dos mesmos, onde logo prosseguiram com a reunião e votação da chapa única somente em assembléia geral, ficando a **Assembléia de Deus Ministério Pentecostal Ebenézer**, Presidente(a): André Luiz da Silva, Vice – Presidente(a): Joaquim Cordeiro Mororó, Único Secretário(a): Wilson Ferreira de Sousa, Único Tesoureiro(a): Lucilene Gadelha da Silva, e para o Conselho Fiscal ficou assim constituído: Único Fiscal – João Rodrigues da Silva, em seguida o presidente o Sr **Padre André** facultou a palavra e colocou em votação por aclamação, a chapa única que logo foi eleita por unanimidade dos presentes e em seguida foi dado posse um a um em seus respectivos cargos assim ficou constituída a primeira diretoria da **Assembléia de Deus Ministério Pentecostal Ebenézer**. Diante do exposto o presidente Sr **Padre André** pediu que cada fiel fizesse sua parte como associado perante estatuto e agradeceu a presença de todos. Como ninguém quis fazer mais o uso da mesma o presidente deu por encerrado os trabalhos da **Assembléia de Deus Ministério Pentecostal Ebenézer**, e eu único Secretário tive a honra de lavrar a primeira ata da associação que será assinada por mim e os demais membros da diretoria e quem mais quiser assina-lá.

Ipu – Ceará, 15 de março de 2014.



André Luiz da Silva

CPF: 560.061.793-34

RG: 91008031278 SSPDS – CE

Presidente

CARTÓRIO
TAVARES



CARTÓRIO
TAVARES

Joaquim Cordeiro Mororó
Joaquim Cordeiro Mororó
CPF: 534.697.807-06
RG: 060395241 SSP - RJ
Vice Presidente

CARTÓRIO
TAVARES

Wilson Ferreira de Sousa
Wilson Ferreira de Sousa
CPF: 805.284.817-20
RG: 06054646-2 SSP - RJ
1º Secretário

CARTÓRIO
TAVARES

Lucilene Gadelha da Silva
Lucilene Gadelha Da Silva
CPF: 033.531.203-94
RG: 95008009992 SSPDS - CE
1º Tesoureira

CARTÓRIO
TAVARES

João Rodrigues Da Silva
João Rodrigues Da Silva
CPF: 002.532.163-38
RG: 97013010045 SSP - CE
1º Fiscal

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO CEARÁ
0229 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BQ 057.118

CARTÓRIO TAVARES - FUCE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

Em Testemunho da verdade:
☒ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

U 2 JUN 2014

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO CEARÁ
0229 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BQ 057.117

CARTÓRIO TAVARES - FUCE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

Em Testemunho da verdade:
☒ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

U 2 JUN 2014

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO CEARÁ
0229 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BQ 057.118

CARTÓRIO TAVARES - FUCE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

Em Testemunho da verdade:
☒ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

U 2 JUN 2014

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO CEARÁ
0229 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BQ 057.119

CARTÓRIO TAVARES - FUCE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

Em Testemunho da verdade:
☒ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

U 2 JUN 2014

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO CEARÁ
0229 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BQ 057.120

CARTÓRIO TAVARES - FUCE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

Em Testemunho da verdade:
☒ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

U 2 JUN 2014

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO CEARÁ
0229 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BQ 057.119

CARTÓRIO TAVARES - FUCE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

Em Testemunho da verdade:
☒ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

U 2 JUN 2014

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO CEARÁ
0229 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº AF 616.071

CARTÓRIO TAVARES - FUCE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

Em Testemunho da verdade:
☒ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

U 2 JUN 2014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 03

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
DENOMINAÇÃO SOCIAL: IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO CHRISTIAN LIFE		
CNPJ: 32.662.109/0001-73		
ENDEREÇO: RUA GENTIL ELMIRO FARIAS	Nº 39	
BAIRRO: FLORES - ZONA RURAL	CEP: 62250-000	
CIDADE: IPU	UF: CE	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: VALDECY DE SOUSA FROTA		

Ipu (CE), 14 de Janeiro de 2.016.


Assinatura

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.662.109/0001-73 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/10/2010
NOME EMPRESARIAL IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO CHRISTIAN LIFE DE IPU			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - ORGANIZACAO RELIGIOSA			
LOGRADOURO R GENTIL FARIAS	NÚMERO 39	COMPLEMENTO	
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO FLORES	MUNICÍPIO IPU	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO valdecytrota@hotmail.com		TELEFONE (88) 9662-7734	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/10/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **22/02/2016** às **10:27:24** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

22/02/2016 10:20

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ATA DE CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÃO DA UNIDADE
DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS MINISTÉRIO
CHRISTIAN LIFE DE IPÚ - CE

ORIO-TAVARES - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
CASAMENTO, NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
IPU - CEARÁ
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião Público
Wendel César Farias Tavares - Escrevente Substituto
Fones (088)3683-1255

Aos sete (7) dias do mês de Outubro de dois mil e dez, na sede da Igreja situada Gentil Farias numero 39 Distrito Flores -IPU-CE, com a participação dos seguintes membros, Valdecy de Sousa Frota, Brasileiro, casado, pastor, residente a Rua Gentil Farias nº 39 Distrito Flores Ipú-CE, RG 171559-89 SSP/CE, CPF 429.564.393-91; Antônio Marcos Ferreira Araújo, solteiro, agricultor, residente Rua Gentil Farias s/n Distrito Flores Ipú-CE, RG 2007028046534 SSP/CE, CPF 042.735.013-17; Daniele Ferreira de Moraes, solteira, Estudante, residente Sitio Logradouro 04 Distrito Flores Ipú-CE, RG 99028108000, b CPF 030.585.923-45; Aestil Gomes de Lima Frota, casada, do lar, residente a Rua Gentil Farias nº 39 distrito Flores Ipú-CE, RG 407.604, CPF 408.789.962-49. Foi dada iniciada a presente Assembléias para as seguintes ordens do Dia: 1 Constituição e aprovação so Estatuto da **UNIDADE DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS MINISTERIO CHRISTIAN LIFE DE IPU - CE**, 2 Eleição de Diretoria, Dando inicio aos trabalhos foi convidado o sr. Valdecy de Sousa Frota, já acima qualificado para presidir a presente reunião, e que convidou a mim, Daniele Ferreira de Moraes, já acima qualificada, para secretariar a presente reunião. Em seguida foi lida a primeira ordem do dia, que se refere a constituição e aprovação do estatuto da Unidade da Igreja de Ipú-CE, uma vez que sua sede esta estabelecida na cidade de Londres-Inglaterra. Após lido o estatuto em voz alta, ficou aprovado por unanimidade a presente constituição da **IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS MINISTÉRIO CHRISTIAN LIFE DE IPÚ - CE**, que a partir desta data fica constituída. Após a aprovação da primeira ordem do dia, foi lida a segunda ordem do dia, que era a eleição da Diretoria. Como não teve registros de chapas, foi montada uma única chapa, que ficou assim composta e aprovada por unanimidade a diretoria da Igreja, Presidente: Valdecy de Sousa Frota; Vice Presidente Antônio Marcos Ferreira Araújo ; Tesoureiro: Aestil Gomes de Lima Frota e Secretario, Daniele Ferreira de Moraes, todos acima qualificados. Após eleitos e empossados, o presidente da presente assembléia deu por encerrada a presente assembléia, que vai por mim Daniele Ferreira de Moraes assinada e demais componentes da diretoria.

IPÚ - CE 07 de Outubro de 2010.

Aracos



CARTÓRIO
TAVARES

CARTÓRIO
TAVARES

2
CARTÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
CASAMENTO, NOTAS E PROTESTO DE TITULO
IPU - CEARÁ
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião Público
☒ Wendel César Farias Tavares - Escrivão Substituto
Fone: (083) 3683-1255

Valley de Saes Faria
Presidente

Antonio Moura P. Moura
Vice-Presidente

Donete Ferraz de Moura
Secretario

Destil Gomes de Brito
Tesoureiro

SELO DE AUTENTICIDADE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO CEARÁ

CF98 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº AZ 227.625

1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE:
Wendel Cesar Farias Tavares
DOU FÉ

☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança

08 OUT. 2010

Em testemunho DA VERDADE
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto

CARTÓRIO TAVARES IPU-CE

1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

R. GISTRADO SOB Nº 192 NO LIVRO
Nº 369 FOL. 112 DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
IPU-CE 08.10.2010

Wendel Cesar Farias Tavares
FRANCISCO DE ASSIS ARAÚJO TAVARES
WENDEL CESAR FARIAS TAVARES
SUBSTITUTO

AD 068453

SELO DE AUTENTICIDADE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO CEARÁ

D3QF 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº AZ 227.624

1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE:
Antonio Moura P. Moura
DOU FÉ

☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança

08 OUT. 2010

Em testemunho DA VERDADE
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto

SELO DE AUTENTICIDADE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO CEARÁ

1T7Z 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº AZ 227.625

1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE:
Wendel Cesar Farias Tavares
DOU FÉ

☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança

08 OUT. 2010

Em testemunho DA VERDADE
☐ Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
☒ Wendel Cesar Farias Tavares - Esc. Substituto

SELO DE AUTENTICIDADE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO CEARÁ

OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE:
Destil Gomes de Brito
DOU FÉ

☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança

08 OUT. 2010



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 03

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
DENOMINAÇÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO COMUNIT. CULTURAL SÃO SEBASTIÃO DE IPU	
CNPJ: 24.151.410/0001-00	
ENDEREÇO:	Nº
BAIRRO:	CEP:
CIDADE: FM	UF.: CE
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: ENRIQUE PRADO P. GOMES.	

Ipu (CE), 17 de Janeiro de 2.016.

Enrique Prado P. Gomes
Assinatura

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.151.410/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/01/2016
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E SOCIAL DO DISTRITO ABILIO MARTINS - ACAM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACAM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO DT ABILIO MARTINS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO IPU	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO TIAO2001@GMAIL.COM	TELEFONE (88) 9679-0001		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/01/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **22/02/2016** às **10:33:53** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



1 d

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

22/02/2016 10:26

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSESSÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E SOCIAL DO DISTRITO ABÍLIO MARTINS – ACAM

CARTÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL, NOTAS, PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Francisco de Assis Tavares - Tabelião
Wendel Tavares - Escrivão Substituto
Fone: (88) 3683.1255 - IPU - CEARÁ

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (05/09/2015), no Distrito Abílio Martins, s/nº, zona rural, no município de Ipu, CEP 62.250-000, estado do Ceará, reuniram-se em Assembléia Geral cidadãos e cidadãs desta comunidade, para constituir e fundar uma associação de moradores. Nesta oportunidade, assumiu a presidência dos trabalhos, por aclamação, o senhor Ediberto Proust Rufino Gomes, que agradeceu a sua indicação e convidou a mim Jada Alves dos Santos, para secretariar a sessão, o que aceitei. Foi lida a ordem do dia para a qual fora convocada esta Assembléia Geral, que tem os seguintes objetivos: Fundar uma associação civil, sem fins lucrativos; Decidir sobre o nome da Associação; Aprovar o Estatuto; Eleger e Empossar a Diretoria. O senhor Ediberto Proust Rufino Gomes esclareceu sobre a necessidade de criação da referida Associação e sobre a escolha do nome que a Entidade deve ter. Colocado o nome em votação foi decidido que a Entidade será denominada Associação Comunitária Cultural e Social do Distrito Abílio Martins - ACAM. O Presidente da mesa solicitou do secretário a leitura do projeto do Estatuto, que já está dentro dos padrões exigidos pelo Código Civil e também o que preceitua o Ministério das Comunicações em relação ao RADCOM, que após a discussão e intervenções, foi colocado em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, por aclamação. A seguir, o senhor Presidente da mesa determinou que procedesse a eleição da Diretoria da Entidade para o mandato de 03 anos, de conformidade como disposto no Estatuto recém-aprovado. Após a abertura de espaço para apresentação de chapas, apenas uma se apresentou e foi eleita por aclamação, com a seguinte composição: Diretoria- Presidente Ediberto Proust Rufino Gomes; Diretor Administrativo Antônio Mauricio Lopes de Oliveira e Diretor de Operações Jada Alves dos Santos. Prosseguindo, todos foram empossados nos seus cargos. O Presidente recém eleito, que já era presidente da mesa agradeceu o voto de confiança dos associados a esta gestão, e a honrosa presença de todos nesta primeira Assembléia Geral. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Associação encerrou os trabalhos, e eu, Jada Alves dos Santos, que servi de secretário lavrei a presente ATA que lida e achada conforme vai assinada pela diretoria eleita, e deverá ser levada ao cartório competente para ser registrada juntamente com o estatuto.

Ediberto Proust R. Gomes

Ediberto Proust Rufino Gomes

RG: 2004028003784 SSP/CE – CPF: 017.770.313-03

Presidente



Reconhecimento de firma de **EDIBERTO PROUST RUFINO GOMES**
Dou fé. Ipu-Ce, 05 de 09 de 2015.
Em testemunho da verdade.
() FRANCISCO MAGELA KARACI - Tabelião
(x) SYLMEA MARIA LIMA FREIRE - Escrivão Substituto

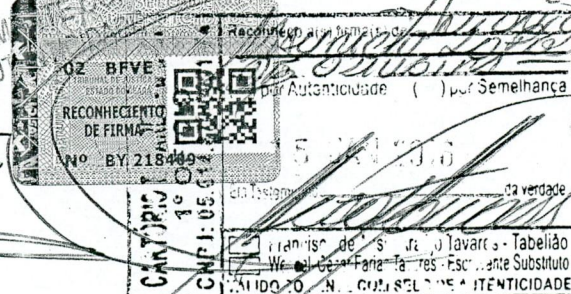
Antônio Mauricio Lopes de Oliveira

Antônio Mauricio Lopes de Oliveira

RG: 2007150154-6 SSP/CE – CPF: 719.815.943-53

Diretor Administrativo

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



Jada Alves dos Santos

Jada Alves dos Santos

RG: 117623520 ISP RJ – CPF: 463.860.407-87

Diretor de Operações



Ipu, 05 de Setembro de 2015.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 03

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
DENOMINAÇÃO SOCIAL: <i>ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOÃO DE IPU</i>		
CNPJ: <i>18.932.637/0001-89</i>		
ENDEREÇO:		Nº
BAIRRO:		CEP:
CIDADE: <i>IPU</i>		UF.: <i>CE</i>
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:		
<i>ANTONIO KELYSON AZEVEDO DE SOUZA</i>		

Ipu (CE), *1º* de Janeiro de 2.016.

Antonio Kelyson Azevedo de Souza.

Assinatura

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

18.932.637/0001-81

MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA

17/09/2013

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE SAO JOSE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO

VL SAO JOSE

NÚMERO

SN

COMPLEMENTO

CEP

62.250-000

BAIRRO/DISTRITO

VILA DE SAO JOSE

MUNICÍPIO

IPU

UF

CE

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

17/09/2013

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **26/09/2013** às **19:20:06** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)





ATA DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DE SÃO JOSÉ

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de Julho do ano de 2.013 (Dois Mil e Treze), às 08:00 (Oito) horas, no Município do Ipu, Vila de São José, Estado do Ceará, na Vila São José, s/nº (sem número) reuniram-se, sob a presidência do **SR. ANTÔNIO KLEYSON AZEVEDO DE SOUZA**, com a finalidade de deliberar a respeito dos atos preliminares da referida Associação, os quais convidaram a mim, **FRANCISCO MARCELO RODRIGUES ALVES**, para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião o Presidente, usando da palavra, disse que, como é do conhecimento de todos os presentes, esta Assembléia objetiva tratar da constituição de uma Associação, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitário, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1.998. Esclareceu que: a) A Associação pleiteará junto aos competentes órgãos do Governo Federal a outorga de autorização para exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, na **VILA DE SÃO JOSÉ**, no Município do **Ipu**, Estado do **Ceará**, em canal designado pelo Poder Concedente a nível nacional (Artigo 5º); b) Para tanto, é necessário aprovar o Estatuto, bem como autorizar o (a) Diretor (a) Presidente a praticar todos os atos necessários à constituição definitiva da Associação. Em seguida, o Presidente determinou que fosse feita a leitura do projeto do Estatuto, por mim, Secretário. Finda a leitura, o Presidente pôs em discussão o projeto do Estatuto e, como ninguém se manifestou a respeito, foi o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida procedeu-se a eleição dos membros dos órgãos da administração da Associação, conforme o Artigo 17, apurando-se o seguinte resultado. Para a Diretoria foram eleitos por aclamação: a) **DIRETOR - PRESIDENTE - ANTONIO KLEYSON AZEVEDO DE SOUZA**: Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 27/04/1. 978, Protético, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº - Vila de São José, portador da cédula de identidade RG Nº 96028063745 -S.S.P./CE e do CPF de nº 624.702.053-87; b) **DIRETOR - ADMINISTRATIVO - FRANCISCO MARCELO RODRIGUES ALVES**: Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultor, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº - Vila de São José, portador da cédula de identidade RG Nº 23223664-92 -S.S.P./CE e do CPF de nº 773.667.603-82 e c) **DIRETOR - FINANCEIRO - JEOVÁ MARINHO FERNANDES**: Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultor, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº - Vila de São José, portador da cédula de identidade RG Nº 98028040008 - S.S.P./CE e do CPF de nº 012.204.663-36. **CONSELHO FISCAL**: a) **FRANCISCO MAURICIO BARROS**: Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 23/09/1. 963, Agricultor, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº - Vila de São José, portador da cédula de identidade RG Nº 98028116969 -S.S.P./CE e do CPF de nº 318.430.773-53; b) **JOSÉ IRISMAR AZEVEDO DE SOUSA**: Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 26/12/1.970, Protético, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº - Vila de São José, portador da cédula de identidade RG Nº 1317985.

Antonio Kleyson Azevedo de Souza
Fernandes

Antonio Kleyson Azevedo de Souza

José Marinho
FERNANDES

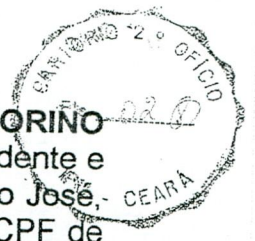
Francisco Marcelo Rodrigues Alves

Francisco Mauricio Barros
Joaquim de Souza

ARF EM IPU-CE
Certificado em 23/07/2013
é válido por 10 (dez) dias



S.S.P./CE e do CPF de nº 538.896.731-04 e c) **ANTÔNIO EUDÁSIO VITORINO ALVES**: Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 01/06/1.990, Agricultor, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº – Vila de São José, portador da cédula de identidade RG Nº 2007448237-2 –S.S.P./CE e do CPF de nº 072.604.553-57. O Presidente lembrou aos presentes que em face do exíguo número de associados comparecentes nesta assembléia, ficamos impossibilitados de eleger os membros suplentes do Conselho Fiscal, conforme previsão contida no Artigo 24 do Estatuto Social. Em seguida o Presidente da Assembléia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, devendo ser processada a inscrição dos atos constitutivos no Cartório de registro de Pessoas Jurídicas da comarca e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal. Prosseguindo, o Presidente facultou a palavra e como ninguém quisesse dela fazer uso, determinou a suspensão da Assembléia pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Finalmente, o Presidente comunicou que, em face da aprovação do Estatuto pela Assembléia, da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, daria início, imediatamente, aos atos necessários à constituição da ASSOCIAÇÃO, na forma exigida por lei, no que obteve a concordância unânime dos presentes.



VILA DE SÃO JOSÉ – IPU (CE), 26 DE JULHO DE 2.013.

Antonio Kleyson Azevedo de Souza

ANTONIO KLEYSON AZEVEDO DE SOUZA
Diretor – Presidente

Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 27/04/1. 978, Protético, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº – Vila de São José, portador da cédula de identidade RG Nº 96028063745 –S.S.P./CE e do CPF de nº 624.702.053-87.

Francisco Marcelo Rodrigues Alves

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES ALVES
Diretor - Administrativo

Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultor, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº – Vila de São José, portador da cédula de identidade RG Nº 23223664-92 –S.S.P./CE e do CPF de nº 773.667.603-82.

Francisco Marcelo Rodrigues Alves
Francisco Marcelo Rodrigues Alves
Francisco Marcelo Rodrigues Alves
Francisco Marcelo Rodrigues Alves

ARF EM IPU-CE.
Certifico que este documento é cópia fiel do Original.



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafab019a8e



Jeová Marinho

Fernandes

JEOVÁ MARINHO FERNANDES
Diretor – Financeiro

Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultor, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº – Vila de São José, portador da cédula de identidade RG Nº 98028040008 – S.S.P./CE e do CPF de nº 012.204.663-36.



Francisco Maurício Barros

FRANCISCO MAURICIO BARROS
Conselho Fiscal

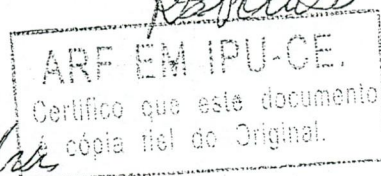
Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 23/09/1. 963, Agricultor, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº – Vila de São José da Serra, portador da cédula de identidade RG Nº 98028116969 – S.S.P./CE e do CPF de nº 318.430.773-53.



JOSÉ IRISMAR AZEVEDO DE SOUSA
Conselho Fiscal

Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 26/12/1.970, Protético, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº – Vila de São José da Serra, portador da cédula de identidade RG Nº 1317985 – S.S.P./CE e do CPF de nº 538.896.731-04.

João Irismar Azevedo de Sousa



Antônio Eudásio Vitorino Alves

ANTÔNIO EUDÁSIO VITORINO ALVES
Conselho Fiscal

Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 01/06/1.990, Agricultor, residente e domiciliado no Município do Ipu (CE), na Vila São José, s/nº – Distrito de São José da Serra, portador da cédula de identidade RG Nº 2007448237-2 – S.S.P./CE e do CPF de nº 072.604.553-57.

Abdon Paula Neto
Abdon Paula Neto
OAB-CE 6722

Francisco Marcelo Rodrigues Alves
Francisco Maurício Barros
João Irismar Azevedo de Sousa
Jeová Marinho Fernandes



ANEXO 03

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
DENOMINAÇÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO ESTACÃO SERENIDADE DO SABER GERARDO AYRES DE SOUSA	
CNPJ: 05.972.362/0001-68	
ENDEREÇO: Rua P. ARELIANO	Nº 828
BAIRRO: NOVA ALDEOTA	CEP:
CIDADE: IPU	UF.: CE
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: ANA NERY DE PAIVA ARIFF	

Ipu (CE), 14 de Janeiro de 2.016.

Ana Nery de Paiva Arip
Assinatura

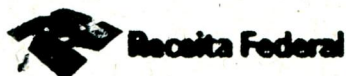
ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.972.362/0001-68 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/11/2003
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO ESTACAO DO TEMPO: SERENIDADE DO SABER GERARDO AYRES DE SOUZA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****	
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF **
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL BAIXADA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/02/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL OMISSAO CONTUMAZ			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **22/02/2016** às **10:25:02** (data e hora de Brasília).

Deseja emitir a Certidão de Baixa?

☒ Sim ☐ Não

Página: 1/1



ATA DA 1ª ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO ESTAÇÃO DO TEMPO:

SERENIDADE DO SABER GERARDO AYRES DE SOUZA

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às dezenove horas e trinta minutos, na sede do Sindicato Rural de Ipu, realizou-se a 1ª Assembléia Geral para a criação da Associação Estação do Tempo : Serenidade do Saber Gerardo Ayres de Souza. A idealizadora da Associação Ana Nery Paiva Aires deu início a reunião dando boas vindas a todos os presentes e em seguida, a oração inicial pronunciada por um membro da Associação que resgatou o valor da oração. A senhora Ana Nery, esclareceu o objetivo e os procedimentos necessários para a abertura desta grande Associação que hora está em formação. Logo em seguida a professora Maria das Graças Aires Martins, leu um lindo histórico ou melhor, os dados biográficos do senhor Gerardo Ayres de Souza, pessoa humilde, generosa, amigo de todos e que dedicou sua vida a igreja. O trabalho honesto o tornou, aquela pessoa amiga e admirável. A sua humildade e a sua bondade o fizeram bater o Record em número de afilhados no município de Ipu . Foram tantos, que perdeu a conta. A igreja o identificou como aquele cristão diferente, respeitado, piedoso, fraterno amigo e de fé inabalável. Fez uso da palavra o professor de Educação Física Aquiles Peres Mota Sobrinho, a professora Ioneide Pinto Lins, a professora Ana Maria Melo Aragão, a coordenadora da Educação Infantil Ivoneide Fernandes Rodrigues, a professora Antonieta de Maria Batista de Sousa que comovidas deixaram suas mensagens e o desejo de participarem deste grande projeto. Dando continuidade a coordenadora Ana Nery Paiva Aires colocou em votação e empossou a primeira Diretoria Executiva da Associação que ficou formada dos seguintes membros: Presidente - Ana Nery Paiva Aires, Vice-presidente - Aquiles Peres Mota Sobrinho, 1º secretário, Jandy Camargo Gomes da Silva, 2º secretário - Antonia de Maria Batista de Sousa, 1º tesoureiro - Ana Maria Melo Aragão, 2º tesoureiro - Mirtes Paulino Mota, e o Conselho Fiscal composto dos membros: 1º Conselheiro - Maria das Graças Aires, 2º Conselheiro - Ioneide Pinto Lins do Nascimento e 3º Conselheiro Manoel Josino de Freitas Filho. Foi feito o cadastro do idoso e a ficha de inscrição dos participantes presentes. Dou fé, a tudo que aqui foi escrito e nada mais tendo a declarar, eu Jandy Camargo Gomes da Silva, lavrei a presente ata que se aprovada por todos, será assinada por mim, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal e demais presentes.



ANEXO 03

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
DENOMINAÇÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS MUNDOS DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES		
CNPJ: 05.793.909/0001-68		
ENDEREÇO:		Nº
BAIRRO: PARQUE DE EXPOSIÇÕES	CEP:	
CIDADE: IPU	UF.: CE	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO ANASTO DE MARIAS		

Ipu (CE), 17 de Janeiro de 2.016.

Antonio Anasto de Marias
Assinatura

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.793.909/0001-68 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/07/2003
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS MORADORES DO PARQUE DE EXPOSICAO / CAJUEIROS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DOS MORADORES DO PARQUE DE EXPOSICAO / CAJUE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO SIT CAJUEIROS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ZONA RURAL	
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO PARQUE DE EXPOSICAO	MUNICÍPIO IPU	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **21/02/2016** às **18:00:33** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

AOS DEZESEIS DIAS NO MÊS DE JULHO DO ANO 2011 ÀS 16:30H FOI RENOVADA A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO CAJUEIROS PARQUE DE EXPOSIÇÃO IPU-CE POR TEMPO INDETERMINADO. .



PRESIDENTE-ANTONIO ARAÚJO DE MARIA
VICE-PRESIDENTE-RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA
1º SECRETÁRIO(A)-ILARISSA OLIVEIRA ARAÚJO
2º SECRETÁRIO(A)- SEBASTIÃO PIRES AGUIAR
1º TESOUREIRO(A)- AURÍ SOLANGE OLIVEIRA ARAÚJO
2º TESOUREIRO(A)- JOÃO BARBOSA DA SILVA
SUPLENTE DE TESOUREIROS- LUIS CAMELO DE ALMEIDA
FRANCISCO CAMELO DE DEUS
RAIMUNDO GOMES DE SOUSA

CONSELHO FISCAL: ANTÔNIO TEIXEIRA DE AGUIAR
LUZANIRA FARIAS PEREIRA

1º SUPLENTE- CÍCERO VIEIRA DE ARAÚJO
2º SUPLENTE- MARIA LUCIMAR CAMELO DE SOUSA
ANTÔNIO ARAÚJO DE MARIA
RAIMUNDO GOMES DE SOUSA
LARISSA OLIVEIRA ARAÚJO
SEBASTIÃO PIRES AGUIAR
AURI SOLANGE OLIVEIRA ARAÚJO
JOÃO BARBOSA
LUIZ CAMELO DE ALMEIDA
FRANCISCO CAMELO DE DEUS

ATA DE REELEIÇÃO E POSSE DA DIRETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO, AOS DEZESEIS DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2011, NA CASA REDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO CAJUEIRO, EXPOSIÇÃO ACONTECEU UMA REUNIÃO, COM OS ASSOCIADOS PARA RENOVAÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA REFERIDA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PARQUE DE EXPOSIÇÃO CAJUEIRO, IPU-CE APÓS A REUNIÃO FOI COLOCADA EM VOTAÇÃO E A DIRETORIA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. VOTANTES = A CHAPA ÚNICA, FICANDO ASSIM ELEITA CONFORME ABAIXO FINALIZAÇÃO A REUNIÃO O PRESIDENTE ELEITO AGRADECE A DEUS E A PRESENÇA DE TODOS E TAMBÉM OS VOTOS.



Presidente

Vice-Presidente

Raimundo Pereira de Sousa

1º Secretário

Marissa Oliveira Araújo

2º Secretário

Sebastião Pires Aguiar

1º Tesoureiro

Auri Solange Oliveira Araújo

2º Tesoureiro

x João Barbosa

Suplentes Tesoureiro

Luís Comodo de Amorim
Francisco Camelo de Deus

x Raimundo Gomes de Souza

Conselho Fiscal

Antônio Teixeira de Aguiar
Luzarina Farias Pereira

1º Suplente

x Clelio V. Melo de Azevedo

2º Suplente

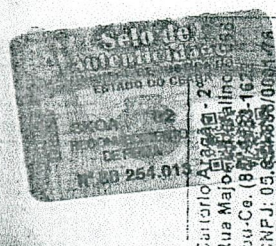
x Maria Lucimar Camelo de Souza



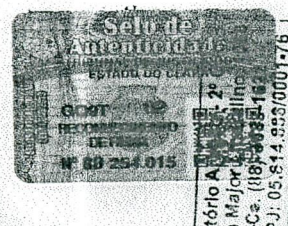
Reconheço a(s) firma(s) por
() Semelhança () autenticidade de
Antônio Araújo de
Marina
Dou fe. Ipu-Ce. de 20/11
Em testemunho da verdade.
() FRANCISCO MAGELA ARAGÃO XIMENES
Tabelião
(x) SYLMÉA MARIA LIMA FREITAS XIMENES
Escrevente Substituta
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



Reconheço a(s) firma(s) por
() Semelhança () autenticidade de
Marissa Oliveira
Araújo
Dou fe. Ipu-Ce. de 20/11
Em testemunho da verdade.
() FRANCISCO MAGELA ARAGÃO XIMENES
Tabelião
(x) SYLMÉA MARIA LIMA FREITAS XIMENES
Escrevente Substituta
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



Reconheço a(s) firma(s) por
() Semelhança () autenticidade de
Raimundo Pereira
de Sousa
Dou fe. Ipu-Ce. de 20/11
Em testemunho da verdade.
() FRANCISCO MAGELA ARAGÃO XIMENES
Tabelião
(x) SYLMÉA MARIA LIMA FREITAS XIMENES
Escrevente Substituta



Reconheço a(s) firma(s) por
() Semelhança () autenticidade de
Sebastião Pires
Aguiar
Dou fe. Ipu-Ce. de 20/11
Em testemunho da verdade.
() FRANCISCO MAGELA ARAGÃO XIMENES
Tabelião
(x) SYLMÉA MARIA LIMA FREITAS XIMENES
Escrevente Substituta



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 03

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
DENOMINAÇÃO SOCIAL: <u>ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE HARMONIA</u>		
CNPJ: <u>05951753/0001-04</u>		
ENDEREÇO: <u>RUA MANUEL VENÂNCIO</u>		Nº <u>01A</u>
BAIRRO: <u>NOVA ALDEOTA</u>	CEP: <u>62250-000</u>	
CIDADE: <u>IPU</u>	UF: <u>CE</u>	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: <u>FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES CASTRO JR</u>		

Ipu (CE), 17 de Janeiro de 2.016.

Fco DAS CHAGAS RODRIGUES CASTRO JÚNIOR
Assinatura

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.951.753/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/10/2003
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNIDADE HARMONIA MUNICIPIO DE IPU/CE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R MANOEL VENANCIO	NÚMERO 01	COMPLEMENTO A	
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO NOVA ALDEOTA	MUNICÍPIO IPU	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO freitasmartinscontabilidade@bol.com.br		TELEFONE (88) 9927-2968 / (88) 9656-0298	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **22/02/2016** às **10:26:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE HARMONIA MUNICÍPIO DE
IPU-CE.

Aos 20 (vinte) dias do mês de Dezembro do ano de 2.015 (dois mil e quinze), às 19:00 (dezenove) horas, na sede da Associação, Rua Manoel Venâncio nº 01 – A – Nova Aldeota – neste Município, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os membros da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COMUNIDADE HARMONIA MUNICÍPIO DE IPU-CE**, sob a Presidência do **SR. JOAQUIM CORDEIRO MORORÓ**, convocada pela Diretoria – Executiva, através de notificação pessoal escrita, que convidou a mim, **MARIA GORET BIZERRA FARIAS**, para secretariar os trabalhos, com o objetivo de deliberar sobre: a) inclusão de novo associado; b) apreciação de renúncia voluntária de associados e c) eleição e posse da Diretoria – Executiva e do Conselho Fiscal. Dando início aos trabalhos, o Presidente lembrou mais uma vez aos presentes, que esta associação autuou processo junto ao Ministério das Comunicações (53000.064905\2010) em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 02\2010, que tem como objeto a outorga de autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária (RadCom), na sede deste Município. O Presidente comunicou aos presentes que 01 (uma) pessoa física preencheu formulário com o escopo de fazer parte do quadro de associados, conforme previsão contida no Artigo 5º (quinto) do Estatuto Social. O Presidente informou que inexistia impedimento legal e que o pretendo associado se comprometeu manter total fidelidade ao Estatuto e as deliberações dos órgãos administrativos. Entretanto, se faz necessário a aprovação desse nome pela Assembleia Geral. Colocado em votação, foi aprovado por todos os presentes. O Presidente solicitou que fosse inserida nesta ata a qualificação do associado entrante: **FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES CASTRO JÚNIOR**: Brasileiro, casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, Educador Físico, residente e domiciliado neste Município, na Rua Manoel Venâncio nº 01 – Nova Aldeota, portador da cédula de identidade RG Nº 2001028110365 - S.S.P./-CE e do CPF de nº 048.274.823-92 Em seguida, o Presidente comunicou aos presentes que os **SRS. LUIZ MICERLÂNGELO AMARANTE DA SILVA, e FELIPE CARLOS MARQUES**, apresentaram renúncia voluntária do quadro de associados desta Associação. Dando prosseguindo, o Presidente informou aos presentes que o mandato da atual da Diretoria – Executiva e do Conselho Fiscal, expirou no dia 01 de Outubro de 2.013. Por conseguinte, torna-se imperioso proceder a eleição Lembrou,



ainda, que ficou inexecutível o cumprimento dos preceitos insitos no Artigo 14, §§ 1º e 2º do Estatuto Social vigente, que regula o processo eleitoral. A **SRª FRANCISCA ISIS FARIAS PASSOS** lembrou aos presentes que a Assembléia Geral é o órgão soberano da vontade social da Associação, pois é constituída pelos associados, conforme previsão contida no Artigo 10 do Estatuto. Portanto, sugeriu ao Presidente que esta assembléia procedesse a eleição e posse dos membros da Diretoria - Executiva e do Conselho Fiscal para o triênio 20 de Dezembro de 2.015 a 20 de Dezembro de 2.018. O Presidente colocou em votação a sugestão apresentada, sendo aprovado por todos os presentes. Em seguida foi apresentada pelos presentes chapa única, assim composta: **DIRETORIA - EXECUTIVA: a) DIRETOR - PRESIDENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES CASTRO JÚNIOR; b) DIRETORA - ADMINISTRATIVA: MARIA GORET BIZERRA FARIAS e c) DIRETORA - FINANCEIRA: FRANCISCA ISIS FARIAS PASSOS** **CONSELHO FISCAL: a) JOAQUIM CORDEIRO MORORÓ.** Os membros da Diretoria - Executiva e do Conselho Fiscal foram aclamados e empossados. Em seguida, o Presidente da Assembléia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, esclarecendo que aprovada pelos presentes, deverá proceder ao respectivo registro no cartório de 2º Ofício - Cartório Araguaia, comarca de Ipú, Estado do Ceará.

E, sem mais para o momento, eu, MARIA GORET BIZERRA FARIAS, lavrei a presente ata. (ASS): MARIA GORET BIZERRA FARIAS; JOAQUIM CORDEIRO MORORÓ; FRANCISCA ISIS FARIAS PASSOS e FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES CASTRO JÚNIOR.

Ipú (CE), 20 de Dezembro de 2015.

Francisco das Chagas Rodrigues Castro Junior
FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES CASTRO JÚNIOR
Diretor - Presidente

Maria Goret Bizerra Farias
MARIA GORET BIZERRA FARIAS
Diretora - Administrativa

Reconheço a(s) firma(s)

Francisco das Chagas Rodrigues Castro Junior
Maria Goret Bizerra Farias

Em Testemunho, *Raimunda Maria de Oliveira Fernandes - Tabate* da verdade

RAIMUNDA MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES - TABATE
Bel Luiz Nazareno de Oliveira Fernandes - Substituto
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

2015-12-20 14:00:00
CARTÓRIO DE 2º OFÍCIO
IPÚ - CE

RECONHECIMENTO DE FIRMA
Nº. EX 917

CARTÓRIO DE 2º OFÍCIO
CNPJ nº 04/0001-20
Rua Jansen, 178



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Francisca Isis Farias Passos
FRANCISCA ISIS FARIAS PASSOS
Diretora - Financeiro

Joaquim Cordeiro Mororó
JOAQUIM CORDEIRO MORORÓ
Conselho Fiscal

02 LFMN
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BY 546154
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BY 546155

Reconhecimento da(s) firma(s) por
(N) Semelhança () autenticidade de
votação por escrito
Francisca Isis Farias Passos
Doutor (ou) Co- 18 de 03 de 2016
Em testemunho de veracidade
() FRANCISCO MAGELA ARAGÃO XIMENES
Tribunal
() SYLMEA MARIA LIMA FREITAS
Tribunal

02 RYJW
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BY 546153

Reconhecimento da(s) firma(s) por
(N) Semelhança () autenticidade de
votação por escrito
Doutor (ou) Co- 18 de 03 de 2016
Em testemunho de veracidade
() FRANCISCO MAGELA ARAGÃO XIMENES
Tribunal
() SYLMEA MARIA LIMA FREITAS
Tribunal

CARTÓRIO ARAGÃO 2º Ofício
Oficial: Fº Magela Aragão Ximenes
Escriturante: Fº Felipe Martins Pauli
IPU-CE

CARTÓRIO ARAGÃO 2º Ofício
Oficial: Fº Magela Aragão Ximenes
Escriturante: Fº Felipe Martins Pauli
IPU-CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 03

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
DENOMINAÇÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS HERITORES DE ABILHO MARTIS			
CNPJ: 274.405.010-8			
ENDEREÇO: ABILHO MARTIS ZONA RUAH			Nº
BAIRRO:		CEP:	
CIDADE:		UF:	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS			

Ipu (CE), 10 de Janeiro de 2.016.

Jose Raimundo dos Santos
Assinatura

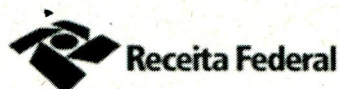
ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.170.386/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/05/2013
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DE ABILIO MARTINS - AAABM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AAABM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R JOAO SOARES SAMPAIO	NÚMERO 96	COMPLEMENTO	
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO ABILIO MARTINS	MUNICÍPIO IPU	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3683-5098	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/05/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **22/02/2016** às **09:54:42** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPU

Criação da Associação dos Agricultores de Abílio Martins

- AAABM -

Aos dezenove dias do mês de Março do ano de dois mil e treze, às quatro horas, no colégio E.M.E.F Abílio Martins reuniram-se, em Assembléia Geral cidadãos e cidadãs de Abílio Martins para constituir e fundar a "Associação dos Agricultores de Abílio Martins" com a sede localizada na Rua João Soares de Sampaio nº 96. Esta Associação esta sendo fundada a fins de adquirir recursos que venham beneficiar a comunidade de Abílio Martins. A primeira Assembléia Geral teve início da palavra com o Sr. Mauricio Soares que passou a palavra para o Sr. Francisco Rodrigues Belo, o presidente da federação das associações do município de Ipueiras, todos votaram a favor da diretoria, não teve nenhum voto contra, Nesta oportunidade, assumiu a presidência dos trabalhos, por aclamação, o Sr JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS, residente na localidade de Abílio Martins, qual agradeceu a sua indicação e convidou Eu, FRANCISCO GUTENBERG RODRIGUES DE OLIVEIRA para secretariar a sessão, sendo inicialmente apresentado da qual foi aprovada por unanimidade, no sentido de ser aprovado pelos associados, após uma reflexão, foi colocada em votação os mesmos decidiram em eleger por aclamação que teve apoio unânime dos sócios presentes se tornando um momento solene com a FUNDAÇÃO e ELEIÇÃO, dos diretores que terão um mandato de 2 (dois) anos, a contar do dia 19 de Março de 2013 a 19 de março de 2015. Diretoria assim constituída pelo Presidente, JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS, vice, FRANCISCO JAMES ARAUJO DE SOUSA, secretario, FRANCISCO GUTENBERG RODRIGUES DE OLIVEIRA, suplente, MANOEL BEZERRA DE LIMA, tesoureiro, MAX VIEIRA NUNES, suplente, PAULO ROBERTO PAULINO DE SOUSA, Conselho Fiscal Efetivos, DEUSIMAR NUNES BEZERRA, ADAUTO GONÇAVESE E MARIA DICELENE ARAUJO NUNES, Suplentes, VALDEMAR MARINS DE AZEVEDO, ANTONIO FRANCISCO FERREIRA LIMA E ANTONIO RAIMUNDO DE SOUSA. O presidente recém eleito assumiu a direção dos trabalhos agradecendo o voto de confiança dos associados à esta gestão, e a honrosa presença de todos nesta primeira Assembléia geral. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Associação encerrou os trabalhos, e Eu, FRANCISCO GUTENBERG RODRIGUES DE OLIVEIRA de tal, que servi de Secretário (a) lavrei a presente ATA que lida e achada conforme, vai por mim assinada, pelo Presidente da mesa, contendo também, a assinatura de todos os associados fundadores.

IPU, 19 de março de 2013.

01
CARTÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL, NOTAS, PROTESTO DE TÍTULOS E
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
Wendel Cesar Farias Tavares - Escrevente Substituto
Fone: (88) 3683-255 - IPU - CEARÁ



CARTÓRIO
TAVARES

Jose Raimundo dos Santos
JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS

PRESIDENTE

Francisco James Araujo de Souza

FRANCISCO JAMES ARAUJO DE SOUZA

VICE-PRESIDENTE

Francisco Gutemberg R. de Oliveira

FRANCISCO GUTEMBERG RODRIGUES DE OLIVEIRA

1º SECRETARIO (a)

Manoel Bezerra Lima

MANOEL BEZERRA LIMA

2º SECRETARIO (a)

Max Vieira Nunes

MAX VIEIRA NUNES

1º TESOUREIRO

Paulo Roberto Paulino de Sousa

PAULO ROBERTO PAULINO DE SOUSA

2º TESOUREIRO

CARTÓRIO TAVARES - 1º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL, NOTAS, PROTESTO DE TÍTULOS E
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Francisco de Assis Araujo Tavares - Tabelião
Wendel Cesar Farias Tavares - Escrevente Substituto
Fone: (85) 3683-1265 - IPU - CEARÁ

CARTÓRIO
TAVARES

CARTÓRIO
TAVARES

CARTÓRIO
TAVARES

CARTÓRIO
TAVARES

CARTÓRIO
TAVARES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE JUSTIÇA
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BK 564.710

RECIBO da(s) firma(s) de
AMARO SOUZA
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

11 MAI 2013

Em Testemunha da veracidade
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
de Notas e Cartas Távares - Escrevente Substituto
VALÍDAS SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

1 por Autenticidade 44 por Semelhança

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE JUSTIÇA
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BK 564.711

RECIBO da(s) firma(s) de
JAMES AMARO SOUZA
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

11 MAI 2013

Em Testemunha da veracidade
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
de Notas e Cartas Távares - Escrevente Substituto
VALÍDAS SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

1 por Autenticidade 44 por Semelhança

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE JUSTIÇA
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BK 564.712

RECIBO da(s) firma(s) de
AMARO SOUZA
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

11 MAI 2013

Em Testemunha da veracidade
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
de Notas e Cartas Távares - Escrevente Substituto
VALÍDAS SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

1 por Autenticidade 44 por Semelhança

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE JUSTIÇA
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BK 564.734

RECIBO da(s) firma(s) de
AMARO SOUZA
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

11 MAI 2013

Em Testemunha da veracidade
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
de Notas e Cartas Távares - Escrevente Substituto
VALÍDAS SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

1 por Autenticidade 44 por Semelhança

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE JUSTIÇA
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BK 564.735

RECIBO da(s) firma(s) de
AMARO SOUZA
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

11 MAI 2013

Em Testemunha da veracidade
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
de Notas e Cartas Távares - Escrevente Substituto
VALÍDAS SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

1 por Autenticidade 44 por Semelhança

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE JUSTIÇA
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BK 564.736

RECIBO da(s) firma(s) de
AMARO SOUZA
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

11 MAI 2013

Em Testemunha da veracidade
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
de Notas e Cartas Távares - Escrevente Substituto
VALÍDAS SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

1 por Autenticidade 44 por Semelhança

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE JUSTIÇA
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BK 564.713

RECIBO da(s) firma(s) de
AMARO SOUZA
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

11 MAI 2013

Em Testemunha da veracidade
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
de Notas e Cartas Távares - Escrevente Substituto
VALÍDAS SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

1 por Autenticidade 44 por Semelhança

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE JUSTIÇA
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BK 564.714

RECIBO da(s) firma(s) de
AMARO SOUZA
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74

11 MAI 2013

Em Testemunha da veracidade
Francisco de Assis Araújo Tavares - Tabelião
de Notas e Cartas Távares - Escrevente Substituto
VALÍDAS SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

1 por Autenticidade 44 por Semelhança

CARTÓRIO TAVARES - IPU-CE
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.614.870/0001-74



22/02/2016 - BANCO DO BRASIL - 10:08:03
780016041 0015

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

```
=====
Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 85890000000-0 20000254188-5
                  22049182129-5 46707000174-6
Data do pagamento 22/02/2016
Valor em Dinheiro 20,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 20,00
=====
NR,AUTENTICACAO 2,4FF,EDD,44A,6A7,169
```



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ILMO. SR.
RENATO PINTO MARTINS
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO “R” – ED. SEDE-TERREO
BRASÍLIA – DF
CEP : 70.044-900



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/A7a7de79-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

c7a7de79-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

REMETENTE:

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIAO DE IPU
RUA PADRE CORREIA Nº 1.305 - CENTRO

IPU - CE

CEP: 62.250-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura/camara-leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

1. Frente à análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu** na localidade de **Ipu / BA**, constatou-se que as coordenadas apresentadas no requerimento de outorga:

I. estão conforme o art. 22, § 1º da Portaria 4.334/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Chefe da Divisão**, em 12/04/2016, às 17:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1072831** e o código CRC **737AFDEA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 1 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	CE	IPU	53000.064895/2010	30	04S1922	40W4238	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.00	CE	IPU	53900.025697/2015	0	04S1922	40W4238	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.00	CE	IPU	53900.011951/2016	96	04S1922	40W4238	EMA	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.10	CE	IPU	53900.076172/2015	96	04S1925	40W4237	EMA	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E SOCIAL DO IPU - ADCI
0.36	CE	IPU	53650.001527/1999	5	04S1912	40W4232	ARQDE F	ASSOCIACAO DE IRMAOS MACONS DE IPU
0.59	CE	IPU	53650.000788/2001	30	04S1931	40W4221	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA LUZIA
0.87	CE	IPU	53000.064905/2010	30	04S1854	40W4242	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNIDADE HARMONIA MUNICIPIO DE IPU/CE
1.39	CE	IPU	53650.002030/1998	5	04S2007	40W4236	ARQDE F	FUNDACAO MARTINS
2.42	CE	IPU	53000.050366/2010	30	04S2034	40W4309	ARQDE F	ASSOCIACAO CASA DE CULTURA OSWALDO ARAUJO
2.45	CE	IPU	53650.000767/1999	5	04S1809	40W4207	ARQDE F	ASSOCIACAO DA RENOVACAO CARISMATICA CATOLICA CRISTO REI IPU - CEARA
2.73	CE	IPU	53000.017847/2004	30	04S1905	40W4405	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E COMUNICAÇÃO DE VARZEÁ DO JILÓ - DISTRITO DE IPÚ
2.73	CE	IPU	53000.023363/2004	0	04S1905	40W4405	PAN	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E COMUNICAÇÃO DE VARZEÁ DO JILÓ - DISTRITO DE IPÚ
---	CE	IPU	53900.013590/2016	96	04S1905	40W4405	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL DA VARZEA DO JILO - ACVJ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 2 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
2.91	CE	IPU	53900.011939/2016	96	04S1913	40W4412	INAB	ASSOCIACAO PRO-CULTURA E CIDADANIA DA VARZEA DO JILO
8.49	CE	IPU	53000.058402/2013	0	04S2132	40W4641	RAQ	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE SAO JOSE
10.60	CE	PIRES FERREIRA	53000.016727/2007	0	04S1442	40W3919	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA WALDEMAR BRAZ DE OLIVEIRA
10.60	CE	PIRES FERREIRA	53000.055148/2005	21	04S1442	40W3919	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ISIDRO SOARES LIRA
10.78	CE	PIRES FERREIRA	53000.056507/2006	21	04S1437	40W3916	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PIRES FERREIRA
11.49	CE	PIRES FERREIRA	53000.038386/2011	34	04S1437	40W3838	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PIRES FERREIRA
11.55	CE	PIRES FERREIRA	53000.037499/2011	34	04S1426	40W3849	AUT	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE PIRES FERREIRA
12.00	CE	CAMPOS SALES	53650.000945/2000	0	04S1409	40W3847	ARQCD I	CONGREGACAO SERVOS DO SAGRADO CORACAO DE CATARINA VOLPICELLI
12.25	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.019831/2004	19	04S1821	40W4911	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DA VILA MARTINSLÂNDIA
12.31	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.017849/2004	19	04S1814	40W4912	ARQDE F	Associação comunitária de Martinslândia
12.86	CE	PIRES FERREIRA	53650.000032/1999	5	04S1407	40W3805	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FLORES DE HUMAITÁ
13.70	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.023865/2004	0	04S1621	40W4924	RAQ	Associação DE Desenvolvimento Comunitário E COMUNICAÇÃO DE Mucambo
	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.017843/2004	19	04S1621	40W4924	LDE	Associação DE Desenvolvimento Comunitário E COMUNICAÇÃO DE Mucambo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 3 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
13.96	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.019834/2004	19	04S1618	40W4932	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA E CULTURAL DA VILA MOCAMBO
14.85	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.031465/2003	19	04S1704	40W5020	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ESPINHO
14.95	CE	IPU	53900.011928/2016	96	04S2720	40W4354	INAB	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE APOIO CULTURAL DO DISTRITO DE ABILIO MARTINS
15.17	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.019853/2004	19	04S1658	40W5029	ARQDE F	Associação Comunitária dos Jovens da Vila Várzea dos Espinhos
15.82	CE	CROATÁ	53900.064594/2015	0	04S2101	40W5102	CDI	ASSOCIACAO CULTURAL DE BETANIA E ADJACENCIAS - ASCUBA
15.85	CE	IPU	53900.013592/2016	96	04S2749	40W4358	EX1	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E SOCIAL DO DISTRITO ABILIO MARTINS - ACAM
16.00	CE	CROATÁ	53000.036113/2009	28	04S2106	40W5107	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO DOS AMIGOS DE CROATA
16.87	CE	IPU	53900.011948/2016	96	04S2047	40W3337	EMA	ASSOCIACAO CULTURAL E DE COMUNICACAO SOCIAL DE FLORES
17.40	CE	PIRES FERREIRA	53650.001478/1999	5	04S1610	40W3347	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO PROJETO SANTO ISÍDIO
17.45	CE	IPU	53000.063243/2010	30	04S2430	40W3443	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE LAGES DOS MARTINS
17.73	CE	CROATÁ	53000.010520/2004	28	04S2126	40W5200	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICAÇÃO POPULAR DE BETÂNIA , DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CROATÁ NO ESTADO DO CEARÁ
17.80	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.014366/2004	19	04S1001	40W4451	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RAINHA PAZ
17.80	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.062362/2010	30	04S0946	40W4452	EX1	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE GUARACIABA DO NORTE





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 4 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
18.40	CE	GUARACIABA DO NORTE	53650.000156/2002	19	04S0948	40W4518	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICACAO POPULAR DE GUARACIABA DO NORTE
18.42	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.020380/2004	19	04S0938	40W4440	ARQDE F	Associação Comunitária Social e Cultural - A Verdade que Liberta
18.49	CE	GUARACIABA DO NORTE	53650.000098/1999	4	04S0945	40W4518	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE QUICÉ
18.49	CE	GUARACIABA DO NORTE	53650.002212/1998	4	04S0945	40W4518	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO FRANCISCO
18.49	CE	GUARACIABA DO NORTE	53650.000827/1999	4	04S0945	40W4518	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RAINHA PAZ
18.51	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.019854/2004	19	04S0944	40W4517	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO FRANCISCO
18.57	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.020946/2004	19	04S0942	40W4517	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE GUARACIABA DO NORTE
19.36	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.053189/2010	30	04S0925	40W4550	SOB	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE GUARACIABA DO NORTE - VOZ DE TODOS
19.71	CE	CROATÁ	53000.026316/2009	28	04S2226	40W5251	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE CROATA
19.71	CE	CROATÁ	53000.031715/2007	0	04S2226	40W5251	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE CROATA
19.82	CE	PIRES FERREIRA	53000.041009/2011	34	04S1826	40W3157	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS AGRICULTORES DE MARRUAS DOS PAIVA EM PIRES FERREIRA - CEARA
21.14	CE	GUARACIABA DO NORTE	53100.001075/2004	19	04S0936	40W4831	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E COMUNICACAO DE SUSSUANHA
	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.048710/2005	30	04S0935	40W4831	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNICACAO DE GUARACIABA DO NORTE





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 5 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
21.16	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.007484/2006	30	04S0935	40W4831	ARQDE F	APIGUAN - ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE GUARACIABA DO NORTE
22.25	CE	GUARACIABA DO NORTE	53100.000880/2004	19	04S0840	40W4804	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE SANTA TEREZINHA
22.96	CE	IPUEIRAS	53650.001510/1999	21	04S3143	40W4329	LDD	ASSOCIACAO DESENVOLVIMENTO C DOS MOR DE IPUEIRAS ADCMI
23.59	CE	CROATÁ	53650.001442/1999	5	04S2448	40W5410	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANGELITA GONÇALVES-ASSOCIAG
23.59	CE	CROATÁ	53650.000568/1999	5	04S2448	40W5410	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTA FE DE CROATA
23.59	CE	CROATÁ	53000.007325/2014	5	04S2448	40W5410	EXIREN	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTA FE DE CROATA
23.84	CE	IPUEIRAS	53000.023365/2004	21	04S3213	40W4243	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E COMUNITÁRIO DE IPUEIRAS - POLÍGONO
24.14	CE	IPUEIRAS	53650.000756/1999	4	04S3222	40W4315	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO COITÉ
24.38	CE	IPUEIRAS	53650.002173/1998	4	04S3230	40W4308	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JOSE FALCAO MORAIS
24.53	CE	RERIUTABA	53650.000803/1999	4	04S0829	40W3506	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE OITIZEIRO
24.53	CE	RERIUTABA	53100.000861/2004	19	04S0829	40W3506	ARQDE F	Associação comunitária dos moradores do bairro rampa de cima
24.58	CE	RERIUTABA	53650.001172/2001	0	04S0829	40W3503	PAN	Associação das Comunidades Evangélicas de Reriutaba
	CE	RERIUTABA	53650.002305/1998	4	04S0829	40W3502	ARQDE F	AÇÃO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RERIUTABA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 6 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
24.60	CE	RERIUTABA	53100.000435/2004	19	04S0825	40W3508	LDE	Associação das Comunidades Evangélicas de Reriutaba
24.60	CE	RERIUTABA	53650.000234/2002	0	04S0829	40W3502	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RERIUTABA
24.68	CE	RERIUTABA	53000.019237/2004	19	04S0830	40W3456	ARQDE F	A Associação de Radiodifusão Comunitária José Edmilson Aguiar
24.80	CE	GUARACIABA DO NORTE	53100.000610/2004	19	04S1023	40W5234	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE MORRINHOS NOVOS
26.60	CE	HIDROLÂNDIA	53000.029656/2009	28	04S2230	40W2836	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES PARA O PROGRESSO DE HIDROLÂNDIA
28.97	CE	GRAÇA	53000.047999/2006	0	04S0511	40W4912	RAQ	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO E DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE LAPA
29.11	CE	CARIDADE	53000.017524/2004	19	04S0545	40W5028	ARQDE F	Associação de Desenvolvimento do Distrito de Inhuporanga
29.14	CE	GRAÇA	53000.029052/2013	27	04S0510	40W4923	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA P O DESENV ARTISTICO E CULTURAL DO GRACA
29.14	CE	GRAÇA	53000.020452/2008	27	04S0510	40W4923	LPE	ASSOCIACAO COMUNITARIA P O DESENV ARTISTICO E CULTURAL DO GRACA
29.32	CE	VARJOTA	53000.021064/2004	19	04S1137	40W2849	ARQDE F	associação de desenvolvimento social Boas Novas
29.54	CE	VARJOTA	53000.034039/2007	0	04S1138	40W2840	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BAIRRO CENTRO VARJOTA
29.62	CE	VARJOTA	53650.001597/2002	0	04S1140	40W2836	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO DE VARJOTA
	CE	VARJOTA	53000.053553/2004	0	04S1140	40W2836	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO DE VARJOTA





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 7 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
29.62	CE	VARJOTA	53650.002066/1998	4	04S1140	40W2836	ARQDE F	ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO DE RADIOFUSAO DE VARJOTA
29.62	CE	VARJOTA	53100.000907/2004	19	04S1140	40W2836	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA VILA NOVA DE CROATA
29.62	CE	VARJOTA	53100.000193/2004	0	04S1140	40W2836	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO DE VARJOTA
29.68	CE	VARJOTA	53000.004893/2003	0	04S1131	40W2839	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO DE VARJOTA
29.70	CE	VARJOTA	53100.000893/2004	19	04S1135	40W2836	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GREGÓRIO DE SOUZA MORORO
29.95	CE	VARJOTA	53650.001016/1999	0	04S1140	40W2824	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE MARCELO FERREIRA LINHARES
30.15	CE	IPUEIRAS	53000.020894/2005	21	04S3420	40W4900	DEC	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E COMUNITARIO DE MATRIZ - DISTRITO DE IPUEIRAS
30.71	CE	CARNAUBAL	53000.020641/2004	19	04S0956	40W5617	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE FRANCISCO RODRIGUES MARTINS
30.87	CE	HIDROLÂNDIA	53000.055491/2007	28	04S2445	40W2650	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL EDUCACIONAL DE HIDROLANDIA
31.08	CE	CARNAUBAL	53650.001943/1998	4	04S1000	40W5634	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE FRANCISCO RODRIGUES MARTINS
31.08	CE	CARNAUBAL	53650.000741/1999	4	04S1000	40W5634	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE ANTONIO AUGUSTO CORREIA
31.11	CE	CARNAUBAL	53650.002349/1998	4	04S0955	40W5632	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CULTURA E RADIODIFUSAO DE CARNAUBAL-CEARA
	CE	GRAÇA	53000.028617/2013	59	04S0248	40W4519	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA ATIVA DA COMUNIDADE DE JABURU





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 8 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
31.14	CE	GRAÇA	53650.001077/1999	0	04S0246	40W4510	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BARRO VERMELHO
31.16	CE	GRAÇA	53000.012562/2004	19	04S0245	40W4508	LDD	ASSOCIAÇÃO DOS INTEGRANTES E COLABORADORES DO ARRAIÁ DAS FLÔRES
31.55	CE	CARNAUBAL	53000.035734/2003	19	04S0955	40W5649	ARQDE F	Associação Comunitária dos Jovens do Bairro Várzea
35.11	CE	SÃO BENEDITO	53650.000154/2002	15	04S0250	40W5153	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO CRUZEIRO
35.11	CE	SÃO BENEDITO	53650.000820/1999	4	04S0250	40W5153	PAN	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO CRUZEIRO
35.12	CE	HIDROLÂNDIA	53650.000745/1999	4	04S2430	40W2421	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO
35.15	CE	SÃO BENEDITO	53650.000253/2002	15	04S0248	40W5152	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO ARABÊ
35.17	CE	SÃO BENEDITO	53650.002129/1998	4	04S0247	40W5152	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS RADIALISTAS E EQUIPES DE FUTEBOL DAS COMUNIDADES DE SÃO BENEDITO
35.17	CE	SÃO BENEDITO	93650.002129/1998	15	04S0247	40W5152	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS RADIALISTAS E EQUIPES DE FUTEBOL DAS COMUNIDADES DE SÃO BENEDITO
35.21	CE	SÃO BENEDITO	53000.053929/2012	15	04S0248	40W5156	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAMBENEDITENSE
35.21	CE	SÃO BENEDITO	53650.000237/2002	15	04S0248	40W5156	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAMBENEDITENSE
35.21	CE	SÃO BENEDITO	53900.018740/2014	15	04S0248	40W5156	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAMBENEDITENSE
35.21	CE	SÃO BENEDITO	53900.042116/2015	15	04S0248	40W5156	RAGR	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAMBENEDITENSE





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 9 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
35.34	CE	SÃO BENEDITO	53000.028633/2013	59	04S0241	40W5152	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS ROMEIROS DE NOSSA SENHORA DE FATIMA
35.37	CE	SÃO BENEDITO	53650.000519/2001	15	04S0241	40W5154	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL FARIAS BRITO
35.38	CE	HIDROLÂNDIA	53000.007048/2013	4	04S2426	40W2411	ADRRE N	ASSOCIACAO DOS MORADORES DE NOVA HIDROLANDIA
35.38	CE	SÃO BENEDITO	53650.000520/2001	15	04S0240	40W5153	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE BARREIRO
35.38	CE	HIDROLÂNDIA	53650.002325/1998	4	04S2426	40W2411	LDE	ASSOCIACAO DOS MORADORES DE NOVA HIDROLANDIA
37.27	CE	PACUJÁ	53650.000863/1999	0	03S5917	40W4151	RAQ	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS
37.37	CE	GRAÇA	53000.001024/2008	27	03S5947	40W4725	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA ATIVA DA COMUNIDADE DE JABURU
37.53	CE	GRAÇA	53000.034356/2008	0	03S5949	40W4753	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA ATIVA DA COMUNIDADE DE JABURU
38.14	CE	PACUJÁ	53650.000865/1999	5	03S5849	40W4144	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS ARTESÃO DE PACUJÁ
38.14	CE	PACUJÁ	53650.000862/1999	5	03S5849	40W4144	ARQDE F	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PACUJÁ
38.14	CE	PACUJÁ	53650.000866/1999	5	03S5849	40W4144	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA MARIA EDNA ALVES
38.14	CE	PACUJÁ	53650.000864/1999	5	03S5849	40W4144	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE SÃO VICENTE
38.14	CE	PACUJÁ	53650.000867/1999	5	03S5849	40W4144	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL E ARTESANAL DE SANHARÃO





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 10 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
38.23	CE	PACUJÁ	53650.001440/1999	5	03S5846	40W4150	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE PACUJÁ
38.26	CE	PACUJÁ	53650.000861/1999	16	03S5845	40W4151	LDE	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIO DE PACUJA - CEARA
38.26	CE	PACUJÁ	53900.047630/2015	16	03S5845	40W4151	REN	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIO DE PACUJA - CEARA
38.26	CE	PACUJÁ	53560.006501/2015	16	03S5845	40W4151	POT	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIO DE PACUJA - CEARA
38.26	CE	PACUJÁ	53560.006501/2014	16	03S5845	40W4151	POT	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIO DE PACUJA - CEARA
38.26	CE	PACUJÁ	53650.006501/2014	16	03S5845	40W4151	EXIPOT	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIO DE PACUJA - CEARA
38.29	CE	PACUJÁ	53650.000222/2002	16	03S5844	40W4147	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOÃO ALVES DE SOUSA
39.83	CE	SANTA QUITÉRIA	53000.008729/2010	0	04S0608	40W2540	ARQCD I	ASSOCIACAO MORIA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MACARAU - SANTA QUITERIA
39.83	CE	SANTA QUITÉRIA	53000.012827/2010	0	04S0608	40W2540	ARQCD I	ASSOCIACAO MORIA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MACARAU - SANTA QUITERIA
39.83	CE	SANTA QUITÉRIA	53000.067904/2013	65	04S0608	40W2540	ADR	ASSOCIACAO MORIA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MACARAU - SANTA QUITERIA
39.89	CE	SANTA QUITÉRIA	53650.000616/1999	0	04S0556	40W2547	ARQCD I	FUNDACAO DELMIRA DE MESQUITA FARIAS
42.78	CE	MUCAMBO	53000.025182/2004	0	03S5626	40W4512	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS RADIALISTAS E EQUIPE DE FUTEBOL DAS COMUNIDADES DO MUN DE MUCAMBO
	CE	IPUEIRAS	53000.045860/2005	21	04S4217	40W4635	ARQDE F	ASSOC. DOS MORADORES PESCADORES E AGRICULTORES DE LAGOA DO CANTO





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 11 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
43.30	CE	ARARENDÁ	53000.062323/2005	20	04S4236	40W4015	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA LAGOA DE SANTO ANTONIO
43.34	CE	ARARENDÁ	53000.008065/2006	20	04S4237	40W4014	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO MARACATU
45.56	CE	SANTA QUITÉRIA	53650.002723/1998	0	04S1131	40W1917	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA SKEMA FM
45.56	CE	SANTA QUITÉRIA	53000.032973/2012	0	04S1131	40W1917	ARQCD I	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO TRAPIA
45.68	CE	CARIRÉ	53000.040224/2008	0	04S0029	40W2646	ARQCD I	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA DE TAPUIO
45.68	CE	CARIRÉ	53000.035600/2005	24	04S0029	40W2646	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA DE TAPUIO
45.68	CE	CARIRÉ	53900.002682/2014	0	04S0029	40W2646	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA DE TAPUIO
45.73	CE	NOVA RUSSAS	53650.001137/1999	0	04S4224	40W3347	RAQ	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DA BOA VISTA
45.77	CE	NOVA RUSSAS	53650.001119/2001	14	04S4231	40W3402	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA RUSSAS
45.91	CE	NOVA RUSSAS	53650.001491/1999	0	04S4217	40W3313	RAQ	SOCIEDADE BENEFICENTE GONCALINHO DE CASTRO
46.15	CE	MUCAMBO	53650.001330/1999	0	03S5434	40W4448	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS RADIALISTAS E EQUIPE DE FUTEBOL DAS COMUNIDADES DO MUN DE MUCAMBO
46.15	CE	MUCAMBO	53650.002560/1998	4	03S5434	40W4445	LDE	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MUCAMBO - IRCM
	CE	MUCAMBO	53900.006983/2014	4	03S5434	40W4445	EXIREN	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MUCAMBO - IRCM





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 12 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
46.15	CE	MUCAMBO	53000.047401/2013	4	03S5434	40W4445	ARQPO S	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MUCAMBO - IRCM
46.15	CE	MUCAMBO	53900.002959/2015	4	03S5434	40W4445	ARQPO T	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MUCAMBO - IRCM
46.44	CE	NOVA RUSSAS	53650.000961/2001	14	04S4242	40W3330	ARQDE F	FUNDAÇÃO EMPA DE ENSINO E PESQUISA
46.65	CE	NOVA RUSSAS	53650.000948/2001	14	04S4256	40W3347	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA PLANALTO TIMBAUBA
46.65	CE	NOVA RUSSAS	53900.005056/2014	14	04S4256	40W3347	REN	ASSOCIACAO COMUNITARIA PLANALTO TIMBAUBA
46.68	CE	NOVA RUSSAS	53000.057069/2006	21	04S4045	40W2918	ARQDE F	ASSOCIACAO PROMOCIONAL DE ESPACINHA APROESP
46.68	CE	NOVA RUSSAS	53650.001134/2001	14	04S4155	40W3124	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO BAIRRO DO JARDIM
46.77	CE	NOVA RUSSAS	53650.000136/2002	21	04S4049	40W2919	PAN	ASSOCIACAO PROMOCIONAL DE ESPACINHA APROESP
46.78	CE	NOVA RUSSAS	53000.019875/2003	21	04S4047	40W2915	ARQDE F	ASSOCIACAO SOCIO EDUCACIONAL ESPORTIVA E CULTURAL DOS MORADORES DO BAIRRO PATRONATO DE NOVA RUSSAS
46.91	CE	SÃO BENEDITO	53000.051928/2008	0	04S0105	41W0010	ARQCD I	ASSOC. COMUNIT. DOS TRABALHADORES RURAIS DO DISTRITO DE BARREIRO
47.01	CE	NOVA RUSSAS	53000.058260/2006	21	04S4050	40W2906	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL E SONORA NOVARUSSENSE
48.51	CE	IBIAPINA	53650.002132/1998	4	03S5529	40W5321	ARQDE F	SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFÂNCIA
	CE	CARIRÉ	53650.000485/1999	4	03S5705	40W2831	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO RURAL DE CARIRÉ





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/13/16 2:24 PM

Página 13 de 13

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
48.88	CE	IBIAPINA	53650.000735/2002	16	03S5515	40W5319	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MENORES CARENTES DE IBIAPINA-CE
48.88	CE	IBIAPINA	53900.039097/2015	16	03S5515	40W5319	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MENORES CARENTES DE IBIAPINA-CE
48.88	CE	IBIAPINA	53900.045114/2015	16	03S5515	40W5319	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MENORES CARENTES DE IBIAPINA-CE
48.88	CE	IBIAPINA	53900.047617/2015	16	03S5515	40W5319	REN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MENORES CARENTES DE IBIAPINA-CE
48.91	CE	IBIAPINA	53650.000182/1999	0	03S5515	40W5321	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE JUREMA SUL (ASCOJUS)
48.97	CE	CARIRÉ	53000.026612/2013	59	03S5705	40W2825	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA DE TAPUIO
49.04	CE	CARIRÉ	53650.000793/1999	4	03S5658	40W2832	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CARIRÉ
49.06	CE	CARIRÉ	53650.002714/1998	4	03S5702	40W2824	LDE	LIGA DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CARIRE
49.06	CE	CARIRÉ	53900.046486/2015	4	03S5702	40W2824	REN	LIGA DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CARIRE
49.22	CE	ARARENDÁ	53000.063280/2005	20	04S4456	40W4949	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ARARENDÁ
49.22	CE	MARANGUAPE	53000.000337/2006	20	04S4456	40W4949	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA CULTURA DE MARANGUAPE
49.75	CE	ARARENDÁ	53000.044123/2005	20	04S4612	40W4258	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SANTANA



as: 0

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.011951/2016 Localidade / UF: IPU/CE
Entidade: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
Aviso: 96 Publicação: 22/12/2015 Prazo: 60 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Município/UF: Ipu - CE
Processo nº: 53900.011951/2016-01
Número de concorrentes: 3 (53900.076172/2015) EMA / Edital 96
(53900.013590/2016) EMA / Edital 96
(53900.011939/2016) EMA/ Edital 96
Nome da entidade: Associação de Radiodifusão Comunitária de São Sebastião de Ipu
Nº do edital/ano: 96/2016
Prazo de inscrição: 23/12/2015 a 22/02/2016
Prorrogado até 11/03/2016 pela Portaria nº 799, de 2016 (DOU 1º/03/2016).

1. Data de postagem/SEI: 22/02/2016
2. Tempestivo: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (0991925) fl. (1-3).
4. Estatuto Social: (0991925) fl. (5-12).
 4.1. Estatuto social registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM (X) NÃO
5. Ata de constituição: (0991925) fl. (13-15).
 5.1. Ata de constituição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM (X) NÃO
6. Ata de eleição: (0991925) fl. (16-19).
 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM (X) NÃO
7. Comprovante de maioria e nacionalidade:
 7.1. Diretoria:
 DIRETORA PRESIDENTE: Maria Helena Farias Torquato (0991925) fl. (20).
 DIRETORA ADMINISTRATIVA: Maria Ruth de Sousa (0991925) fl. (21).
 DIRETORA FINANCEIRA: Maria José Cavalcante Aragão (0991925) fl. (22).
8. Manifestações em apoio: (0991925) fl. (24-61).
9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
 9.1. Os diretores não fazem parte da composição dos membros de partidos políticos, não possuindo também vínculo religioso e qualquer parente familiar na diretoria.

OBSERVAÇÕES:

- 1.
- 2.
- 3.

Sandro Eduardo Vergara de Borba



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RADCOM

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

Página 1 de 1

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da entidade	
Denominação:	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	
Endereço de Sede:	Nº:
Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):	

Localização proposta para instalação do Sistema Irradiante	
Endereço:	Nº:
Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: ° (N/S) ‘ “
	Longitude: ° W ‘ “

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no D.O.U. de ____/____/_____, para outorga do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**.

E, neste momento, os dirigentes, abaixo qualificados, comprometem-se ao fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria do Ministério das Comunicações que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo.

Declaramos ainda que os dirigentes da entidade residem nos endereços abaixo, todos eles localizados na área da comunidade a ser atendida, e que os mesmos têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes abaixo-assinados firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:	Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:			Nº:
Bairro:			CEP:
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:	Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:			Nº:
Bairro:			CEP:
Assinatura:			

Endereço de correspondência:	
Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 11797/2016/SEI-MCTIC

Referência: Processo nº: 53900.011951/2016-01

Assunto: **Constatação de Pendências – Fase de Habilitação**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU - CE**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ipu/CE**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

Portaria nº. 4.334/2015	Dispositivo		Documentos	Descrição
	Art. 22	Inciso I	Requerimento de Outorga (Anexo 2)	A entidade não apresentou o Requerimento de Outorga. Segue modelo anexo. As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga estão a menos de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade participante do Edital nº 96/2016 e de entidade com licença definitiva expedida. Observação: no final do Requerimento de Outorga deverá constar a qualificação completa e assinatura de todos os dirigentes.
		Inciso II	Estatuto social atualizado	O estatuto social encaminhado não apresenta demonstração de que foi registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria nº. 4.334/2015. Observação 2: o estatuto social deverá ser encaminhado registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
		Inciso III	Ata de constituição	A ata de constituição encaminhada não apresenta demonstração de que foi registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Observação 1: a ata de constituição deverá ser encaminhada registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
		Inciso IV	Ata de eleição dos atuais dirigentes	A ata de eleição encaminhada não apresenta demonstração de que foi registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Observação 1: a ata de eleição deverá ser encaminhada registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Observação 2: a ata de eleição deverá corresponder à diretoria em exercício. Observação 3: os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no estatuto social.

3. A Requerente está a uma distância de 0.10 km da ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E SOCIAL DO IPU, cujas coordenadas geográficas são: latitude 04S192 e longitude 40W423, 2.73 km da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL DA VARZEA DO JILO - ACVI, cujas coordenadas geográficas são: latitude 04S1905 e longitude 40W4405 e 2.91 km da ASSOCIAÇÃO PRO-CULTURA E CIDADANIA DA VARZEA DO JIL, cujas coordenadas geográficas são: latitude 04S1913 e longitude 40W441, todas participantes do Edital nº 96/2016.

4. Destaca-se que a presente solicitação é a única que o Ministério das Comunicações fará nesta fase de habilitação (art. 24 da Portaria 4.334/2015). Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará **obrigatoriamente** à **inabilitação**, na forma do que determina o art. 25, IV da Portaria nº 4.334/2015.

CONCLUSÃO

5. Assim, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a entidade para que cumpra a solicitação acima feita por meio da apresentação dos documentos pertinentes no prazo **improrrogável** de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.



Caso existam dúvidas sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

esclarecimentos apropriados pelo e-mail: duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado junto ao Ministério das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Técnico de Nível Superior**, em 13/05/2016, às 16:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1134745** e o código CRC **DB7B12D7**.

Minutas e Anexos

1134805



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco R

CEP: 70044-900 Brasília-DF

Fone: (61) 2027 6000

Ofício nº 17347/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Maria Helena Farias Torquato

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU - CE,

Rua Padre Correia, nº 1.300, Bairro: Centro

CEP 62.250-000 /IPU – CE

CNPJ nº 12.946.707/0001-74

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.011951/2016-01.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11797/2016/SEI-MC**, desta Secretaria.
2. Cabe ressaltar que na comunicação da resposta deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério.
3. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1134912** e o código CRC **24D3A5B7**.



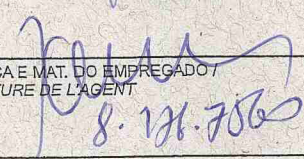
Ofício nº 17347/2016/SEI-MC - Processo nº 53900.011951/2016-01



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/CGRC Of. nº 17347/2016/SEI-MCTIC, 18/05/2016 53900.011951/2016-01	
ENDEREÇO / ADDRESS		MARIA HELENA FARIAS TORQUATO ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU - CE, RUA PADRE CORREIA, Nº 1.300, BAIRRO: CENTRO 62.250-000 IPU - CE	
CEP / CODE POSTAL			
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
 NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		01/06/16	01 JUN 2016
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 39168108 8 BR

CORREIOS
BRASIL

AVIS C107

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

EN

CII

UF

BRASIL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.011951/2016 Localidade / UF: IPU/CE
Entidade: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
Aviso: 96 Publicação: 22/12/2015 Prazo: 60 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Município/UF: Ipu - CE
Processo nº: 53900.011951/2016-01
Número de concorrentes: 3 (53900.076172/2015) EMA / Edital 96
(53900.013590/2016) EMA / Edital 96
(53900.011939/2016) EMA/ Edital 96
Nome da entidade: Associação de Radiodifusão Comunitária de São Sebastião de Ipu
Nº do edital/ano: 96/2016
Prazo de inscrição: 23/12/2015 a 22/02/2016
Prorrogado até 11/03/2016 pela Portaria nº 799, de 2016 (DOU 1º/03/2016).

1. Data de postagem/SEI: 22/02/2016
2. Tempestivo: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (0991925) fl. (1-3).
4. Estatuto Social: (0991925) fl. (5-12).
4.1. Estatuto social registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (0991925) fl. (13-15).
5.1. Ata de constituição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (0991925) fl. (16-19).
6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovante de maioria e nacionalidade:
7.1. Diretoria:
DIRETORA PRESIDENTE: Maria Helena Farias Torquato (0991925) fl. (20).
DIRETORA ADMINISTRATIVA: Maria Ruth de Sousa (0991925) fl. (21).
DIRETORA FINANCEIRA: Maria José Cavalcante Aragão (0991925) fl. (22).
8. Manifestações em apoio: (0991925) fl. (24-61).
9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
9.1. Os diretores não fazem parte da composição dos membros de partidos políticos, não possuindo também vínculo religioso e qualquer parente familiar na diretoria.

OBSERVAÇÕES:

- A Entidade apresentou Requerimento de Outorga com a qualificação e assinatura de todos os membros da Diretoria.
- A Entidade apresentou a comprovação de que o Estatuto e as Atas de Constituição e Eleição estão registradas no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
-

Sandro Eduardo Vergara de Borba



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RADCOM

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

Página 1 de 1

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 1 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	CE	IPU	53000.064895/2010	30	04S1922	40W4238	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.00	CE	IPU	53900.025697/2015	0	04S1922	40W4238	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.00	CE	IPU	53900.011951/2016	96	04S1922	40W4238	EX1	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.10	CE	IPU	53900.076172/2015	96	04S1925	40W4237	ARQDE F	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E SOCIAL DO IPU - ADCI
0.36	CE	IPU	53650.001527/1999	5	04S1912	40W4232	ARQDE F	ASSOCIACAO DE IRMAOS MACONS DE IPU
0.59	CE	IPU	53650.000788/2001	30	04S1931	40W4221	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA LUZIA
0.87	CE	IPU	53000.064905/2010	30	04S1854	40W4242	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNIDADE HARMONIA MUNICIPIO DE IPU/CE
1.39	CE	IPU	53650.002030/1998	5	04S2007	40W4236	ARQDE F	FUNDACAO MARTINS
2.42	CE	IPU	53000.050366/2010	30	04S2034	40W4309	ARQDE F	ASSOCIACAO CASA DE CULTURA OSWALDO ARAUJO
2.45	CE	IPU	53650.000767/1999	5	04S1809	40W4207	ARQDE F	ASSOCIACAO DA RENOVACAO CARISMATICA CATOLICA CRISTO REI IPU - CEARA
2.73	CE	IPU	53000.017847/2004	30	04S1905	40W4405	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E COMUNICAÇÃO DE VARZEÁ DO JILÓ - DISTRITO DE IPÚ
2.73	CE	IPU	53000.023363/2004	0	04S1905	40W4405	PAN	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E COMUNICAÇÃO DE VARZEÁ DO JILÓ - DISTRITO DE IPÚ
---	CE	IPU	53900.013590/2016	96	04S1905	40W4405	INAB	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL DA VARZEA DO JILO - ACVJ





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 2 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
2.91	CE	IPU	53900.011939/2016	96	04S1913	40W4412	ARQDE F	ASSOCIACAO PRO-CULTURA E CIDADANIA DA VARZEA DO JILO
8.49	CE	IPU	53000.058402/2013	0	04S2132	40W4641	RAQ	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE SAO JOSE
10.60	CE	PIRES FERREIRA	53000.016727/2007	0	04S1442	40W3919	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA WALDEMAR BRAZ DE OLIVEIRA
10.60	CE	PIRES FERREIRA	53000.055148/2005	21	04S1442	40W3919	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ISIDRO SOARES LIRA
10.78	CE	PIRES FERREIRA	53000.056507/2006	21	04S1437	40W3916	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PIRES FERREIRA
11.49	CE	PIRES FERREIRA	53000.038386/2011	34	04S1437	40W3838	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PIRES FERREIRA
11.55	CE	PIRES FERREIRA	53000.037499/2011	34	04S1426	40W3849	AUT	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE PIRES FERREIRA
12.00	CE	CAMPOS SALES	53650.000945/2000	0	04S1409	40W3847	ARQCD I	CONGREGACAO SERVOS DO SAGRADO CORACAO DE CATARINA VOLPICELLI
12.25	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.019831/2004	19	04S1821	40W4911	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DA VILA MARTINSLÂNDIA
12.31	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.017849/2004	19	04S1814	40W4912	ARQDE F	Associação comunitária de Martinslândia
12.86	CE	PIRES FERREIRA	53650.000032/1999	5	04S1407	40W3805	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FLORES DE HUMAITÁ
13.70	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.023865/2004	0	04S1621	40W4924	RAQ	Associação DE Desenvolvimento Comunitário E COMUNICAÇÃO DE Mucambo
	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.017843/2004	19	04S1621	40W4924	LDE	Associação DE Desenvolvimento Comunitário E COMUNICAÇÃO DE Mucambo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 3 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
13.96	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.019834/2004	19	04S1618	40W4932	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA E CULTURAL DA VILA MOCAMBO
14.85	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.031465/2003	19	04S1704	40W5020	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ESPINHO
14.95	CE	IPU	53900.011928/2016	96	04S2720	40W4354	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE APOIO CULTURAL DO DISTRITO DE ABILIO MARTINS
15.17	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.019853/2004	19	04S1658	40W5029	ARQDE F	Associação Comunitária dos Jovens da Vila Várzea dos Espinhos
15.82	CE	CROATÁ	53900.064594/2015	0	04S2101	40W5102	CDI	ASSOCIACAO CULTURAL DE BETANIA E ADJACENCIAS - ASCUBA
15.85	CE	IPU	53900.013592/2016	96	04S2749	40W4358	INAB	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E SOCIAL DO DISTRITO ABILIO MARTINS - ACAM
16.00	CE	CROATÁ	53000.036113/2009	28	04S2106	40W5107	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO DOS AMIGOS DE CROATA
16.87	CE	IPU	53900.011948/2016	96	04S2047	40W3337	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL E DE COMUNICACAO SOCIAL DE FLORES
17.40	CE	PIRES FERREIRA	53650.001478/1999	5	04S1610	40W3347	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO PROJETO SANTO ISÍDIO
17.45	CE	IPU	53000.063243/2010	30	04S2430	40W3443	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE LAGES DOS MARTINS
17.73	CE	CROATÁ	53000.010520/2004	28	04S2126	40W5200	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICAÇÃO POPULAR DE BETÂNIA , DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CROATÁ NO ESTADO DO CEARÁ
17.80	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.014366/2004	19	04S1001	40W4451	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RAINHA PAZ
17.80	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.062362/2010	30	04S0943	40W4452	AGR	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE GUARACIABA DO NORTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 4 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
18.40	CE	GUARACIABA DO NORTE	53650.000156/2002	19	04S0948	40W4518	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICACAO POPULAR DE GUARACIABA DO NORTE
18.42	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.020380/2004	19	04S0938	40W4440	ARQDE F	Associação Comunitária Social e Cultural - A Verdade que Liberta
18.49	CE	GUARACIABA DO NORTE	53650.000098/1999	4	04S0945	40W4518	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE QUICÉ
18.49	CE	GUARACIABA DO NORTE	53650.002212/1998	4	04S0945	40W4518	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO FRANCISCO
18.49	CE	GUARACIABA DO NORTE	53650.000827/1999	4	04S0945	40W4518	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RAINHA PAZ
18.51	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.019854/2004	19	04S0944	40W4517	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO FRANCISCO
18.57	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.020946/2004	19	04S0942	40W4517	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE GUARACIABA DO NORTE
19.36	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.053189/2010	30	04S0925	40W4550	IND	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE GUARACIABA DO NORTE - VOZ DE TODOS
19.71	CE	CROATÁ	53000.026316/2009	28	04S2226	40W5251	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE CROATA
19.71	CE	CROATÁ	53000.031715/2007	0	04S2226	40W5251	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE CROATA
19.82	CE	PIRES FERREIRA	53000.041009/2011	34	04S1826	40W3157	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS AGRICULTORES DE MARRUAS DOS PAIVA EM PIRES FERREIRA - CEARA
21.14	CE	GUARACIABA DO NORTE	53100.001075/2004	19	04S0936	40W4831	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E COMUNICACAO DE SUSSUANHA
	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.048710/2005	30	04S0935	40W4831	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNICACAO DE GUARACIABA DO NORTE





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 5 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
21.16	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.007484/2006	30	04S0935	40W4831	ARQDE F	APIGUAN - ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE GUARACIABA DO NORTE
22.25	CE	GUARACIABA DO NORTE	53100.000880/2004	19	04S0840	40W4804	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE SANTA TEREZINHA
22.96	CE	IPUEIRAS	53650.001510/1999	21	04S3143	40W4329	LDD	ASSOCIACAO DESENVOLVIMENTO C DOS MOR DE IPUEIRAS ADCMI
22.96	CE	IPUEIRAS	53900.033050/2016	21	04S3143	40W4329	ARQPO S	ASSOCIACAO DESENVOLVIMENTO C DOS MOR DE IPUEIRAS ADCMI
23.59	CE	CROATÁ	53000.007325/2014	5	04S2448	40W5410	EXIREN	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTA FE DE CROATA
23.59	CE	CROATÁ	53650.001442/1999	5	04S2448	40W5410	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANGELITA GONÇALVES-ASSOCIAG
23.59	CE	CROATÁ	53650.000568/1999	5	04S2448	40W5410	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTA FE DE CROATA
23.84	CE	IPUEIRAS	53000.023365/2004	21	04S3213	40W4243	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E COMUNITÁRIO DE IPUEIRAS - POLÍGONO
24.14	CE	IPUEIRAS	53650.000756/1999	4	04S3222	40W4315	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO COITÉ
24.38	CE	IPUEIRAS	53650.002173/1998	4	04S3230	40W4308	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JOSE FALCAO MORAIS
24.53	CE	RERIUTABA	53650.000803/1999	4	04S0829	40W3506	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE OITIZEIRO
24.53	CE	RERIUTABA	53100.000861/2004	19	04S0829	40W3506	ARQDE F	Associação comunitária dos moradores do bairro rampa de cima
24.53	CE	RERIUTABA	53650.001172/2001	0	04S0829	40W3503	PAN	Associação das Comunidades Evangélicas de Reriutaba



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 6 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
24.60	CE	RERIUTABA	53650.002305/1998	4	04S0829	40W3502	ARQDE F	AÇÃO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RERIUTABA
24.60	CE	RERIUTABA	53100.000435/2004	19	04S0825	40W3508	LDE	Associação das Comunidades Evangélicas de Reriutaba
24.60	CE	RERIUTABA	53650.000234/2002	0	04S0829	40W3502	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RERIUTABA
24.68	CE	RERIUTABA	53000.019237/2004	19	04S0830	40W3456	ARQDE F	A Associação de Radiodifusão Comunitária José Edmilson Aguiar
24.80	CE	GUARACIABA DO NORTE	53100.000610/2004	19	04S1023	40W5234	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE MORRINHOS NOVOS
26.60	CE	HIDROLÂNDIA	53000.029656/2009	28	04S2230	40W2836	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES PARA O PROGRESSO DE HIDROLÂNDIA
28.97	CE	GRAÇA	53000.047999/2006	0	04S0511	40W4912	RAQ	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO E DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE LAPA
29.11	CE	CARIDADE	53000.017524/2004	19	04S0545	40W5028	ARQDE F	Associação de Desenvolvimento do Distrito de Inhuporanga
29.14	CE	GRAÇA	53000.029052/2013	27	04S0510	40W4923	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA P O DESENV ARTISTICO E CULTURAL DO GRACA
29.14	CE	GRAÇA	53000.020452/2008	27	04S0510	40W4923	LPE	ASSOCIACAO COMUNITARIA P O DESENV ARTISTICO E CULTURAL DO GRACA
29.32	CE	VARJOTA	53000.021064/2004	19	04S1137	40W2849	ARQDE F	associação de desenvolvimento social Boas Novas
29.54	CE	VARJOTA	53000.034039/2007	0	04S1138	40W2840	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BAIRRO CENTRO VARJOTA
	CE	VARJOTA	53650.001597/2002	0	04S1140	40W2836	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO DE VARJOTA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 7 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
29.62	CE	VARJOTA	53000.053553/2004	0	04S1140	40W2836	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO DE VARJOTA
29.62	CE	VARJOTA	53650.002066/1998	4	04S1140	40W2836	ARQDE F	ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO DE RADIOFUSAO DE VARJOTA
29.62	CE	VARJOTA	53100.000907/2004	19	04S1140	40W2836	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA VILA NOVA DE CROATA
29.62	CE	VARJOTA	53100.000193/2004	0	04S1140	40W2836	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO DE VARJOTA
29.68	CE	VARJOTA	53000.004893/2003	0	04S1131	40W2839	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO DE VARJOTA
29.70	CE	VARJOTA	53100.000893/2004	19	04S1135	40W2836	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA GREGORIO DE SOUSA MORORO
29.70	CE	VARJOTA	01250.018670/2017	19	04S1135	40W2836	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA GREGORIO DE SOUSA MORORO
29.95	CE	VARJOTA	53650.001016/1999	0	04S1140	40W2824	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE MARCELO FERREIRA LINHARES
30.15	CE	IPUEIRAS	53000.020894/2005	21	04S3420	40W4900	DEC	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E COMUNITARIO DE MATRIZ - DISTRITO DE IPUEIRAS
30.71	CE	CARNAUBAL	53000.020641/2004	19	04S0956	40W5617	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE FRANCISCO RODRIGUES MARTINS
30.87	CE	HIDROLÂNDIA	53000.055491/2007	28	04S2445	40W2650	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL EDUCACIONAL DE HIDROLANDIA
31.08	CE	CARNAUBAL	53650.001943/1998	4	04S1000	40W5634	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE FRANCISCO RODRIGUES MARTINS
	CE	CARNAUBAL	53650.000741/1999	4	04S1000	40W5634	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE ANTONIO AUGUSTO CORREIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 8 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
31.11	CE	CARNAUBAL	53650.002349/1998	4	04S0955	40W5632	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CULTURA E RADIODIFUSAO DE CARNAUBAL-CEARA
31.11	CE	CARNAUBAL	53900.058510/2016	4	04S0955	40W5632	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CULTURA E RADIODIFUSAO DE CARNAUBAL-CEARA
31.11	CE	CARNAUBAL	01250.000153/2016	4	04S0955	40W5632	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CULTURA E RADIODIFUSAO DE CARNAUBAL-CEARA
31.12	CE	GRAÇA	53000.028617/2013	59	04S0248	40W4519	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA ATIVA DA COMUNIDADE DE JABURU
31.14	CE	GRAÇA	53650.001077/1999	0	04S0246	40W4510	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BARRO VERMELHO
31.16	CE	GRAÇA	53000.012562/2004	19	04S0245	40W4508	LDD	ASSOCICAO DOS INTEGRANTES E COLABORADORES DO ARRAIA DAS FLORES
31.16	CE	GRAÇA	53900.057729/2016	19	04S0245	40W4508	EXIREN	ASSOCICAO DOS INTEGRANTES E COLABORADORES DO ARRAIA DAS FLORES
31.55	CE	CARNAUBAL	53000.035734/2003	19	04S0955	40W5649	ARQDE F	Associação Comunitária dos Jovens do Bairro Várzea
35.11	CE	SÃO BENEDITO	53650.000154/2002	15	04S0250	40W5153	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO CRUZEIRO
35.11	CE	SÃO BENEDITO	53650.000820/1999	4	04S0250	40W5153	PAN	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO CRUZEIRO
35.12	CE	HIDROLÂNDIA	53650.000745/1999	4	04S2430	40W2421	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO
35.15	CE	SÃO BENEDITO	53650.000253/2002	15	04S0248	40W5152	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO ARABÊ
	CE	SÃO BENEDITO	53650.002129/1998	4	04S0247	40W5152	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS RADIALISTAS E EQUIPES DE FUTEBOL DAS COMUNIDADES DE SAO BENEDITO





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 9 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
35.17	CE	SÃO BENEDITO	93650.002129/1998	15	04S0247	40W5152	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS RADIALISTAS E EQUIPES DE FUTEBOL DAS COMUNIDADES DE SAO BENEDITO
35.21	CE	SÃO BENEDITO	53000.053929/2012	15	04S0248	40W5156	ARQPOS	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAMBENEDITENSE
35.21	CE	SÃO BENEDITO	53650.000237/2002	15	04S0248	40W5156	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAMBENEDITENSE
35.21	CE	SÃO BENEDITO	53900.018740/2014	15	04S0248	40W5156	ARQPOS	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAMBENEDITENSE
35.21	CE	SÃO BENEDITO	53900.042116/2015	15	04S0248	40W5156	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAMBENEDITENSE
35.34	CE	SÃO BENEDITO	53000.028633/2013	59	04S0241	40W5152	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS ROMEIROS DE NOSSA SENHORA DE FATIMA
35.37	CE	SÃO BENEDITO	53650.000519/2001	15	04S0241	40W5154	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL FARIAS BRITO
35.38	CE	HIDROLÂNDIA	53000.007048/2013	4	04S2426	40W2411	ADRREN	ASSOCIACAO DOS MORADORES DE NOVA HIDROLANDIA
35.38	CE	SÃO BENEDITO	53650.000520/2001	15	04S0240	40W5153	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE BARREIRO
35.38	CE	HIDROLÂNDIA	53650.002325/1998	4	04S2426	40W2411	LDE	ASSOCIACAO DOS MORADORES DE NOVA HIDROLANDIA
37.27	CE	PACUJÁ	53650.000863/1999	0	03S5917	40W4151	RAQ	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS
37.37	CE	GRAÇA	53000.001024/2008	27	03S5947	40W4725	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA ATIVA DA COMUNIDADE DE JABURU
---	CE	GRAÇA	53000.034356/2008	0	03S5949	40W4753	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA ATIVA DA COMUNIDADE DE JABURU



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 10 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
38.14	CE	PACUJÁ	53650.000865/1999	5	03S5849	40W4144	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS ARTESÃO DE PACUJÁ
38.14	CE	PACUJÁ	53650.000862/1999	5	03S5849	40W4144	ARQDE F	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PACUJÁ
38.14	CE	PACUJÁ	53650.000866/1999	5	03S5849	40W4144	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA MARIA EDNA ALVES
38.14	CE	PACUJÁ	53650.000864/1999	5	03S5849	40W4144	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE SÃO VICENTE
38.14	CE	PACUJÁ	53650.000867/1999	5	03S5849	40W4144	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL E ARTESANAL DE SANHARÃO
38.23	CE	PACUJÁ	53650.001440/1999	5	03S5846	40W4150	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE PACUJÁ
38.26	CE	PACUJÁ	53650.000861/1999	16	03S5845	40W4151	LDE	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIO DE PACUJA - CEARA
38.26	CE	PACUJÁ	53900.047630/2015	16	03S5845	40W4151	RAGR	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIO DE PACUJA - CEARA
38.26	CE	PACUJÁ	53560.006501/2015	16	03S5845	40W4151	POT	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIO DE PACUJA - CEARA
38.26	CE	PACUJÁ	53560.006501/2014	16	03S5845	40W4151	ARQPO T	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIO DE PACUJA - CEARA
38.26	CE	PACUJÁ	53650.006501/2014	16	03S5845	40W4151	EXIPOT	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIO DE PACUJA - CEARA
38.29	CE	PACUJÁ	53650.000222/2002	16	03S5844	40W4147	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOÃO ALVES DE SOUSA
	CE	VARJOTA	01250.000641/2017	0	04S0548	40W2624	CDI	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE BARRA VELHA VILA NAIARA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 11 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
39.83	CE	SANTA QUITÉRIA	53000.067904/2013	65	04S0608	40W2540	RFC	ASSOCIACAO MORIA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MACARAU - SANTA QUITERIA
39.83	CE	SANTA QUITÉRIA	53000.008729/2010	0	04S0608	40W2540	ARQCD I	ASSOCIACAO MORIA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MACARAU - SANTA QUITERIA
39.83	CE	SANTA QUITÉRIA	53000.012827/2010	0	04S0608	40W2540	ARQCD I	ASSOCIACAO MORIA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MACARAU - SANTA QUITERIA
39.89	CE	SANTA QUITÉRIA	53650.000616/1999	0	04S0556	40W2547	ARQCD I	FUNDACAO DELMIRA DE MESQUITA FARIAS
42.78	CE	MUCAMBO	53000.025182/2004	0	03S5626	40W4512	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS RADIALISTAS E EQUIPE DE FUTEBOL DAS COMUNIDADES DO MUN DE MUCAMBO
43.11	CE	IPUEIRAS	53000.045860/2005	21	04S4217	40W4635	ARQDE F	ASSOC. DOS MORADORES PESCADORES E AGRICULTORES DE LAGOA DO CANTO
43.30	CE	ARARENDÁ	53000.062323/2005	20	04S4236	40W4015	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA LAGOA DE SANTO ANTONIO
43.34	CE	ARARENDÁ	53000.008065/2006	20	04S4237	40W4014	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO MARACATU
45.56	CE	SANTA QUITÉRIA	53650.002723/1998	0	04S1131	40W1917	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA SKEMA FM
45.56	CE	SANTA QUITÉRIA	53000.032973/2012	0	04S1131	40W1917	ARQCD I	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO TRAPIA
45.68	CE	CARIRÉ	53000.040224/2008	0	04S0029	40W2646	ARQCD I	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA DE TAPUIO
45.68	CE	CARIRÉ	53000.035600/2005	24	04S0029	40W2646	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA DE TAPUIO
45.68	CE	CARIRÉ	53900.002682/2014	0	04S0029	40W2646	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA DE TAPUIO





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 12 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
45.73	CE	NOVA RUSSAS	53650.001137/1999	0	04S4224	40W3347	RAQ	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DA BOA VISTA
45.77	CE	NOVA RUSSAS	53650.001119/2001	14	04S4231	40W3402	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA RUSSAS
45.91	CE	NOVA RUSSAS	53650.001491/1999	0	04S4217	40W3313	RAQ	SOCIEDADE BENEFICENTE GONCALINHO DE CASTRO
46.15	CE	MUCAMBO	53650.001330/1999	0	03S5434	40W4448	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS RADIALISTAS E EQUIPE DE FUTEBOL DAS COMUNIDADES DO MUN DE MUCAMBO
46.15	CE	MUCAMBO	53650.002560/1998	4	03S5434	40W4445	LDE	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MUCAMBO - IRCM
46.15	CE	MUCAMBO	53900.006983/2014	4	03S5434	40W4445	RAGR	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MUCAMBO - IRCM
46.15	CE	MUCAMBO	53000.047401/2013	4	03S5434	40W4445	ARQPO S	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MUCAMBO - IRCM
46.15	CE	MUCAMBO	53900.002959/2015	4	03S5434	40W4445	ARQPO T	INSTITUTO DE RADIODIFUSAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MUCAMBO - IRCM
46.44	CE	NOVA RUSSAS	53650.000961/2001	14	04S4242	40W3330	ARQDE F	FUNDAÇÃO EMPA DE ENSINO E PESQUISA
46.65	CE	NOVA RUSSAS	53650.000948/2001	14	04S4256	40W3347	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA PLANALTO TIMBAUBA
46.65	CE	NOVA RUSSAS	53900.005056/2014	14	04S4256	40W3347	REN	ASSOCIACAO COMUNITARIA PLANALTO TIMBAUBA
46.68	CE	NOVA RUSSAS	53000.057069/2006	21	04S4045	40W2918	ARQDE F	ASSOCIACAO PROMOCIONAL DE ESPACINHA APROESP
	CE	NOVA RUSSAS	53650.001134/2001	14	04S4155	40W3124	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO BAIRRO DO JARDIM





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 13 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
46.77	CE	NOVA RUSSAS	53650.000136/2002	21	04S4049	40W2919	PAN	ASSOCIACAO PROMOCIONAL DE ESPACINHA APROESP
46.78	CE	NOVA RUSSAS	53000.019875/2003	21	04S4047	40W2915	ARQDE F	ASSOCIACAO SOCIO EDUCACIONAL ESPORTIVA E CULTURAL DOS MORADORES DO BAIRRO PATRONATO DE NOVA RUSSAS
46.91	CE	SÃO BENEDITO	53000.051928/2008	0	04S0105	41W0010	ARQCD I	ASSOC. COMUNIT. DOS TRABALHADORES RURAIS DO DISTRITO DE BARREIRO
47.01	CE	NOVA RUSSAS	53000.058260/2006	21	04S4050	40W2906	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL E SONORA NOVARUSSENSE
47.01	CE	NOVA RUSSAS	53900.040539/2016	21	04S4050	40W2906	ARQPO S	ASSOCIACAO CULTURAL E SONORA NOVARUSSENSE
48.43	CE	IBIAPINA	53900.038521/2016	16	03S5532	40W5321	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MENORES CARENTES DE IBIAPINA-CE
48.43	CE	IBIAPINA	53650.000735/2002	16	03S5532	40W5321	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MENORES CARENTES DE IBIAPINA-CE
48.51	CE	IBIAPINA	53650.002132/1998	4	03S5529	40W5321	ARQDE F	SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFÂNCIA
48.87	CE	CARIRÉ	53650.000485/1999	4	03S5705	40W2831	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO RURAL DE CARIRÉ
48.88	CE	IBIAPINA	53900.047617/2015	16	03S5515	40W5319	RAGR	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MENORES CARENTES DE IBIAPINA-CE
48.88	CE	IBIAPINA	53900.039097/2015	16	03S5515	40W5319	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MENORES CARENTES DE IBIAPINA-CE
48.88	CE	IBIAPINA	53900.045114/2015	16	03S5515	40W5319	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MENORES CARENTES DE IBIAPINA-CE
	CE	IBIAPINA	53650.000182/1999	0	03S5515	40W5321	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE JUREMA SUL (ASCOJUS)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

5/4/17 9:45 AM

Página 14 de 14

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
48.97	CE	CARIRÉ	53000.026612/2013	59	03S5705	40W2825	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA DE TAPUIO
49.04	CE	CARIRÉ	53650.000793/1999	4	03S5658	40W2832	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CARIRÉ
49.06	CE	CARIRÉ	53650.002714/1998	4	03S5702	40W2824	LDE	LIGA DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CARIRE
49.06	CE	CARIRÉ	53900.046486/2015	4	03S5702	40W2824	EXIREN	LIGA DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CARIRE
49.22	CE	ARARENDÁ	53000.063280/2005	20	04S4456	40W4949	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ARARENDÁ
49.22	CE	MARANGUAPE	53000.000337/2006	20	04S4456	40W4949	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA CULTURA DE MARANGUAPE
49.75	CE	ARARENDÁ	53000.044123/2005	20	04S4612	40W4258	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SANTANA
Nº de Linhas: 0								



ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da entidade	
Razão Social:	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	
Endereço de Sede:	Nº:
Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:
Endereço eletrônico (e-mail):	

Localização proposta para instalação do Sistema Irradiante	
Endereço:	Nº:
Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: ° (N/S) ‘ “
	Longitude: ° W ‘ “

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no D.O.U. de ____/____/_____, para outorga do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**.

E, neste momento, os dirigentes, abaixo qualificados, comprometem-se ao fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial da Lei nº 9.612/1998, da Portaria do Ministério das Comunicações que regulamente o Serviço e do edital que rege o processo seletivo.

Declaramos ainda que os dirigentes da entidade residem nos endereços abaixo, todos eles localizados na área da comunidade a ser atendida, e que os mesmos têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa, com base no art. 38, alínea “j” da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com redação alterada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes abaixo-assinados firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:		
Cargo:	Tít. Eleitor:	
RG:	Órgão Emissor:	CPF:
Endereço:	Nº:	
Bairro:	CEP:	
Assinatura:		

Nome do dirigente:		
Cargo:	Tít. Eleitor:	
RG:	Órgão Emissor:	CPF:
Endereço:	Nº:	
Bairro:	CEP:	
Assinatura:		

Endereço de correspondência:	
Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

<u>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u>
1 – Requerimento de Outorga (contendo a declaração de fiel cumprimento);
2 – Estatuto Social registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas;
3 – Ata de Constituição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas;
4 – Ata de eleição dos <u>atuais dirigentes</u> , registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas;
5 – Prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de dez anos;
6 – Prova de que todos os diretores são maiores;
7 – Manifestações em apoio, firmadas por pessoas físicas e jurídicas, <u>apresentadas necessariamente na forma do art. 34 da Norma 1/2015.</u>

<u>DOCUMENTOS DE INSTRUÇÃO</u>
1 – Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;
2 – Formulário de Dados de Funcionamento da Estação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 11166/2017/SEI-MCTIC

Referência: Processo nº: 53900.011951/2016-01.

Assunto: **Constatação de Pendências – Fase de Habilitação.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **IPU/CE**.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 11797/2016/SEI-MCTIC, foi solicitado a apresentação de um Requerimento de Outorga e o Registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Ata de Constituição e Eleição. Por fim, foi informado que a Associação estaria a uma distância menor que quatro quilômetros de uma entidade com licença definitiva expedida.

3. Conforme demonstram o Relatório de Processos Vizinhos (1850327) e o Despacho Interno CGRC (072831) juntados ao processo, existe um erro material na mencionada Nota Técnica, já que a Associação de fato não está a uma distância menor que quatro quilômetros de qualquer entidade com licença definitiva. Portanto, esta exigência feita na Nota Técnica nº 11797/2016/SEI-MCTIC deve ser desconsiderada.

4. Conforme demonstra documentação juntada ao processo (1203323), a Entidade cumpriu com o que lhe foi exigido.

5. Portanto, o presente processo encontra-se devidamente instruído, aguardando apenas a conclusão dos processos de entidades concorrentes para o encerramento desta primeira fase do procedimento de autorização. Porém, a entrada em vigor de uma nova legislação obriga este Ministério a fazer uma nova exigência, conforme descrito a seguir.

6. Em razão da entrada em vigor da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, que, entre outros dispositivos, alterou o art. 38, alínea “j” da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, a Entidade deverá encaminhar novo Requerimento de Outorga assinado por todos os dirigentes declarando que todos possuem “bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g’, ‘h’, ‘i’, ‘j’, ‘k’, ‘l’, ‘m’, ‘n’, ‘o’, ‘p’ e ‘q’ da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa”, conforme modelo de Requerimento de Outorga anexo. (1902576)

7. Destaca-se que a presente solicitação é a única que o Ministério Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação (art. 24 da Portaria 4.334/2015). Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará **obrigatoriamente** à **inabilitação**, na forma do que determina o art. 25, IV da Portaria nº 4.334/2015.

CONCLUSÃO

8. Assim, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a entidade para que cumpra a solicitação acima feita por meio da apresentação dos documentos pertinentes no prazo **improrrogável** de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

9. Caso existam dúvidas sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos apropriados pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

10. Por fim, ressalta-se que é obrigação da entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado junto ao da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Técnico de Nível Superior**, em 23/05/2017, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 31/05/2017, às 10:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1902322** e o código CRC **14A54DDE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 1902322



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 22504/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Maria Helena Farias Torquato

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU - CE,

Rua Padre Correia, nº 1.300, Bairro: Centro

CEP 62.250-000 / IPU – CE

CNPJ nº 12.946.707/0001-74

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.011951/2016-01.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11166/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria.
2. Cabe ressaltar que na comunicação da resposta deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 31/05/2017, às 10:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1902599** e o código CRC **9631EB27**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22504/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.011951/2016-01
- Nº SEI: 1902599



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

NOME OU RAZÃO

SERAD/CGRC

Ofício nº 22504 /2017/SEI-MCTIC, 31/05/2017

53900.011951/2016-01

ENDEREÇO

MARIA HELENA FARIAS TORQUATO

ASS. DE RADIOD. COMUNIT. SÃO SEBASTIÃO DE IPU - CE,

RUA PADRE CORREIA, Nº 1.300, CENTRO

CEP / CODE POSTAL

CEP 62.250-000

IPU - CE

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

21 / 06 / 17

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

MARCOS ANTONIO PEREIRA PINTO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RE EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTMARCOS PEREIRA
177.953.4

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8c>

EN

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

21 JUN 2017

DR/CE

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8c



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JR 43549565 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

06 JUN 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHA COM LETRA DE FORMA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Remota - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 29102/2017/SEI-MCTIC

Processo nº:53900.011951/2016-01

Assunto: **Inabilitação da entidade interessada.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **IPU/CE**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de inabilitação pelo(s) seguinte(s) fato(s) e fundamento(s):

	Dispositivo		Descrição	Análise
Portaria nº. 4.334/2015	Artigo 25	Inciso IV	A entidade interessada não cumpriu com solicitação feita pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	<p>O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em obediência ao art. 24 da Portaria 4.334/2015, solicitou documentos à Entidade por meio da Nota Técnica nº. 11166/2017/SEI/MCTIC.</p> <p>Apesar de tal Nota ter sido recebida pela interessada em 21/06/2017 (1992297) a resposta foi enviada pelo correio somente em 27/07/2017, conforme demonstra documento de fls. 5 (2002916).</p> <p>Nos termos do item 8 da mencionada Nota Técnica, a Associação tinha um prazo de trinta dias para apresentar os documentos exigidos. Portanto, o envio ocorreu fora do prazo.</p>

CONCLUSÃO



Em face do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pela **inabilitação** do outorga da entidade interessada.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. O prazo para interposição de recurso administrativo contra a inabilitação é de 30 (trinta) dias, improrrogáveis, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
5. Caso existam dúvidas sobre esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos apropriados pelo e-mail: duvidasradcom@mtic.gov.br.
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Técnico de Nível Superior**, em 18/12/2017, às 15:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 19/12/2017, às 13:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2504949** e o código CRC **B8CA6BAC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 2504949



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº. 29102/2017/SEI-MCTIC, constante no processo nº. 53900.011951/2016-01, de sorte a INABILITAR a Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU que requer autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 21/12/2017, às 13:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2505061** e o código CRC **2F3916DA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 2505061



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 54443/2017/SEI-MCTIC

Ao(A) Senhor(a)

Maria Helena Farias Torquato

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU,

Rua Padre Correia, nº 1.300, Bairro: Centro

CEP 62.250-000 / IPU – CE

CNPJ nº 12.946.707/0001-74

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.011951/2016-01.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 29102/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria.
2. Cabe ressaltar que na comunicação da resposta deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html
4. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 19/12/2017, às 13:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2505072** e o código CRC **CFE44B94**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 54443/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.011951/2016-01 - Nº SEI: 2505072



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Data de Envio:

28/12/2017 15:46:32

De:

MCTIC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

fmsaosebastiaoipu@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.011951/2016-01

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2504949.html
Oficio_2505072.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 1168/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.011951/2016-01**

Assunto: **Análise de Recurso administrativo.**

SUMÁRIO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, participante do Aviso nº. 96, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015, na localidade de **Ipu**, estado do **Ceará**.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº. 29.102/2017/SEI-MCTIC2504949), a Entidade fora considerada **inabilitada** em razão dos seguintes fatos e fundamentos:

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de inabilitação pelo(s) seguinte(s) fato(s) e fundamento(s):

	Dispositivo		Descrição	Análise
<i>Portaria nº. 4.334/2015</i>	<i>Artigo 25</i>	<i>Inciso IV</i>	<i>A entidade interessada não cumpru com solicitação feita pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.</i>	<i>O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em obediência ao art. 24 da Portaria 4.334/2015, solicitou documentos à Entidade por meio da Nota Técnica nº. 11166/2017/SEI/MCTIC. Apesar de tal Nota ter sido recebida pela interessada em 21/06/2017 (1992297) a resposta foi enviada pelo correio somente em 27/07/2017, conforme demonstra documento de fls. 5 (2002916). Nos termos do item 8 da mencionada Nota Técnica, a Associação tinha um prazo de trinta dias para apresentar os documentos exigidos. Portanto, o envio ocorreu fora do prazo.</i>

3. Em razão disso, foi concedido prazo improrrogável de 30 dias para a interposição de Recurso administrativo.

4. O Ofício nº. 54.443/2017/SEI-MCTIC2505072), que encaminhou a Nota Técnica nº. 29.102/2017/SEI-MCTIC2504949), foi enviado pela via eletrônica em 28/12/2017 conforme comprovante de envio do e-mail de notificação (2533760), tendo a entidade **até o dia 08/02/2018 para recorrer** nos termos do inciso II do §1º do art. 17 da Portaria MCTIC nº. 126 de 12 de março de 2014.

5. A Entidade interpôs Recurso tempestivamente em 10/01/2018 conforme protocolo nº. 01250.001421/2018-14, por meio do qual alegou em suma que:

(...) 4) Esta proponente, recebeu por meio físico, em 21/06/2017, o Ofício nº 22.504/2017/SEI-MCTIC, tendo como anexo a Nota Técnica nº. 11.166/2017/SEI-MCTIC, determinando o reenvio do Requerimento de Outorga, tendo em vista a entrada em vigor da Lei nº. 13.424, de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

28/03/2017, que alterou o Artigo 38 da Lei nº 4117, de 1962. Esta exigência, foi tempestivamente atendida, por meio eletrônico, CADSEI, através do processo nº 01250.037623/2017-13, gerando em 26/06/2017 (SEI 1986480). (fl. 05 e 06);

5) Tendo esta associação recebido o expediente acima por meio físico, inferimos que seria prudente também enviar a documentação pelo correio. Ocorre, que, compulsando a tramitação do processo em epígrafe, observa-se que, em consequência, foi autuado o processo nº 01250.038813/2017-40, registrado em 30/06/2017 (SEI 2002916). (fls. 07 a 10).

Pelo acima exposto, pugna-se pelo acolhimento do presente recurso, para que essa Coordenadoria habilite a proponente, possibilitando, inclusive, correção do erro material apontado. Por conseguinte, continuar participando do processo seletivo, passando para a fase de instrução, conforme previsto no Artigo 38 da Norma Reguladora. (grifos do original)

6. Ao que se observa no mérito do Recurso, a Entidade alega que cumpriu tempestivamente o envio de todos os documentos solicitados.

7. Antes de adentrar a análise do mérito do Recurso, faz-se necessário observar os documentos e datas de recebimento dos Ofícios acostados aos autos.

8. Conforme se verifica, a Nota Técnica nº. 29.102/2017 que indeferiu o requerimento da entidade tem como fundamento o disposto no **inciso IV do art. 25 da Portaria nº. 4.334/2015** vez que, a entidade teria cumprido **intempestivamente** as exigências feitas por meio da Nota Técnica nº. 11.166/2017/SEI-MCTIC (902322), encaminhada como um anexo do Ofício nº. 22.504/2017/SEI-MCTIC (902599), recebido pela entidade em 21/06/2017 conforme AR (1992297). Portanto, a entidade tinha até o dia 21/07/2017 para atender às exigências ali feitas e, teoricamente, teria feito em 27/07/2017.

9. Preliminarmente cumpre salientar que, tendo em vista o disposto no art. 53 da Portaria nº. 4.334/2015 e o que for mais benéfico para a Entidade, a tempestividade dos atos praticados pelas Entidades interessadas **é aferida pela data do registro do protocolo junto ao SEI ou pela data da postagem da correspondência junto aos Correios, in verbis:**

Art. 53. A tempestividade dos atos praticados pelas Entidades interessadas é aferida pela data do registro no protocolo junto ao Ministério das Comunicações ou pela data da postagem da correspondência junto aos Correios, aquela que for mais benéfica para a entidade.

10. Assim, consta nos autos o protocolo de dois documentos, um originalmente inserido via CADSEI e outro após o recebimento do documento físico encaminhado pelos Correios:

a) **Protocolo nº. 01250.037623/2017-13** gerado no SEI dia **26/06/2017**: a Entidade encaminhou o novo Requerimento de Outorga assinado por todos os dirigentes em atenção ao requerido no item 6 da Nota Técnica nº. 11.166/2017/SEI-MCTIC;

b) **Protocolo nº. 01250.038813/2017-40** postado nos Correios em **27/06/2017** conforme envelope à fl. 05: a Entidade reencaminhou o novo Requerimento de Outorga conforme feito na letra "a" acima.

11. Portanto, assiste razão à Entidade vez que, como dito, ela poderia ter atendido a exigência até 21/07/2017 e o fez duas vezes tempestivamente, uma em 26/06/2017 e outra em 27/06/2017.

CONCLUSÃO

12. Com base nessas informações, uma vez observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária sugere o conhecimento e **provimento** do recurso administrativo interposto, de forma que se retome a análise processual a fim de verificar a viabilidade do deferimento da outorga.

13. À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Diana Otsuka da Silva, Técnico de Nível Superior**, em 19/01/2018, às 09:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/02/2018, às 11:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2585203** e o código CRC **FB68552A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 2585203



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTA, ao uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 1168/2018/SEI-MCTIC, constante do processo nº 53900.011951/2016-01, de sorte a dar **provimento** ao recurso interposto pela **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, participante do Aviso nº. 96, a fim de reconsiderar o ato que promoveu o indeferimento do pedido de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ipu/CE**.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 16/02/2018, às 15:20, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. N° de Série do Certificado: 1257670



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2585488** e o código CRC **780BFF40**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 2585488



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 1991/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

Maria Helena Farias Torquato

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

Rua Padre Correia, nº 1.300, Bairro: Centro

CEP 62.250-000 / IPU – CE

CNPJ nº 12.946.707/0001-74

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.011951/2016-01.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 1168/2018/SEI-MCTIC** que julgou **provido** o recurso administrativo interposto por essa Entidade.
2. Por fim, qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/02/2018, às 11:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2585502** e o código CRC **81FF2DC4**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1991/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.011951/2016-01 - Nº SEI: 2585502



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Data de Envio:

28/02/2018 15:50:16

De:

MCTIC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

fmsaosebastiaoipu@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.011951/2016-01

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2585203.html
Oficio_2585502.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 11913/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

Maria Helena Farias Torquato

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

Rua Padre Correia, nº 1.300, Bairro: Centro

CEP 62.250-000 / IPU – CE

CNPJ nº 12.946.707/0001-74

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.011951/2016-01.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimos-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 6579/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria.
2. Cabe ressaltar que na comunicação da resposta deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
4. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/04/2018, às 16:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2809684** e o código CRC **71A2CA11**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 11913/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.011951/2016-01 - Nº SEI: 2809684



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Relação de Processos Vizinhos (50Km) em ordem de distância

Identificação de Processos

Aviso de Inscrição: **96**Número do Processo: **53900.011951/2016**Vizinhos

Dist. (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Insc.	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	CE	IPU	53000.064895/2010	30	04S1922	40W4238	ARQDEF	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.00	CE	IPU	53900.025697/2015	0	04S1922	40W4238	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.00	CE	IPU	53900.011951/2016	96	04S1922	40W4238	EX1	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.10	CE	IPU	53900.076172/2015	96	04S1925	40W4237	ARQDEF	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E SOCIAL DO IPU - ADCI
0.36	CE	IPU	53650.001527/1999	5	04S1912	40W4232	ARQDEF	ASSOCIACAO DE IRMAOS MACONS DE IPU
0.59	CE	IPU	53650.000788/2001	30	04S1931	40W4221	ARQDEF	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA LUZIA
0.87	CE	IPU	53000.064905/2010	30	04S1854	40W4242	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNIDADE HARMONIA MUNICIPIO DE IPU/CE
1.39	CE	IPU	53650.002030/1998	5	04S2007	40W4236	ARQDEF	FUNDACAO MARTINS
2.42	CE	IPU	53000.050366/2010	30	04S2034	40W4309	ARQDEF	ASSOCIACAO CASA DE CULTURA OSWALDO ARAUJO
2.45	CE	IPU	53650.000767/1999	5	04S1809	40W4207	ARQDEF	ASSOCIACAO DA RENOVACAO CARISMATICA CATOLICA CRISTO REI IPU - CEARA
2.73	CE	IPU	53000.017847/2004	30	04S1905	40W4405	ARQDEF	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E COMUNICAÇÃO DE VARZEÁ DO JILÓ - DISTRITO DE IPÚ
2.73	CE	IPU	53000.023363/2004	0	04S1905	40W4405	PAN	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E COMUNICAÇÃO DE VARZEÁ DO JILÓ - DISTRITO DE IPÚ
2.73	CE	IPU	53900.013590/2016	96	04S1905	40W4405	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL DA VARZEA DO JILO - ACVJ
2.91	CE	IPU	53900.011939/2016	96	04S1913	40W4412	ARQDEF	ASSOCIACAO PRO-CULTURA E CIDADANIA DA VARZEA DO JILO
	CE	IPU	53000.058402/2013	0	04S2132	40W4641	RAQ	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE SAO JOSE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
mctc.gov.br/RadcomWeb/requerimento/gerar-vizinhos/calculador.action?processo.id=33387
<https://mctc.gov.br/RadcomWeb/requerimento/gerar-vizinhos/calculador.action?processo.id=33387>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Dist. (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Insc.	Latitude	Longitude	Status	Entidade
10.60	CE	PIRES FERREIRA	53000.016727/2007	0	04S1442	40W3919	ARQCDI	ASSOCIACAO COMUNITARIA WALDEMAR BRAZ DE OLIVEIRA
10.60	CE	PIRES FERREIRA	53000.055148/2005	21	04S1442	40W3919	ARQDEF	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ISIDRO SOARES LIRA
10.78	CE	PIRES FERREIRA	53000.056507/2006	21	04S1437	40W3916	ARQDEF	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PIRES FERREIRA
11.49	CE	PIRES FERREIRA	53000.038386/2011	34	04S1437	40W3838	ARQDEF	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PIRES FERREIRA
11.55	CE	PIRES FERREIRA	53000.037499/2011	34	04S1426	40W3849	AUT	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE PIRES FERREIRA

1/9 Exibir : 20 ▼



Município/UF: Ipu - CE

Processo nº: 53900.011951/2016-01

Número de concorrentes: 3 (53900.076172/2015) EMA / Edital 96

(53900.013590/2016) EMA / Edital 96

(53900.011939/2016) EMA/ Edital 96

Nome da entidade: Associação de Radiodifusão Comunitária de São Sebastião de Ipu

Nº do edital/ano: **96/2016**

Prazo de inscrição: **23/12/2015 a 22/02/2016**

Prorrogado até 11/03/2016 pela Portaria nº 799, de 2016 (DOU 1º/03/2016).

1. Data de postagem/SEI: 22/02/2016

2. Tempestivo: (x) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (2002916) fl. (2-4).

4. Estatuto Social: (1203323) fl. (8-15).

4.1. Estatuto social registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (1203323) fl. (17).

5.1. Ata de constituição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (1203323) fl. (23-28).

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovante de maioridade e nacionalidade:

7.1. Diretoria:

DIRETORA PRESIDENTE: Maria Helena Farias Torquato (0991925) fl. (20).

DIRETORA ADMINISTRATIVA: Maria Ruth de Sousa (0991925) fl. (21).

DIRETORA FINANCEIRA: Maria José Cavalcante Aragão (0991925) fl. (22).

8. Manifestações em apoio: (0991925) fl. (24-61).

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

9.1. Os diretores não fazem parte da composição dos membros de partidos políticos, não possuindo também vínculo religioso e qualquer parente familiar na diretoria.

OBSERVAÇÕES:

1. O Estatuto Social da Entidade está em desacordo com o art. 40, da Portaria nº 4.334/2015.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 6579/2018/SEI-MCTIC

Referência: Processo nº: 53900.011951/2016-01.

Assunto: **Constatação de Pendências – Fase de Habilitação.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, participante do Aviso nº. 96, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015, na localidade de **Ipu**, estado do **Ceará**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de uma pendência, conforme descrição a seguir:

3. O Estatuto Social da Entidade está em desacordo com a Portaria nº 4334/2015, os seguintes trechos devem ser alterados:

- o art. 23 do Estatuto está em desacordo com o art. 40, II da Portaria nº 4334/2015, pois não prevê a garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;
- o Estatuto está em desacordo com o art. 40, III da Portaria nº 4334/2015, pois não prevê a garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;
- o Estatuto está em desacordo com o art. 40, IV da Portaria nº 4334/2015, pois não prevê entre os direitos dos associados o direito de votar e ser votado para os cargos de direção.

Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC.

Observação 2: o estatuto social deverá ser encaminhado registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro A.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

5. Destaca-se que a presente solicitação é a única que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação (art. 24 da Portaria 4.334/2015). Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará *obrigatoriamente* à **inabilitação**, na forma do que determina o art. 25, IV da Portaria nº 4.334/2015.

CONCLUSÃO

6. Assim, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a entidade para que cumpra a solicitação acima feita por meio da apresentação dos documentos pertinentes no prazo **improrrogável** de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

7. Caso existam dúvidas sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos apropriados pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Técnico de Nível Superior**, em 27/03/2018, às 15:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/04/2018, às 16:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2808128** e o código CRC **A46D067C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 2808128



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Data de Envio:

04/04/2018 14:50:59

De:

MCTIC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

fmsaosebastiaoipu@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.011951/2016-01

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2809684.html
Nota_Tecnica_2808128.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.946.707/0001-74
Certidão nº: 150208816/2018
Expedição: 15/05/2018, às 15:37:32
Validade: 10/11/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.946.707/0001-74**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 11204/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.011951/2016-01**.

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO**.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, participante do Aviso nº. 96, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015, na localidade de **Ipu**, estado do **Ceará**.

ANÁLISE

2. Por meio da NOTA TÉCNICA Nº 6579/2018/SEI-MCTIC este Ministério solicitou à Entidade algumas alterações em seu Estatuto Social.

3. De forma tempestiva a Associação cumpriu a exigência presente na citada Nota, promovendo as alterações solicitadas. Porém, ainda existem exigências a serem feitas, conforme descrito a seguir.

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC	Art. 39, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
	Art. 39, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, evento SEI, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

3. A Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga** (2975937) contendo **todas as declarações** nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado por todos os dirigentes**.

CONCLUSÃO

4. Destaca-se que esta solicitação é a **única** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Técnico de Nível Superior**, em 15/05/2018, às 16:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/05/2018, às 15:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2975652** e o código CRC **B606D9F4**.

Minutas e Anexos

(2975937)

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 2975652



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 19317/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

Maria Helena Farias Torquato

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

Rua Padre Correia, nº 1.300, Bairro: Centro

CEP 62.250-000 / IPU – CE

CNPJ nº 12.946.707/0001-74

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.011951/2016-01.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11204/2018/SEI-MCTIC** que trata da análise do processo em referência, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/05/2018, às 15:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2975968** e o código CRC **5AD472E2**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 19317/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.011951/2016-01
- Nº SEI: 2975968



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Data de Envio:

21/05/2018 16:45:15

De:

MCTIC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

fmsaosebastiaoipu@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.011951/2016-01

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2975652.html
Oficio_2975968.html
Requerimento_2975937_Requerimento_de_Outorga.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Processo nº **53900.011951/2016-01**.

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de São Sebastião de Ipu**

Localidade: **Ipu/CE**.

Documentos exigidos para a outorga:

1) Requerimento de outorga: fl. 1-3 (0991925). **Necessária a juntada de novo Requerimento de Outorga**

1.1) Data de postagem 22/02/2016

1.2) Tempestividade: (x) Sim () Não.

2) Estatuto Social: fls. 03-10 (2935570)

2.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 7º, §1º;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 7º, §1º;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 17;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 20;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 17;

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 32.

2.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: art. 1º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 5º e 8º;

e) Direitos dos associados: art. 9º;

f) Deveres dos associados: art. 10;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 8º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 28;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 11-15;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 15, § 2º;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 15;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 15;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 18;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 14;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art.36.

3) Ata de Eleição da Diretoria fls. 23-28 (1203323):

Presidente: Maria Helena Farias Torquato (0991925) fl. (20);

Diretora Administrativa: Maria Ruth de Sousa (0991925) fl. (21).;

Diretora Financeira: Maria José Cavalcante Aragão (0991925) fl. (22).

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 20-22 (0991925),

5) CNPJ: fl. 4 (0991925)

6) Certidão Negativa da Anatel: ok.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

7) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS, fls. 6 (3082418).

8) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB, fls. 7 (3082418).

9) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT, (2975518).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 15921/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.011951/2016-01**.

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, participante do Aviso nº. 96, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015, na localidade de **Ipu**, estado do **Ceará**.

ANÁLISE

2. Por meio da NOTA TÉCNICA Nº 11204/2018/SEI-MCTIC esta Coordenação-Geral fez à Entidade as seguintes exigências:

- certidão negativa junto ao FGTS;
- certidão negativa junto à Receita Federal; e,
- novo modelo de Requerimento de Outorga.

3. A Associação foi notificada da mencionada Nota Técnica por meio do CADSEI em 21/05/2018 (2993588), como sua resposta foi apresentada em 20/06/2018 (3082418), é tempestiva.

4. Ao analisar os documentos juntados pela Entidade é possível afirmar que o Requerimento de Outorga apresentado não corresponde ao modelo que acompanhou a NOTA TÉCNICA Nº 11204/2018/SEI-MCTIC, motivo pelo qual a Associação deverá utilizar o modelo anexado ao processo (2975937).

5. Nos termos do art. 41, §1º da Portaria 4.334/2015 está será a última oportunidade dada à Entidade de cumprir a exigência, sob pena de inabilitação.

6. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

7. Destaca-se que esta solicitação é a única que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 e 41, §1º da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC.



Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: icom@mctic.gov.br.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

11. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Técnico de Nível Superior**, em 13/07/2018, às 10:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 17/07/2018, às 16:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3151934** e o código CRC **0A127D04**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 3151934



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 27902/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

Maria Helena Farias Torquato

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**

Rua Padre Correia, nº 1.300, Bairro: Centro

CEP 62.250-000 /IPU – CE

CNPJ nº 12.946.707/0001-74

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.011951/2016-01.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 15921/2018/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 17/07/2018, às 16:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3152189** e o código CRC **20A07E92**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 27902/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.011951/2016-01
- Nº SEI: 3152189



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Data de Envio:

19/07/2018 11:53:41

De:

MCTIC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

fmsaosebastiaoipu@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.011951/2016-01

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3152189.html
Nota_Tecnica_3151934.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	'	"	
	Longitude:	° W	'	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 26585/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.011951/2016-01.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE** entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **IPU/CE**.

ANÁLISE

2. Por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 15921/2018/SEI-MCTIC** esta Coordenação-Geral exigiu que a Entidade juntasse o Requerimento de Outorga.

3. De forma tempestiva, a Associação cumpriu a solicitação.

4. Porém, houve um erro material no modelo de Requerimento de Outorga anexado, motivo pelo qual a Entidade deve enviar novamente o documento, conforme modelo anexo (3635327).

CONCLUSÃO

5. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Técnico de Nível Superior**, em 30/11/2018, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/12/2018, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3635337** e o código CRC **E067C088**.

Minutas e Anexos

3635327

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 3635337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 47729/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Maria Helena Farias Torquato

Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**, (CNPJ nº 12.946.707/0001-74)

Rua Padre Correia, nº 1.300, Centro

CEP 62.250-000 / IPU/CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.011951/2016-01.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 26585/2018/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/12/2018, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3635405** e o código CRC **B4827D9F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 47729/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.011951/2016-01
- Nº SEI: 3635405



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Data de Envio:

05/12/2018 10:45:03

De:

MCTIC/SEARC (SE-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

fmsaosebastiaoipu@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.011951/2016-01

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3635405.html
Nota_Tecnica_3635337.html
Requerimento_3635327_Requerimento_de_Outorga.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Município/UF: Ipu/CE **Resultado Prévio**

Processo nº: 53900.011951/2016-01

CNPJ: 12.946.707/0001-74

Número de concorrentes: 3

ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E SOCIAL DO IPU - ADCI - 53900.076172/2015 **ARQDEF**

ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL DA VARZEA DO JILO – ACVJ - 53900.013590/2016 **ARQDEF**

ASSOCIACAO PRO-CULTURA E CIDADANIA DA VARZEA DO JILO - 53900.011939/2016 **ARQDEF**

Nome da entidade: Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu

Nº do edital/ano: **96/2015 publicação 22/12/2015**

Prazo de inscrição: **23/12/2015 a 22/02/2016**

Prorrogado até 11/03/2016 pela Portaria nº 799, de 2016 (DOU 1º/03/2016).

1. Data de postagem/SEI: 22/02/2016 – fl.63 (0991925)

2. Tempestivo: (x) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: f.1/3 (0991925) Requerimento atualizado: f.2/4 (3743252)

4. Estatuto Social: f.3/10 (2935570)

4.1. Estatuto social registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: f.17/18 (1203323)

5.1. Ata de constituição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: f.16/19 (0991925)

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

7. Comprovante de maioria e nacionalidade:

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Maria Helena Farias Torquato – fl.20 (0991925)		008319870710 17/08/40	324.154.863-53	
Diretora Administrativa: Maria Ruth de Sousa – fl.21 (0991925)		067899150736 12/03/89	029.001.283-07	
Diretora Financeira: Maria José Cavalcante Aragão – fl.22 (0991925)		0452234070787 08/04/48	250.533.455-20	

8. Manifestações em apoio: fl.24/60 (0991925)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl.

11. Pesquisa Anatel () e Radar () ok

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: () ok

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (), Certidão FGTS (), Certidão PGFN () , Certidão CNDT ():

OBSERVAÇÕES: Exigência solicitada por meio da NT.26585/2018 foi devidamente cumprida – Resultado Prévio.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

NOTA TÉCNICA Nº 16002/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.011951/2016-01.**

Assunto: **RESULTADO PRÉVIO DA FASE DE HABILITAÇÃO - SANEAMENTO DO PROCESSO**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por meio do Edital nº 96/2015, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015, iniciou-se a Seleção Pública com o objetivo de outorgar novas autorizações para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ipu / CE**.

ANÁLISE

2. Após análise de todos os pedidos de outorga inscritos na Seleção Pública e que possuíam relação de concorrência, nos termos do art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018. No entanto, não tendo sido divulgado o resultado prévio no momento oportuno, para saneamento do processo, inclusive quanto as entidades concorrentes, conforme quadro abaixo, a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária, em obediência ao art. 26 da mesma Portaria, torna público o **resultado prévio da fase de habilitação**, a saber:

ENTIDADES CONCORRENTES		
PROCESSO	ENTIDADE	SITUAÇÃO
53900.011951/2016-01	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU	HABILITADA
53900.076172/2015-61	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E SOCIAL DO IPU	INABILITADA
53900.013590/2016-29	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE VÁRZEA DO JILÓ	INABILITADA
53900.011939/2016-98	ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA E CIDADANIA DA VÁRZEA DO JILÓ	INABILITADA

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária comunica às interessadas o **resultado prévio da fase de habilitação**.

4. Caso haja interesse em recorrer desta decisão, informa-se que o prazo para interposição de recurso administrativo é de **30 (trinta) dias, improrrogáveis**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida. Após a análise dos recursos ou do decurso do prazo assinalado, será publicado o resultado definitivo da habilitação e terá início a fase de seleção.

5. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 03/09/2019, às 16:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4594028** e o código CRC **BAD61ADF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 4594028



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 31233/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 03 de setembro de 2019.

À Senhora
MARIA HELENA FARIAS TORQUATO
Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**, (CNPJ nº 12.946.707/0001-74)
Rua Padre Correia, nº 1.300, Centro
62.250-000 / IPU-CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.011951/2016-01.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16002/2019/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
6. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4594112** e o código CRC **4C85410E**.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 4594112



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Data de Envio:

16/09/2019 11:51:14

De:

MCTIC/SEARC (SE-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

fmsaosebastiaoipu@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.011951/2016-01

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4594112.html
Nota_Tecnica_4594028.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.946.707/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/11/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R PADRE CORREIA	NÚMERO 1300	COMPLEMENTO *****
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IPU
UF CE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3683-2316
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/01/2021** às **12:19:26** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>



CNPJ:

12.946.707/0001-74

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 12:43:43 do dia 06/01/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.946.707/0001-74
Certidão n°: 254034/2021
Expedição: 06/01/2021, às 12:56:46
Validade: 04/07/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **12.946.707/0001-74**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está REGULAR perante o FGTS:

Inscrição: 12.946.707/0001-74

Razão social: ASSOC DE RADIODIFUSAO COM SAO SEBASTIAO IPU

Resultado da consulta em 06/01/2021 12:50:56

Obtenha o [Certificado de Regularidade do FGTS - CRF](#)

Consulte o [Histórico do Empregador](#)

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
CNPJ: 12.946.707/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:52:05 do dia 06/01/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/07/2021.

Código de controle da certidão: **882F.42B9.C6E9.2111**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 6

FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

☐ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL _____

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO) CNPJ

3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

BAIRRO CIDADE CEP

CIDADE (CONTINUAÇÃO)	UF	COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da Latitude: <u>N</u> - Norte ou <u>S</u> - Sul)																	
		° , " ° , " W																	

4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOURO

BAIRRO CIDADE CEP

CIDADE (CONTINUAÇÃO)	UF	COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da Latitude: <u>N</u> - Norte ou <u>S</u> - Sul)																
		° ’ ” ° ’ ” W																

5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

BAIRRO CIDADE CEP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

FABRICANTE

[illegible]

POTÊNCIA

№

[illegible]

FABRICANTE DA ANTENA

INDICANTE D'ATTIVITÀ		VALORI	
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32
33	34	35	36
37	38	39	40
41	42	43	44
45	46	47	48
49	50	51	52
53	54	55	56
57	58	59	60
61	62	63	64
65	66	67	68
69	70	71	72
73	74	75	76
77	78	79	80
81	82	83	84
85	86	87	88
89	90	91	92
93	94	95	96
97	98	99	100

MODELO
POLARIZAÇÃO

V ☐ C ☐ E ☐ H ☐

TIPO

GANHO max (Gt)
ALTITUDE DO LOCAL

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

					dBd			,	m			,	m						,	m
--	--	--	--	--	-----	--	--	---	---	--	--	---	---	--	--	--	--	--	---	---

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

[illegible]

COMPRIMENTO (L)
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m			,		dB			,		dB			,				
--	--	--	--	---	---	--	--	---	--	----	--	--	---	--	----	--	--	---	--	--	--	--

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

P_t = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

η = Eficiência da linha de transmissão.

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \quad - 20 \log \quad = \quad \text{dBu}$$



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

--

NOME COMPLETO																								
REG.CREA					ENDEREÇO																			
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)										BAIRRO														



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53900.011951/2016-01**.

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Após análise do processo nº 53900.011951/2016-01, de interesse da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**, na localidade de Ipu/CE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 06/01/2021, às 13:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6335654** e o código CRC **BD878669**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 6335654



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

CHECKLIST

Município/UF: Ipu/CE – Concorrentes em Arqdef- Convocação para a fase de instrução.

Processo nº: 53900.011951/2016-01 CNPJ: 12.946.707/0001-74

Número de concorrentes: 3

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E SOCIAL DO IPU - ADICI - 53900.076172/2015 ARQDEF
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DA VÁRZEA DO JILÓ – ACVJ - 53900.013590/2016 ARQDEF
ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA E CIDADANIA DA VÁRZEA DO JILÓ - 53900.011939/2016 ARQDEF

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

Nº do edital/ano: 96/2015 publicação 22/12/2015

Prazo de inscrição: 23/12/2015 a 22/02/2016

Prorrogado até 11/03/2016 pela Portaria nº 799, de 2016 (DOU 1º/03/2016)

1. Data de postagem/SEI: 22/02/2016 – Fl.63 (0991925)
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 2-4 (3743252)
4. Estatuto Social: Fls. 3-10 (2935570) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 17-18 (1203323) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 16-19 (0991925) para o período de 27/01/2016 a 27/01/2019 **vencida**
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls.20-22 (0991925)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Maria Helena Farias Torquato	Não	008319870710 17/08/40	Felix Pontes de Farias e Maria do Camo Bezerra	324.154.863-53	Não
Diretora Administrativa: Maria Ruth de Sousa	Não	067899150736 12/03/89	Leni Joe de Sousa e Maria do Socorro Gomes de Sousa	029.001.283-07	Não
Diretora Financeira: Maria José Cavalcante Aragão	Não	045234070787 08/04/48	José Ribamar Cavalcante e Maria Alencar Cavalcante	250.533.455-20	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 24-60 (0991925)
9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 62 (0991925)
11. Pesquisa Anatel (ok) e Radar (ok)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (ok)
- 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES:**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:** Fls. 3-10 (2935570)**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 3**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 7**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 7**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 19**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 20-23**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 17**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 33-34**

1.2 Adequação ao Código Civil:inação, fins e sede: **Art. 1-2**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 8**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 9-10**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 28**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 26-27**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **não consta**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 31**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 8**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 15-16**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 36**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (6335646)

2.2 Certidão FGTS: (6335646)

2.3 Certidão PGFN : (6335646)

2.4 Certidão CNDT: (6335646)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: () Será consultado após a apresentação da ata de eleição atualizada.

3. Pesquisa Anatel (6335646) e Radar (6335654)

4. Anexo 6/ART: fl. () Solicitar

OBSERVAÇÕES:

06/01/2021 - Será solicitado a entidade a apresentação da nova ata de eleição uma vez que a ata apresentada venceu em 27/01/2019, documentos dos novos dirigentes (se for o caso), adequação do estatuto social uma vez que não consta a disposições para alterações estatutárias e a apresentação do Formulário Técnico anexo 6.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 06/01/2021, às 13:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6335117** e o código CRC **475B1B20**.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 6335117



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 220/2021/MCOM

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

À Senhora

MARIA HELENA FARIAS TORQUATO

Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**, (CNPJ nº 12.946.707/0001-74)

Rua Padre Correia, nº 1.300, Centro

62.250-000 / Ipu-CE

Assunto: PROCESSO nº 53900.011951/2016-01. PROCESSO DE CONCORRENTES ARQUIVADOS - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ipu/CE em razão do Edital nº 96/2015, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015.

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que foi informado por meio da Nota Técnica nº 16002/2019/SEI-MCTIC (4594028).

3. Assim, considerando que não há mais concorrência, tendo em vista o arquivamento definitivo dos processos nº 53900.076172/2015, 53900.013590/2016 e 53900.011939/2016 em razão do decurso de prazo para apresentação de recurso administrativo, aquele resultado tornou-se **definitivo** da fase de habilitação, dando ensejo à convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.

4. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

4.1. Ata de eleição dos atuais dirigentes (art. 22, inciso IV): O mandato da diretoria encontra-se vencido desde 27/01/2019. Assim, a entidade deve apresentar a ata de eleição da atual diretoria.

Observação 1: a ata de eleição deverá estar registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Observação 2: os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no estatuto social.

4.2. Comprovante de maioria e nacionalidade de todos os diretores (art. 22, incisos V e VI): A Entidade deverá enviar documentos que demonstrem a maioria e a nacionalidade dos diretores.

Observação 1: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 22, § 3º da Portaria:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

VII - passaporte.

Observação 2: não é necessário que sejam encaminhados os comprovantes de maioridade e nacionalidade dos membros do conselho fiscal.

4.3. Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas (art. 22, inciso I): Apenas se houver alteração no quadro diretivo (mesmo que seja de apenas um dirigente) será necessário encaminhar **novo Requerimento de Outorga**, contendo **todas as declarações** nele elencadas e deve ser **assinado por todos os dirigentes**.

Observação: no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação completa e assinatura de **todos** os dirigentes.

4.4. A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (6335652).

Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).

Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).

4.5. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

4.5.2. Código Civil:

Art. 54: Deve estar expressamente previsto:

- as condições para a alteração das disposições estatutárias;

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

6. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 41, §2º da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), por não haver no Município entidade já autorizada, pode ser concedida mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**.

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

8. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

9. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

10. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Anexos:

Formulário Dados Técnicos SEI 6335652



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 11/01/2021, às 07:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6335686** e o código CRC **417C6B8C**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 220/2021/MCOM - Processo nº 53900.011951/2016-01 - Nº SEI: 6335686

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

Data de Envio:

13/01/2021 16:57:27

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mtic.gov.br>

Para:

fmsaosebastiaoipu@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.011951/2016-01

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_6335686.html
Anexo_6335652_Anexo_6.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



CNPJ:

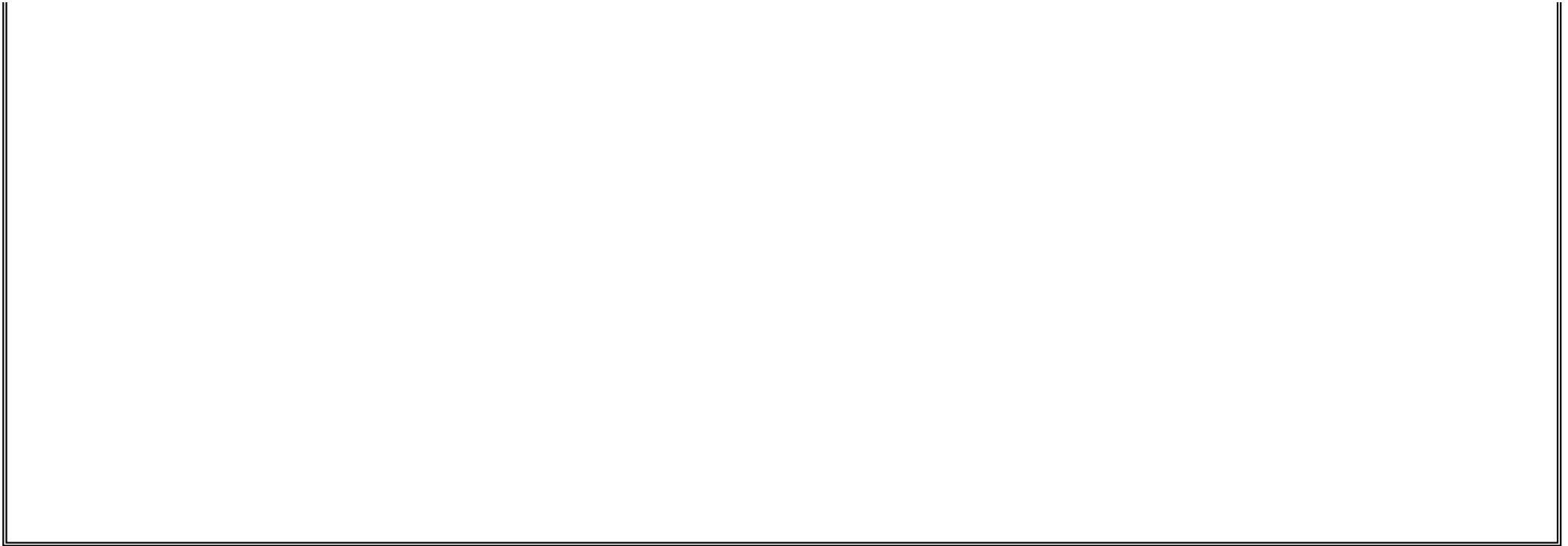
12.946.707/0001-74

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 10:15:41 do dia 03/09/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)





Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

10/7/21 12:28 PM

Página 1 de 16

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	CE	IPU	53900.011951/2016	96	04S1924	40W4230	EXINST	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.22	CE	IPU	53900.076172/2015	96	04S1925	40W4237	ARQDE F	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E SOCIAL DO IPU - ADCI
0.25	CE	IPU	53900.025697/2015	0	04S1922	40W4238	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.25	CE	IPU	53000.064895/2010	30	04S1922	40W4238	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
0.35	CE	IPU	53650.000788/2001	30	04S1931	40W4221	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA LUZIA
0.38	CE	IPU	53650.001527/1999	5	04S1912	40W4232	ARQDE F	ASSOCIACAO DE IRMAOS MACONS DE IPU
1.00	CE	IPU	53000.064905/2010	30	04S1854	40W4242	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNIDADE HARMONIA MUNICIPIO DE IPU/CE
1.34	CE	IPU	53650.002030/1998	5	04S2007	40W4236	ARQDE F	FUNDACAO MARTINS
2.42	CE	IPU	53650.000767/1999	5	04S1809	40W4207	ARQDE F	ASSOCIACAO DA RENOVACAO CARISMATICA CATOLICA CRISTO REI IPU - CEARA
2.47	CE	IPU	53000.050366/2010	30	04S2034	40W4309	ARQDE F	ASSOCIACAO CASA DE CULTURA OSWALDO ARAUJO
2.98	CE	IPU	53000.017847/2004	30	04S1905	40W4405	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E COMUNICACAO DE VARZEA DO GILO-DISTRITO DE IPU
2.98	CE	IPU	53000.023363/2004	0	04S1905	40W4405	PAN	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E COMUNICACAO DE VARZEA DO GILO-DISTRITO DE IPU
---	CE	IPU	53900.013590/2016	96	04S1905	40W4405	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL DA VARZEA DO JILO - ACVJ





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 96
Número do Processo: 539000119512016

10/7/21 12:28 PM

Página 2 de 16

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
3.16	CE	IPU	53900.011939/2016	96	04S1913	40W4412	ARQDE F	ASSOCIACAO PRO-CULTURA E CIDADANIA DA VARZEA DO JILO
8.68	CE	IPU	53000.058402/2013	0	04S2132	40W4641	RAQ	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE SAO JOSE
10.51	CE	PIRES FERREIRA	53000.016727/2007	0	04S1442	40W3919	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA WALDEMAR BRAZ DE OLIVEIRA
10.51	CE	PIRES FERREIRA	53000.055148/2005	21	04S1442	40W3919	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA ISIDRO SOARES LIRA
10.69	CE	PIRES FERREIRA	53000.056507/2006	21	04S1437	40W3916	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PIRES FERREIRA
11.39	CE	PIRES FERREIRA	53000.038386/2011	34	04S1437	40W3838	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PIRES FERREIRA
11.45	CE	PIRES FERREIRA	53000.037499/2011	34	04S1426	40W3849	DEC	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL DE PIRES FERREIRA
11.91	CE	CAMPOS SALES	53650.000945/2000	0	04S1409	40W3847	ARQCD I	CONGREGACAO SERVOS DO SAGRADO CORACAO DE CATARINA VOLPICELLI
12.50	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.019831/2004	19	04S1821	40W4911	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL DA VILA MARTINSLANDIA
12.57	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.017849/2004	19	04S1814	40W4912	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE MARTINSLANDIA
12.75	CE	PIRES FERREIRA	53650.000032/1999	5	04S1407	40W3805	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA FLORES DE HUMAITA
13.95	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.023865/2004	0	04S1621	40W4924	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E COMUNICACAO DE MUCAMBO-DISTRITO DE GUARACIABA DO NORTE
	CE	GUARACIABA DO NORTE	53000.017843/2004	19	04S1621	40W4924	LDE	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E COMUNICACAO DE MUCAMBO-DISTRITO DE GUARACIABA DO NORTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

DESPACHO**Processo nº: 53900.011951/2016-01.****Interessado: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU - CE.****Assunto: OFÍCIO N° 220/2021/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 6335686)**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU - CE**, na localidade de **IPU/CE**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015). <i>OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</i>	6493553, págs. 17 a 20	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: <i>OBS.: Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a cota do terreno no mesmo processo.</i>	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	6493553X, pág. 19	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	6493553, pág. 19			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	6493553, pág. 19	X		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	6493553, pág. 19	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	6493553, pág. 19	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	6493553, pág. 19	X		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	6493553, pág. 21 e 22	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação em anexo.	6493553 8212562 8209420	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos .	6493553 8212562			X

Desse modo, considerando que a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, restituam-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 06 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 13/10/2021, às 10:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 13/10/2021, às 12:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8209442** e o código CRC **7243C553**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 8209442



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



CNPJ: **12.946.707/0001-74**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:36:49 do dia 19/01/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e)

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/Consultas Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e)

<https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.946.707/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/11/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R PADRE CORREIA	NÚMERO 1300	COMPLEMENTO *****
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IPU
UF CE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3683-2316
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/11/2010
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/01/2022** às **11:34:48** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.946.707/0001-74

Razão Social: ASSOC DE RADIODIFUSAO COM SAO SEBASTIAO IPU

Endereço: RUA PADRE CORREIA 1300 / CENTRO / IPU / CE / 62250-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/12/2021 a 29/01/2022

Certificação Número: 2021123101543504080516

Informação obtida em 19/01/2022 11:37:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
CNPJ: 12.946.707/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:38:38 do dia 19/01/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/07/2022.

Código de controle da certidão: **7C6A.8613.1628.EC19**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.946.707/0001-74
Certidão nº: 1999941/2022
Expedição: 19/01/2022, às 11:38:06
Validade: 17/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.946.707/0001-74**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

CHECKLIST

Município/UF: Ipu/CE – 2ª EXIGÊNCIA NA FASE DE INSTRUÇÃO

Processo nº: 53900.011951/2016-01 CNPJ: 12.946.707/0001-74

Número de concorrentes: 3

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E SOCIAL DO IPU - ADCI - 53900.076172/2015 ARQDEF
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DA VÁRZEA DO JILÓ - ACVJ - 53900.013590/2016 ARQDEF
ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA E CIDADANIA DA VÁRZEA DO JILÓ - 53900.011939/2016 ARQDEF

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

Nº do edital/ano: 96/2015 publicação 22/12/2015

Prazo de inscrição: 23/12/2015 a 22/02/2016

Prorrogado até 11/03/2016 pela Portaria nº 799, de 2016 (DOU 1º/03/2016)

1. Data de postagem/SEI: 22/02/2016 – Fl.63 (0991925)
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 3-6 (6493553) DESATUALIZADO - modelo antigo
4. Estatuto Social: Fls. 3-10 (2935570) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 17-18 (1203323) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 8- 10 (6493553) para o período de 25/01/2021 a 25/01/2024
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 11-15 (6493553)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Marcos Antônio Pereira Pinto (Ilegível)	PL	008253180787 10/07/1965	Genézio Pinto de Oliveira e	244.864.693- 72	Não
Diretora Administrativa: Maria do Remédio Mororó	Não	008327590795 30/01/1961	Manoel Farias Mororó e Maria Zélia Matos Mororó	244.079.923- 87	Não
Diretora Financeira: Marcos Lopes de Sousa	Não	050957920795 06/02/1982	Manoel Graciano de Sousa e Maira Iracema de Sousa	979.013.933- 00	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 24-60 (0991925)
9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 62 (0991925)
11. Pesquisa Anatel (ok) e Radar (ok)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (ok)
- 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES:

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social: Fls. 3-10 (2935570)

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 3**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 7**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 7**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 19**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 20-23**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 17**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 33-34**



uação ao Código Civil:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1-2**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 8**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 9-10**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 28**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;; **Art. 26-27**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **não consta**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 31**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 8**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 15-16**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 36**

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (9248805)
- 2.2 Certidão FGTS: (9248805)
- 2.3 Certidão PGFN : (9248805)
- 2.4 Certidão CNDT: (9248805)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (9249590)
3. Pesquisa Anatel (9248805) e Radar (6335654)
4. Anexo 6/ART: fl. 17-20 (6493553)
5. Despacho Técnico de aprovação: (8209442)

OBSERVAÇÕES:

19/01/2022 - Será solicitado a entidade a apresentação de documento legível do Sr Marcos Antônio Pereira Pinto, Requerimento de outorga atualizado e mais uma vez a adequação do estatuto social uma vez que não consta a disposições para alterações estatutárias.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 19/01/2022, às 14:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9248808** e o código CRC **902D7483**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53900.011951/2016-01.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ipu/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 19 de janeiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 19/01/2022, às 14:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9249590** e o código CRC **06426ADA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 9249590



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 1380/2022/MCOM

Brasília, 19 de janeiro de 2022.

À Senhora

Marcos Antônio Pereira Pinto

Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU** (CNPJ nº 12.946.707/0001-74)

Rua Padre Correia, nº 1.300, Centro

62.250-000 - Ipu/CE

PROCESSO nº 53900.011951/2016-01. PROCESSO DE CONCORRENTE(S) ARQUIVADO(S) - 2ª EXIGÊNCIA NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ipu/CE em razão do Edital nº 96/2015, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015.

2. Conforme Ofício nº 220/2021/MCOM (6335686), recebido em 13/01/2021, por correspondência eletrônica (6374052), a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 08/02/2021, por meio do protocolo nº 53115.003524/2021-64.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas (art. 22, inciso I):A Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo (9249720)** contendo **todas as declarações** nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve **sassinado, de próprio punho, por todos os dirigentes**.

Observação: no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação completa e assinatura de **todos** os dirigentes.

3.2. Comprovante de maioria e nacionalidade de todos os diretores (art. 22, incisos V e VI):A Entidade deverá enviar documento LEGÍVEL que demonstre a maioria e a nacionalidade do diretor:

- Marcos Antônio Pereira Pinto

Observação 1: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 22, § 3º da Portaria:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;



:arteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

VII - passaporte.

Observação 2: não é necessário que sejam encaminhados os comprovantes de maioridade e nacionalidade dos membros do conselho fiscal.

Observação 3: CNH não é documento válido para fins de comprovação de nacionalidade.

3.2. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

3.2.1. Código Civil:

Art. 54: Deve estar expressamente previsto:

- as condições para a alteração das disposições estatutárias;

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.

Observação 3: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

4. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 41, §2º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC), por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser concedidas mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 20/01/2022, às 08:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9249633** e o código CRC **9CC7BDD8**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Anexos:

- Formulário Anexo 2 (9249720)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1380/2022/MCOM - Processo nº 53900.011951/2016-01 - Nº SEI: 9249633



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	º (N/S)	‘	”	
	Longitude:	º W	‘	”	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Os campos não utilizados para indicação de dirigentes podem ser excluídos.
- Não é necessário indicar integrantes de Conselho Fiscal.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Data de Envio:

20/01/2022 09:59:32

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mtic.gov.br>

Para:

fmsaosebastiaoipu@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.011951/2016-01

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_9249633.html
Formulario_9249720_ANEXO_2_outorga.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

CHECKLIST

Município/UF: Ipu/CE –

Processo nº: 53900.011951/2016-01

CNPJ: 12.946.707/0001-74

Número de concorrentes: 3

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E SOCIAL DO IPU - ADCI - 53900.076172/2015 ARQDEF
 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DA VÁRZEA DO JILÓ – ACVJ - 53900.013590/2016 ARQDEF
 ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA E CIDADANIA DA VÁRZEA DO JILÓ - 53900.011939/2016 ARQDEF

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

Nº do edital/ano: 96/2015 publicação 22/12/2015

Prazo de inscrição: 23/12/2015 a 22/02/2016

Prorrogado até 11/03/2016 pela Portaria nº 799, de 2016 (DOU 1º/03/2016)

Canal/Frequência: ()

1. Data de postagem/SEI: 22/02/2016 – Fl.63 (0991925)
 2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
 3. Requerimento de Outorga: Fls. 3-6 (9471003)
 4. Estatuto Social: Fls. 9- 16 (9471003) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 5. Ata de constituição: Fls. 17-18 (1203323) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 6. Ata de eleição: Fls. 8- 10 (6493553) para o período de 25/01/2021 a 25/01/2024
 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 7. Comproverantes de maioria e nacionalidade/CPF: Fls. 11-15 (6493553) Fls. 17-18 (9471003)
 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Marcos Antônio Pereira Pinto	008253180787 10/07/1965	Genézio Pinto de Oliveira e Maria Margarida Pereira Pinto	244.864.693- 72	Não
Diretora Administrativa: Maria do Remédio Mororó	008327590795 30/01/1961	Manoel Farias Mororó e Maria Zélia Matos Mororó	244.079.923- 87	Não
Diretora Financeira: Marcos Lopes de Sousa	050957920795 06/02/1982	Manoel Graciano de Sousa e Maira Iracema de Sousa	979.013.933- 00	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 24-60 (0991925)
 9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
 10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 62 (0991925)
 11. Pesquisa Anatel (ok) e Radar (ok)
 12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (ok)
 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES:**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:** Fls. 9- 16 (9471003)**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 3**
 b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5**
 c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 7**
 d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 7**
 e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 19**
 f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 20-23**

a) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 17**ho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 32-33**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1-2**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 8**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 9-10**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 28**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 26-27**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **15 F e 36**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 31**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 8**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 15-16**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 36**

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (9950101)
- 2.2 Certidão FGTS: (9950101)
- 2.3 Certidão PGFN : (9950101)
- 2.4 Certidão CNDT: (9950101)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (9951440)

3. Pesquisa Anatel (9950101) e Fiscaliza ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. 17-20 (6493553)
- 5. Despacho Técnico de aprovação: (8209442)

OBSERVAÇÕES:

02/06/2022 - Pesquisa de Vínculos ok. TRF/TSE OK. Certidões OK. Estatuto ok.

TJCE - Deverá ser solicitado esclarecimentos quanto extinção de punibilidade do Sr. Marcos Antônio Pereira Pinto



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 02/06/2022, às 16:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9943729** e o código CRC **F8A21DDD**.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.946.707/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/11/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R PADRE CORREIA	NÚMERO 1300	COMPLEMENTO *****	
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IPU	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3683-2316	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/06/2022** às **14:39:35** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



CNPJ: **12.946.707/0001-74**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 14:40:04 do dia 02/06/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

<https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.946.707/0001-74

Razão Social: ASSOC DE RADIODIFUSAO COM SAO SEBASTIAO IPU

Endereço: RUA PADRE CORREIA 1300 / CENTRO / IPU / CE / 62250-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/05/2022 a 25/06/2022

Certificação Número: 2022052700223000635853

Informação obtida em 02/06/2022 14:40:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/C7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
CNPJ: 12.946.707/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:41:20 do dia 02/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/11/2022.

Código de controle da certidão: **8215.AED0.C0B2.D080**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.946.707/0001-74
Certidão nº: 17618001/2022
Expedição: 02/06/2022, às 14:41:05
Validade: 29/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.946.707/0001-74**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



As informações abaixo são meramente informativas e não têm valor de certidão.

Voltar

Informações Processuais



Detalhamento das Informações Processuais

Núm. do Processo 0459865-47.2000.8.06.0000
Data Protocolo 15/09/1999
Data Distribuição 22/10/1999
Unidade TRIBUNAL DE JUSTICA
Órgão Julgador 1ª Câmara Criminal - Fortaleza
Classe Apelação Criminal
Assunto Principal
Situação Encerrado
Sistema SAJSG

Partes



Detalhamento das Partes

Apelado
Justiça Pública
BAIXADO
Apelante
Antonio Mauro Saraiva Gomes
BAIXADO
Apelante
Marcos Antonio Pereira Pinto
BAIXADO
Representante
Francisco Fabio Pereira Pinto

Movimentações



Detalhamento das Movimentações

30/07/2009 00:00
Baixa Definitiva
LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; OBSERVAÇÃO ----- Baixa conforme Portaria nº 1689 /2010;
31/08/2000 00:00
Remessa



LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: REMESSA
COMPLEMENTO: AO JUIZ DE ORIGEM;
21/08/2000 00:00

Certidao

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: CERTIDAO
COMPLEMENTO: DE TRANSITO EM JULGADO;
09/08/2000 00:00

Aguardo

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: AGUARDOS
OBSERVACAO: - REMESSA P/ COMARCA DE ORIGEM (DIA 14.08.00);
21/06/2000 00:00

Publicacao

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: PUBLICACAO
COMPLEMENTO: DO ACORDAO OBSERVACAO: P/ INTIMAR PROC. - TERMINO PZ. ADV. 04.07.2000
DATA DA PUBLICAÇÃO: 19/06/2000 NUMERO DA PUBLICACAO: 132 DATA CIRC DIARIO OFI:
19/06/2000 NO. DO LIVRO: 222 NO. DAS FOLHAS: 149 a 156;
12/06/2000 00:00

Conclusao do acordo para publicacao

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: CONCLUSAO
DO ACORDAO PARA PUBLICACAO OBSERVACAO: ENVIADO AO PARQUE GRAFICO EM 15/06 DATA
DO EXPEDIENTE: 12/06/2000 NUMERO DO EXPEDIENTE: 132;
26/05/2000 00:00

Juntada realizada

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: JUNTADA
COMPLEMENTO: DO ACORDAO PARA ASSINATURA;
12/05/2000 00:00

Julgamento

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: JULGAMENTO
DATA DE JULGAMENTO: 02/05/2000 RELATOR DESIGNADO: DES. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA
NUMERO DA PUBLICACAO: 0;
24/04/2000 00:00

Publicacao

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: PUBLICACAO
COMPLEMENTO: DA PAUTA DATA DA PUBLICAÇÃO: 18/04/2000 NUMERO DA PUBLICACAO: 25 DATA
CIRC DIARIO OFI: 19/04/2000;
24/04/2000 00:00

Conclusao

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: CONCLUSAO
COMPLEMENTO: RELATOR;
17/04/2000 00:00

Inclusao em pauta

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: INCLUSAO EM
PAUTA NOVA INCLUSAO (S/N): N DATA DO EXPEDIENTE: 17/04/2000 HORA: 1607 NUMERO DO
EXPEDIENTE: 25;
17/04/2000 00:00

Exclui revisor

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: EXCLUI
REVISOR DES. REVISOR: DES. JOSE EDUARDO MACHADO DE ALMEIDA;
14/04/2000 00:00

Juntada realizada

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: JUNTADA
COMPLEMENTO: RELATORIO OBSERVACAO: PECO DATA P/ JULGAMENTO;



18/01/2000 00:00

Remessa

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: REMESSA

OBSERVACAO: PROCEDIDA A CORRECAO, FAZ-SE REMESSA AO RELATOR;

18/01/2000 00:00

Recebimento

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: RECEBIMENTO

OBSERVACAO: NO DPTO. PENAL;

25/10/1999 00:00

Conclusao

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: CONCLUSAO

COMPLEMENTO: RELATOR;

22/10/1999 00:00

Distribuicao automatica

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: DISTRIBUICAO

AUTOMATICA DES. RELATOR: DES. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA ORGAO JULGADOR:

PRIMEIRA CAMARA CRIMINAL OBSERVACAO: 0;

22/10/1999 00:00

Juntada realizada

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: JUNTADA

COMPLEMENTO: DO PARECER DA PROCURADORIA;

16/09/1999 00:00

Vista

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE: VISTA

COMPLEMENTO: PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA;

15/09/1999 00:00

Apresentacao / preparo

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA; PERGUNTAS ----- CODIGO DA FASE:

APRESENTACAO / PREPARO;

15/09/1999 00:00

Autuação

LOCAL: CONVERSÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA;

Esta página exibe informações básicas do processo, em acordo com a Resolução nº 121, de 5 de outubro de 2010 do CNJ. Para maiores informações do processo acima, clique aqui

Voltar

© 2015 - Tribunal de Justiça do Ceará - Todos os Direitos Reservados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53900.011951/2016-01.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ipu/CE, e do Tribunal de Justiça do Ceará, domicílio dos dirigentes, foram encontrados registros de ações distribuídas que merecem esclarecimentos antes do deferimento do pedido de outorga, uma vez que consta em nome do Sr. Marcos Antônio Pereira Pinto uma apelação Criminal com transito em julgado.

Será solicitado à entidade esclarecimentos quanto a quanto extinção de punibilidade.

Brasília, 02 de junho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 02/06/2022, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9951440** e o código CRC **7E7602F1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 9951440



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 13232/2022/MCOM

Brasília, 02 de junho de 2022.

Ao Senhor
Marcos Antônio Pereira Pinto
Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU** (CNPJ nº 12.946.707/0001-74)
Rua Padre Correia, n.º 1.300, Centro
62.250-000 - Ipu/CE

PROCESSO nº 53900.011951/2016-01. PROCESSO DE CONCORRENTE(S) ARQUIVADO(S) - 3ª EXIGÊNCIA NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ipu/CE**, em razão do Edital nº 96/2015, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015.

2. Conforme Ofício nº 1380/2022/MCOM (249633), recebido em 20/01/2022, por correspondência eletrônica (9251333), a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 14/02/2022, por meio do protocolo nº 53115.003758/2022-92.

3. Após consulta ao sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, verificou-se que consta processo criminal, em nome do **Sr. Marcos Antônio Pereira Pinto com trânsito em julgado (9951393)**. Dessa forma, a Entidade deve comprovar, por meio de documento oficial emitido pelo Poder Judiciário, a extinção da punibilidade, ou que não se trata de impeditivo à obtenção da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

4. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, **prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.**

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

5. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 41, §2º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC), por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser concedidas mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.**

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

7. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

8. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> . Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

9. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 03/06/2022, às 11:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9951541** e o código CRC **D188E407**.

Anexos:

- Consulta Processual - TJCE - Marcos Antônio Pereira Pinto (9951393)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 13232/2022/MCOM - Processo nº 53900.011951/2016-01 - Nº SEI: 9951541



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Data de Envio:

06/06/2022 11:28:05

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mtic.gov.br>

Para:

fmsaosebastiaoipu@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.011951/2016-01

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_9951541.html
Consulta_9951393_Transito_em_julgado.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53900.011951/2016-01.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual. Acatamento dos esclarecimentos.**

Informo que os esclarecimentos apresentados pela Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ipu/CE, por meio do documento evento SEI (10139774) foram acolhidos, uma vez que foram apresentadas certidões negativas criminal.

Dessa forma, a análise processual deve ser retomada a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da outorga.

Brasília, 26 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 26/08/2022, às 14:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10360509** e o código CRC **0F8C3E90**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 10360509



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

53900.070900/2015-21

Nota Técnica 27569 (0876602)

Anexo Edita - CGRC (0877941)

Anexo Extrato Edital (0877966)

Anexo Edital - CGRC (0885608)

Anexo Extrato Edital (0885611)

Edital 96 (0886133)

Anexo Extrato do Edital 96/2015

Extrato DOU Extrato do Edital n

Nota Técnica 4115 (0991775)

Nota Técnica 4133 (0992069)

Minuta - Portaria - Reabertura d

Despacho COREC_MCOM_RA

Portaria 799 (0992316)

Extrato DOU PORTARIA 799 (0

Consultar Andamento



1. DA INSCRIÇÃO

1.1 A inscrição, a ser feita por meio do Requerimento constante no Anexo 2 da Portaria nº 4.334/2015, ocorrerá no momento em que a entidade interessada protocolar junto ao Ministério das Comunicações os documentos pertinentes com o fim de participar da seleção pública.

1.2 A inscrição poderá ser feita:

- a) por via postal, endereçada à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, sala 300, CEP 70.044-900, Brasília/DF; ou
- b) diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede, térreo, Brasília/DF.
- c) por meio do Sistema Eletrônico de informações – SEI do Ministério das Comunicações, para aqueles já tenham acesso a este sistema, conforme Portaria nº 89, de 29 de Abril de 2014 e alterações.

1.2.1 Caso a entidade opte por realizar a inscrição por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, deverá, previamente, e sob sua responsabilidade, realizar cadastro no referido sistema por meio do endereço eletrônico: <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.

1.3 A requerente deve efetuar o pagamento de taxa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), relativa às despesas de cadastramento previstas no art. 19, inciso V, e art. 39, da Portaria nº 4.334/2015. O pagamento deverá ser efetuado em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., mediante o preenchimento da Guia de Recolhimento da União – Depósito identificado (código): 4100030000118822-0, tendo como favorecido CGRL/MC, podendo ser realizado, conforme segue:

- a) no guichê de caixa, em dinheiro.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.946.707/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/11/2010	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R PADRE CORREIA	NÚMERO 1300	COMPLEMENTO *****	
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IPU	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3683-2316	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/08/2022** às **14:41:12** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CNPJ:

12.946.707/0001-74

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 14:42:43 do dia 26/08/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

Imprimir

Voltar

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.946.707/0001-74
Razão Social: ASSOC DE RADIODIFUSAO COM SAO SEBASTIAO IPU
Endereço: RUA PADRE CORREIA 1300 / CENTRO / IPU / CE / 62250-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/08/2022 a 09/09/2022

Certificação Número: 2022081101151666159827

Informação obtida em 26/08/2022 14:46:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.946.707/0001-74
Certidão nº: 27919648/2022
Expedição: 26/08/2022, às 14:47:24
Validade: 22/02/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.946.707/0001-74**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
CNPJ: 12.946.707/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:47:37 do dia 26/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/02/2023.

Código de controle da certidão: **5586.9D14.A4C1.5F92**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53900.011951/2016-01.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ipu/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10361968).

Brasília, 26 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 26/08/2022, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10362031** e o código CRC **CA78AC31**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 10362031



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4, FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de Inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CC"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Marcos Antônio Pereira Pinto</div>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Maria do Remédio Mororó</div>

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para



4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>		
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>	<input type="button" value="+"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Marcos Lopes de Sousa"/>	

Opções

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="12946707000174"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para ☒ Atom ☒ CSV ☒ PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

24486469372

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

24407992387

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="97901393300"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 041924Lon: 404230Raio: Raio (km)

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar paraAtomCSVPDF



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53900.011951/2016-01**.

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações**.

Após análise do processo nº 53900.011951/2016-01, de interesse da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**, na localidade de Ipu/CE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 26 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 26/08/2022, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10362549** e o código CRC **161A2455**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 10362549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

CHECKLIST

Município/UF: Ipu/CE –

Processo nº: 53900.011951/2016-01

CNPJ: 12.946.707/0001-74

Número de concorrentes: 3

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E SOCIAL DO IPU - ADCI - 53900.076172/2015 ARQDEF
 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DA VÁRZEA DO JILÓ – ACVJ - 53900.013590/2016 ARQDEF
 ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA E CIDADANIA DA VÁRZEA DO JILÓ - 53900.011939/2016 ARQDEF

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

Nº do edital/ano: 96/2015 publicação 22/12/2015

Prazo de inscrição: 23/12/2015 a 22/02/2016

Prorrogado até 11/03/2016 pela Portaria nº 799, de 2016 (DOU 1º/03/2016)

Canal/Frequência: 254-98,7 (10362617)

1. Data de postagem/SEI: 22/02/2016 – Fl.63 (0991925)
 2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
 3. Requerimento de Outorga: Fls. 3-6 (9471003)
 4. Estatuto Social: Fls. 9- 16 (9471003) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 5. Ata de constituição: Fls. 17-18 (1203323) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 6. Ata de eleição: Fls. 8- 10 (6493553) para o período de 25/01/2021 a 25/01/2024
 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 7. Comproverantes de maioria e nacionalidade/CPF: Fls. 11-15 (6493553) Fls. 17-18 (9471003)
 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Marcos Antônio Pereira Pinto	008253180787 10/07/1965	Genézio Pinto de Oliveira e Maria Margarida Pereira Pinto	244.864.693- 72	Não
Diretora Administrativa: Maria do Remédio Mororó	008327590795 30/01/1961	Manoel Farias Mororó e Maria Zélia Matos Mororó	244.079.923- 87	Não
Diretora Financeira: Marcos Lopes de Sousa	050957920795 06/02/1982	Manoel Graciano de Sousa e Maira Iracema de Sousa	979.013.933- 00	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 24-60 (0991925)
 9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
 10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 62 (0991925)
 11. Pesquisa Anatel (ok) e Radar (ok)
 12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (ok)
 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES:**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:** Fls. 9- 16 (9471003)**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 3**
 b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5**
 c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 7**
 d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 7**
 e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 19**
 f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 20-23**
 g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 17**

ho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 32-33**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1-2**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 8**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 9-10**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 28**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 26-27**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **15 F e 36**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 31**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 8**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 15-16**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 36**

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (10361968)
- 2.2 Certidão FGTS: (10361968)
- 2.3 Certidão PGFN : (10361968)
- 2.4 Certidão CNDT: (10361968)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10362031)

3. Pesquisa Anatel (10361968) e Fiscaliza (10362549)

- 4. Anexo 6/ART: fl. 17-20 (6493553)
- 5. Despacho Técnico de aprovação: (8209442)

OBSERVAÇÕES:

02/06/2022 - TJCE - Deverá ser solicitado esclarecimentos quanto extinção de punibilidade do Sr. Marcos Antônio Pereira Pinto

26/08/2022 - Esclarecimentos apresentados por meio do protocolo N° 53115.018261/2022-79 e acatados conforme DESPACHO COREC_MCOM (10360509).

PROCESSO INSTRUÍDO.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 26/08/2022, às 16:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10362588** e o código CRC **51F1C7AC**.





Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento
Gerência de Licitação

Impresso por: **Francisca de Carvalho Machado**

Data/Hora: **26/08/2022 15:57:55**

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF:	CE	Município:	Ipu
Município		Canal	Frequência
Ipu		254	98,7
Usuário: franciscacm.mc - Francisca de Carvalho Machado		Data: 26/08/2022	Hora: 15:57:55



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**, para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ipu/CE**, em atendimento ao Edital nº 96/2015, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 22/02/2016, às fl. 63 (0991925), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Marcos Antônio Pereira Pinto
Diretora Administrativa: Maria do Remédio Mororó
Diretora Financeira: Marcos Lopes de Sousa
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Padre Correia, nº 1300 - Centro
Coordenadas geográficas: 04°19'24"S de latitude e 40°42'30"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Padre Correia, nº 1300 - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 22/02/2016.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 3-6 (9471003)
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 9- 16 (9471003)
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 17-18 (1203323)
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 8- 10 (6493553)
5. Comproverantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 11-15 (6493553) Fls. 17-18 (9471003)
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 24-60 (0991925)
7. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 62 (0991925) (10366748)



8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fl. 17-20 (6493553) Despacho Técnico de aprovação: (8209442)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10361968)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10361968)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10361968)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10361968)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10361968)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10362549) (10362543)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outras interessadas em executar o Serviço na mesma área:

5.1 Assim, o requerimento da **Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Social do Ipu** constante no processo nº 53900.076172/2015-61, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências da Nota Técnica nº. 11897/2016/SEI/MC (136878). A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 22632/2016/SEI-MCTIC (1333092), encaminhada pelo Ofício nº 33767/2016/SEI-MCTIC (1333100), recebido em 21/09/2016 (1403505). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (1571617) e comunicado à entidade pelo Ofício nº 48574/2016/SEI-MCTIC (1571669), recebido em 30/12/2016 (1627861).

5.1 O requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE VÁRZEA DO JILÓ**, constante no processo nº 53900.013590/2016-29, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências Nota Técnica nº. 11875/2016/SEI/MCTIC (136596). A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 32486/2016/SEI-MCTIC (1543062), encaminhada pelo Ofício nº 47101/2016/SEI-MCTIC (1543109), devolvido pelos Correios e notificada via Edital de Notificação de 25 de julho de 2017, publicado no DOU em 26 de julho de 2017 (2076571). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM 8217398).

5.1 O requerimento da **Associação Pró-Cultura e Cidadania da Várzea do Jiló** constante no processo nº 53900.011939/2016-98, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que entidade interessada possui vínculo político. A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 20076/2016/SEI-MCTIC (1284701), encaminhada pelo Ofício nº 30245/2016/SEI-MCTIC (1284738), recebido em 29/08/2016 (1377522). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (1571507) e comunicado à entidade pelo Ofício nº 48569/2016/SEI-MCTIC (1571523), recebido em 05/01/2017 (1646679).

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
53900.076172/2015-61	Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Social do Ipu	A entidade interessada não cumpriu com solicitação feita pelo Ministério das Comunicações.	Artigo 25 - Inciso IV
53900.013590/2016-29	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE VÁRZEA DO JILÓ	A entidade interessada não cumpriu com solicitação feita pelo Ministério das Comunicações.	Artigo 25 - Inciso IV
53900.011939/2016-98	Associação Pró-Cultura e Cidadania da Várzea do Jiló	A entidade interessada possui vínculo político.	Artigo 25 - Inciso III

6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG8209442), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (8212562).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ipu/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10362031).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 30/08/2022, às 12:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 30/08/2022, às 13:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 31/08/2022, às 10:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10362755** e o código CRC **F98AC4D8**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

- Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.011951/2016-01, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12393/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
- Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
- Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.011951/2016-01, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, cuja sede se situa na Rua Padre Correia, nº 1300 - Centro, na localidade de Ipu, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações



Ofício Interno nº 24960/2022/MCOM

Brasília, 2 de Setembro de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 12393/2022/SEI-MCOM (10362755)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 12393/2022/SEI-MCOM (10362755), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

William Ivo Koshevnikoff Zambelli
Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Secretário de Radiodifusão substituto, em 05/09/2022, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10373944** e o código CRC **C5A161D6**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 24960/2022/MCOM - Processo nº 53900.011951/2016-01 - Nº SEI: 10373944



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.011951/2016-01

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO

EMENTA:

I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ipu/CE;

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;

III. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações deste parecer, mormente dos itens 19, 24 25, 27 e 36**, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização;

VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1.A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ipu/CE**, com base no Edital nº 96/2015, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**.

2.Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD concluiu que o feito se encontrava devidamente instruído e que existiram outras entidades interessadas na presente seleção: A **Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Social do Ipu**, a **Associação Comunitária Cultural de Várzea do Jiló** e **Associação Pró-Cultura e Cidadania da Várzea do Jiló**, que foram inabilitadas por descumprimento de exigências art. 25, inc. IV, da Portaria nº 4.334/2015.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973>

3.O resultado prévio da habilitação das entidades foi procedido por meio da **NOTA TÉCNICA N° 16002/2019/SEI-MCTIC (SEI 4594028)** e o resultado definitivo foi comunicado à parte através do **OFÍCIO N° 13232/2022/MCOM (SEI 9951541)**.

4.Através do **Despacho COESA_MCOM_ENG 8209442**, a área técnica afirmou que "a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor".

5.Assim, por meio da **NOTA TÉCNICA N° 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**, a Secretaria concluiu a análise técnica, remetendo os autos para análise desta Consultoria.

6.É o relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

7.Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

8.Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

9.Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

10.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

11.Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.

12.A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

13.Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço*".



de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço".

14.Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.

15.Coube à já citada Lei n.º 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, *"são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos"*.

16.Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973>

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;



- III – serviço objeto da outorga;
- IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;
- V – prazo de outorga e;
- VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária

18. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "Checklist" (doc. SEI nº 10362588) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**.

19. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa.

20. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 96/2015 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015, sendo o pedido da interessada tempestivo, visto ter sido postado em 22/02/2016 (SEI 0991925- fl.63), como admitido na Nota Técnica 12393/2022 (SEI 10362755):


"3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 22/2/2016."

21. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

22. Impende destacar que, por meio do **Despacho COREC_MCOM_RADCOM 8209442**, a área técnica atestou que *"Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Comunitária São Sebastião de Ipu, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei Nº 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018."*

23. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**:

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
	Fls. 3-6 (9471003)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973>

<https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 9- 16 (9471003)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 17-18 (1203323)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 8- 10 (6493553)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 11-15 (6493553) Fls. 17-18 (9471003)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 24-60 (0991925)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 62 (0991925) (10366748)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fl. 17-20 (6493553) Despacho Técnico de aprovação: (8209442)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10361968)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10361968)
11.		(10361968)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973

https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10361968)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10361968)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10362549) (10362543)

24.Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 15, §2º, b), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 9471003- fls.5/15). A esse respeito, **esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

25.Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom* (SEI 10362588), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga.** O Despacho COREC_MCOM 10362031 também assegura a inexistência dos vínculos.

26.Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como ‘membro’.**

27.Observa-se, no entanto, que um dos diretores, Sr. Marco Antônio Pereira Pinto, é filiado a Partido Político (SEI 6493553- FL.12). Assim, **solicita-se que a Secretaria, expressamente, analise e ateste que o mencionado membro da Diretoria não exerce atividade política vedada pela legislação.**

28.As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

29.A esse respeito, a área técnica afirmou a existência de outras entidades interessadas, no entanto, apontou que estas foram inabilitadas por descumprirem exigências do MCOM como sobredito:

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outras interessadas em executar o Serviço na mesma área:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973

5.1 Assim, o requerimento da **Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Social do Ipu**, constante no processo nº 53900.076172/2015-61, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências da Nota Técnica nº. 11897/2016/SEI/MC ([1136878](#)). A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 22632/2016/SEI-MCTIC ([1333092](#)), encaminhada pelo Ofício nº 33767/2016/SEI-MCTIC ([1333100](#)), recebido em 21/09/2016 ([1403505](#)). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM ([1571617](#)) e comunicado à entidade pelo Ofício nº 48574/2016/SEI-MCTIC ([1571669](#)), recebido em 30/12/2016 ([1627861](#)).

5.1 O requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE VÁRZEA DO JILÓ**, constante no processo nº 53900.013590/2016-29, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências Nota Técnica nº. 11875/2016/SEI/MCTIC ([1136596](#)). A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 32486/2016/SEI-MCTIC ([1543062](#)), encaminhada pelo Ofício nº 47101/2016/SEI-MCTIC ([1543109](#)), devolvido pelos Correios e notificada via Edital de Notificação de 25 de julho de 2017, publicado no DOU em 26 de julho de 2017 ([2076571](#)). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM ([8217398](#)).

5.1 O requerimento da **Associação Pró-Cultura e Cidadania da Várzea do Jiló**, constante no processo nº 53900.011939/2016-98, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que entidade interessada possui vínculo político. A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 20076/2016/SEI-MCTIC ([1284701](#)), encaminhada pelo Ofício nº 30245/2016/SEI-MCTIC ([1284738](#)), recebido em 29/08/2016 ([1377522](#)). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM ([1571507](#)) e comunicado à entidade pelo Ofício nº 48569/2016/SEI-MCTIC ([1571523](#)), recebido em 05/01/2017 ([1646679](#)).

ENTIDADES CONCORRENTES

PROCESSO

ENTIDADE

MOTIVO

DISPOSITIVO VIOLADO

53900.076172/2015-61

Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Social do Ipu

A entidade interessada não cumpriu com solicitação feita pelo Ministério das Comunicações.

Artigo 25 - Inciso IV

53900.013590/2016-29

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE VÁRZEA DO JILÓ

A entidade interessada não cumpriu com solicitação feita pelo Ministério das Comunicações.

Artigo 25 - Inciso IV

53900.011939/2016-98

Associação Pró-Cultura e Cidadania da Várzea do Jiló

A entidade interessada possui vínculo político.

Artigo 25 - Inciso III

30.Retornando à análise do presente processo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA_MCOM_ENG 8209442** por meio do qual a área técnica atesta que "a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em

visão"



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973

31.Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea “a”, da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

32.Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada “*idoneidade moral*”, antes prevista pela sobredita alínea “a” do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

33.No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC_MCOM 10362549**, constatou-se que “*até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada*”.

34.Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea “a” do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010* -, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38^[3]

j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”. (g.n.)

35.No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g’, ‘h’, ‘i’, ‘j’, ‘k’, ‘l’, ‘m’, ‘n’, ‘o’, ‘p’ e ‘q’ da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa” (fls. 1/3 da Petição SEI 4522609).

36.Por fim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.**

37. O diretor Marcos Antônio Pereira Pinto contava com certidões criminais positivas, todavia, ofertou novas certidões negativas e também declaração conforme a Lei da Ficha Limpa (SEI 10360509, 9951393 e 10362588- *in fine*).

III - CONCLUSÃO

38.Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações deste parecer, mormente dos itens 19, 24 25, 27 e 36.**

39.Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.



40.No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.

41.Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 15 de setembro de 2022.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
ADVOGADA DA UNIÃO
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900011951201601 e da chave de acesso b2160731



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 988301973 e chave de acesso b2160731 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-09-2022 17:11. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 02094/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.011951/2016-01

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu, na localidade de Ipu/CE.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 19, 24, 25, 27 e 36 do PARECER n. 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu, na localidade de Ipu/CE, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 19 de setembro de 2022.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

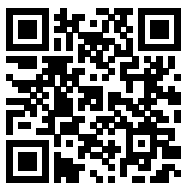
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349207-990579688](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349207-990579688)
<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900011951201601 e da chave de acesso b2160731



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 990579688 e chave de acesso b2160731 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-09-2022 18:59. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349207-990579688

<https://mdfleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00220/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.011951/2016-01

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

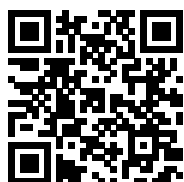
Aprovo, nos termos do **DESPACHO n. 02094/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, o **PARECER n. 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 20 de setembro de 2022.

CAROLINA SCHERER
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900011951201601 e da chave de acesso b2160731



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 991274774 e chave de acesso b2160731 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-09-2022 09:54. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349208-991274774>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

DESPACHO

Processo nº: **53900.011951/2016-01**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 10407100), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 20/09/2022, às 11:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10407648** e o código CRC **7ABB51F9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 10407648



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

DESPACHO

Processo nº: 53900.011951/2016-01

Referência: Parecer Jurídico nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10407100),

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU

Assunto: Outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos.

À CGOU

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para conhecimento da Parecer Jurídico nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10407100), e providências cabíveis.

Brasília, 20 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 20/09/2022, às 14:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10408184** e o código CRC **61E3BDBF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 10408184



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 816 / 2022

O **SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO SUBSTITUTO** uso das atribuições que lhe confere o art. 32, inciso XVIII, do Anexo VII da Portaria nº 6.559, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 01 de setembro de 2022, atendendo a sugestão proferida pelo Parecer nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, convalida o Resultado Definitivo da Fase de Habilitação divulgado por meio do Ofício nº 220/2021/SEI-MCOM, constante do processo nº 53900.011951/2016-01, bem como ratifica todos os atos do processo, culminando com o deferimento da pretendida Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária pela **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU** participante do Edital nº 96/2015, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015, na localidade de **Ipu/CE**.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Secretário de Radiodifusão substituto**, em 23/09/2022, às 20:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10409364** e o código CRC **69A68FA0**.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 10409364



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.946.707/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/11/2010	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R PADRE CORREIA	NÚMERO 1300	COMPLEMENTO *****	
CEP 62.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IPU	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3683-2316	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/10/2022** às **15:30:00** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CNPJ:

12.946.707/0001-74

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:30:46 do dia 05/10/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.946.707/0001-74
Razão Social: ASSOC DE RADIODIFUSAO COM SAO SEBASTIAO IPU
Endereço: RUA PADRE CORREIA 1300 / CENTRO / IPU / CE / 62250-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/09/2022 a 17/10/2022

Certificação Número: 2022091800531934394497

Informação obtida em 05/10/2022 15:31:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
CNPJ: 12.946.707/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:35:12 do dia 05/10/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/04/2023.

Código de controle da certidão: **DD21.46FF.29FF.4B4B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.946.707/0001-74
Certidão nº: 33618788/2022
Expedição: 05/10/2022, às 15:31:51
Validade: 03/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.946.707/0001-74**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4, FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de Inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CC"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Marcos Antônio Pereira Pinto</div>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Maria do Remédio Mororó</div>

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>		
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>	<input type="button" value="+"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Marcos Lopes de Sousa"/>	

Opções

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="12946707000174"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

24486469372

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

24407992387

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div>contém</div>	<div>97901393300</div>

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 041924Lon: 404230Raio: Raio (km)

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar paraAtomCSVPDF



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53900.011951/2016-01.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU.**

Assunto: **Pesquisas em atendimento às recomendações da Conjur.**

Informo que, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Em complementação, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10443200).

Por fim, foram renovadas as consultas no sistema de fiscalização FISCALIZA, e até esta data **não existe**, na localidade de Ipu/CE, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada conforme pesquisa em anexo (10443212).

Brasília, 05 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 05/10/2022, às 17:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10443258** e o código CRC **5A048EFA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 10443258



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53900.011951/2016-01.

Entidade: Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU.

Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Tendo em vista o posicionamento favorável com recomendações do Parecer nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10407100) e o cumprimento das diligências erigidas neste,

Recomendação Conjur - 19. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado sem constar, portanto, a priori, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa.

Justificativa da área - Recomendação atendida por meio do Despacho de Decisão 816 em anexo (10409364).

Recomendação Conjur - 24. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 15, §2º, b), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 9471003- fls.5/15). A esse respeito, esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.

Justificativa da área - Essa recomendação é atendida sempre antes da emissão da Licença de Funcionamento.

Recomendação Conjur (25-27) - 25. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do checklist roteiro RadCom (SEI 10362588), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga. O Despacho COREC_MCOM 10362031 também assegura a inexistência dos vínculos.

26. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'. 27. Observa-se, no entanto, que um dos diretores, Sr. Marco Antônio Pereira Pinto, é filiado a Partido Político (SEI 6493553- FL.12). Assim, solicita-se que a Secretaria, expressamente, analise e ateste que o mencionado membro da Diretoria não exerce atividade política vedada pela legislação.

Justificativa da área - foram atualizadas as pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não restando configurada, assim, nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é a de que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro', conforme consta no Despacho COREC_MCOM (10443258).**

Recomendação Conjur - 36. Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.

Justificativa da área - em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), **conforme consta no DESPACHO COREC_MCOM (10443258).**

2. Com base nessas informações e, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério no Parecer supracitado entende que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Outorgas, em 07/10/2022, às 08:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga, em 07/10/2022, às 14:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10443303** e o código CRC **BF903BB1**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.011951/2016-01, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12393/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.011951/2016-01, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, cuja sede se situa na Rua Padre Correia, nº 1300 - Centro, na localidade de Ipu, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 10443303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Ofício Interno nº 26321/2022/MCOM

Brasília, 17 de Maio de 2021

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Portaria nº 7104/2022/SEI-MCOM (10459505) e Exposição de Motivos (10459514)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC_MCOM 10443303), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 7104/2022/SEI-MCOM (10459505) e Exposição de Motivos (10459514), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 22/11/2022, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10460483** e o código CRC **2C1C50FE**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 26321/2022/MCOM - Processo nº 53900.011951/2016-01 - Nº SEI: 10460483



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 7104, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.011951/2016-01, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, cuja sede se situa na Rua Padre Correia, nº 1300 - Centro, na localidade de Ipu, estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10459505** e o código CRC **F261C13F**.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 10459505



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Brasília, 10 de outubro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.011951/2016-01, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12.393/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.104, de 10 de outubro de 2022, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria**, Ministro de Estado das Comunicações, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10459514** e o código CRC **D48F8627**.



Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 14/12/2022 13:54:54
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Thiago Ricardo Gomes Igino
Ofício: 9286098
Data prevista de publicação: 15/12/2022
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20161434	ATO PORTARIA MCOM NA 7104.rtf	3fa0ec649ba49af1 8cddeb2d36466f0	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			8,24	R\$ 311,36



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=9286098<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/12/2022 | Edição: 235 | Seção: 1 | Página: 174

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 7.104, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.011951/2016-01, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, cuja sede se situa na Rua Padre Correia, nº 1300 - Centro, na localidade de Ipu, estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



BOM DIA
Alicionete da Siva LuzSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	CE	Distrito:	
Município:	Ipu	Sub Distrito:	
Canal:	254	Local Específico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU	CNPJ:	12.946.707/0001-74
Nome Fantasia:		Bairro:	Centro
Logradouro:	Rua Padre Correia	Número:	1300
Telefone:	(88) 36832316	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	12946707000174	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	88 36832316				Fax:

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	88	36832316	Fax:		E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	53900011951201601	Fistel:	50444091203
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	7104	Portaria	MC	10/10/2022	15/12/2022	Outorga	Jur.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>
<http://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>

26/12/2022

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Ofício Interno nº 29218/2022/MCOM

Brasília, 26 de dezembro de 2022

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10459514)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 7104/2022/SEI-MCOM (10569414), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10459514), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 26/12/2022, às 13:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10592664** e o código CRC **179524DE**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 29218/2022/MCOM - Processo nº 53900.011951/2016-01 - Nº SEI: 10592664



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Brasília, 27 de Dezembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.011951/2016-01, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12.393/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.104, de 10 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor



do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Estella Dantas Antonichelli



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 33548/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.011951/2016-01.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 29/12/2022, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10596948** e o código CRC **FD7F0AFF**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33548/2022/MCOM - Processo nº 53900.011951/2016-01 - Nº SEI: 10596948



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53900.011951/2016-01**.

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**.

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro das Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 27/02/2023, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 28/02/2023, às 21:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10743710** e o código CRC **4F75EEEE**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.011951/2016-01, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12393/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.104, de 15 de dezembro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI-MCOM nº 10743710



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Brasília, 06 de março de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.011951/2016-01, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12393/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.104, de 10 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 14/03/2023, às 19:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10768280** e o código CRC **91F67C08**.



Ofício Interno nº 32264/2023/MCOM

Brasília, 06 de março de 2023

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10768280)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC_MCOM 10743710) encaminho a Exposição de Motivos (10768280), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 08/03/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10768600** e o código CRC **F359B057**.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

Documento nº 10768600



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Ofício Interno nº 32735/2023/MCOM

Brasília, 15 de março de 2023

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10768280)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 7104/2022/SEI-MCOM (10569414), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10768280), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 20/03/2023, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10786104** e o código CRC **FED44BC1**.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

Documento nº 10786104



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Brasília, 16 de março de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.011951/2016-01, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12.393/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.104, de 10 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 8436/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.011951/2016-01.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 30/03/2023, às 18:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10836864** e o código CRC **54DFB56B**.

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

Documento nº 10836864



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 9/2023/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53900.011951/2016-01

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU (CNPJ nº 12.946.707/0001-74)

REFERÊNCIAS: Exposição de Motivos nº 00018/2023 MCOM, de 16 de março de 2023 (4187192)

Parecer de Mérito I (4187169) – Nota Técnica nº 12393/2022/SEI-MCOM, de 31 de agosto de 2022

Parecer Jurídico nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 15 de setembro de 2022^[1] (4187171)

ASSUNTO: Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ipu/CE

1. Trata-se da [PORTARIA Nº 7.104, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024](#) que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, pelo prazo de dez anos, com o uso do canal 254 na frequência de 98,7 MHz, sem direito a exclusividade, para a Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 12.946.707/0001-74, de acordo com o disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[2].

2. O Ministério das Comunicações (MCOM)^[3] se manifestou favorável ao ato de outorga de autorização nos termos da Nota Técnica nº 12393/2022/SEI-MCOM, de 31 de agosto de 2022 (4187169), e se posiciona pelo deferimento do pedido de outorga da Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU tendo em vista a completa instrução do feito.

3. O Parecer Jurídico nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 15 de setembro de 2022^[1] (4187171), posiciona-se pela inexistência óbice legal e conclui pelo deferimento da outorga, desde que atendidas as recomendações, mormente dos itens 19, 24 25, 27 e 36 do referido Parecer:

19. "Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado sem constar, portanto, a priori, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa."

24. "Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 15, §2º, b), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 9471003- fls.5/15). A esse respeito, esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade."

25. "Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do checklist roteiro RadCom (SEI 10362588), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga. O Despacho COREC_MCOM 10362031 também assegura a inexistência dos vínculos."

27. "Observa-se, no entanto, que um dos diretores, Sr. Marco Antônio Pereira Pinto, é filiado a Partido Político (SEI 6493553- FL.12). Assim, solicita-se que a Secretaria, expressamente, analise e ateste que o mencionado membro da Diretoria não exerce atividade política vedada pela legislação."

36. "Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização."

4. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), com o Despacho 4187178, de 07 de outubro de 2022, registra, em atenção às recomendações da Consultoria Jurídica, que foram cumpridas conforme o que segue: a) quanto ao item 19 assinala a recomendação atendida por meio do Despacho de Decisão 816 em anexo (10409364); b) quanto ao item 24 informa que essa recomendação é atendida sempre antes da emissão da Licença de Funcionamento; c) quanto aos itens 25 e 27; "foram atualizadas as pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não restando configurada, assim, nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja ELIADO a algum partido político. A vedação é a de que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro', conforme consta no Despacho COREC_MCOM (10443258)"; d) quanto ao item 36: "em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme consta no DESPACHO COREC_MCOM (10443258)".

5. Os registros administrativos de cadastro da Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU devem ser mantidos pelo MCOM no Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD^[4], cujos dados relativos à autorização do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE constam na Consulta Geral de RadCom(4187184), com o registro de situação de entidade .

6. A consulta ao Quadro de Sócios e Administradores – QSA constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 12.946.707/0001-74
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DE IPU
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: MARIA HELENA FARIAS TORQUATO
Qualificação: 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.
Emitido no dia 25/04/2023 às 18:45 (data e hora de Brasília).

7. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do então MCTIC e o checklist constante no item 4 da Nota Técnica nº 12393/2022/SEI-MCOM (4187169), com o complemento de informação nos termos do Despacho (4187178) e ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede o prosseguimento do feito, bem como que há a necessidade de que seja providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, esta SAG é favorável ao prosseguimento do feito, conforme disposto no art. 31 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[5], e sugere o encaminhamento do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, nos termos do § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#).



> superior,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Brasília, na data da assinatura.

CÍCERO COELHO DE A. ROCHA FILHO
Assessor

De acordo.

Brasília, na data da assinatura.

JOÃO PAULO DE RESENDE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica

Aprovo.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental

[1] Aprovado pelo Despacho nº 00220/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 20 de setembro de 2022, da Consultoria Jurídica junto ao MCOM.

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[3] Nos termos do Anexo I do [Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022](#), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete à Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e seus anclares.

[4] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[5] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cícero Coelho de Abreu Rocha Filho, Assessor(a)**, em 03/05/2023, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo de Resende, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 04/05/2023, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 09/05/2023, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4194671** e o código CRC **5C86BD23** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.011951/2016-01

SUPER nº 4194671

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Brasília, 30 de Março de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.011951/2016-01, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12.393/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.104, de 10 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.011951/2016-01

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO

EMENTA:

I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ipu/CE;

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;

III. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações deste parecer, mormente dos itens 19, 24 25, 27 e 36**, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização;

VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1.A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ipu/CE**, com base no Edital nº 96/2015, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**.

2.Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD concluiu que o feito se encontrava devidamente instruído e que existiram outras entidades interessadas na presente seleção: **A Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Social do Ipu, a Associação Comunitária Cultural de Várzea do Jiló e Associação Pró-Cultura e Cidadania da Várzea do Jiló**, que foram inabilitadas por descumprimento de exigências art. 25, inc. IV, da Portaria nº 4.334/2015.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

3.O resultado prévio da habilitação das entidades foi procedido por meio da **NOTA TÉCNICA N° 16002/2019/SEI-MCTIC (SEI 4594028)** e o resultado definitivo foi comunicado à parte através do **OFÍCIO N° 13232/2022/MCOM (SEI 9951541)**.

4.Através do **Despacho COESA_MCOM_ENG 8209442**, a área técnica afirmou que "**a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**".

5.Assim, por meio da **NOTA TÉCNICA N° 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**, a Secretaria concluiu a análise técnica, remetendo os autos para análise desta Consultoria.

6.É o relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

7.Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

8.Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

9.Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

10.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

11.Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.

12.A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "**Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens**".

13.Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da **Radiodifusão**, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "**Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço**



de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço".

14. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.

15. Coube à já citada Lei n.º 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos".

16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973>

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

[VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. \(Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de

relação direta e indireta.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973>

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;



- III – serviço objeto da outorga;
- IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;
- V – prazo de outorga e;
- VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária

18. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "Checklist" (doc. SEI nº 10362588) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**.

19. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa.

20. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 96/2015 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015, sendo o pedido da interessada tempestivo, visto ter sido postado em 22/02/2016 (SEI 0991925- fl.63), como admitido na Nota Técnica 12393/2022 (SEI 10362755):


“3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 22/2/2016.”

21. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

22. Impende destacar que, por meio do **Despacho COREC_MCOM_RADCOM 8209442**, a área técnica atestou que *"Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Comunitária São Sebastião de Ipu, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei Nº 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018."*

23. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**:

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
	Fls. 3-6 (9471003)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973>

	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 9- 16 (9471003)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 17-18 (1203323)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 8- 10 (6493553)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 11-15 (6493553) Fls. 17-18 (9471003)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 24-60 (0991925)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 62 (0991925) (10366748)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fl. 17-20 (6493553) Despacho Técnico de aprovação: (8209442)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10361968)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10361968)
11.		(10361968)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973><https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c/a/7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10361968)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10361968)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10362549) (10362543)

24. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 15, §2º, b), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 9471003- fls.5/15). A esse respeito, **esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

25. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom* (SEI 10362588), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga.** O Despacho COREC_MCOM 10362031 também assegura a inexistência dos vínculos.

26. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como ‘membro’.**

27. Observa-se, no entanto, que um dos diretores, Sr. Marco Antônio Pereira Pinto, é filiado a Partido Político (SEI 6493553- FL.12). Assim, solicita-se que a Secretaria, expressamente, analise e ateste que o mencionado membro da Diretoria não exerce atividade política vedada pela legislação.

28. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

29. A esse respeito, a área técnica afirmou a existência de outras entidades interessadas, no entanto, apontou que estas foram inabilitadas por descumprirem exigências do MCOM como sobredito:

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outras interessadas em executar o Serviço na mesma área:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c/a/74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

5.1 Assim, o requerimento da **Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Social do Ipu**, constante no processo nº 53900.076172/2015-61, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências da Nota Técnica nº. 11897/2016/SEI/MC ([1136878](#)). A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 22632/2016/SEI-MCTIC ([1333092](#)), encaminhada pelo Ofício nº 33767/2016/SEI-MCTIC ([1333100](#)), recebido em 21/09/2016 ([1403505](#)). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM ([1571617](#)) e comunicado à entidade pelo Ofício nº 48574/2016/SEI-MCTIC ([1571669](#)), recebido em 30/12/2016 ([1627861](#)).

5.1 O requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE VÁRZEA DO JILÓ**, constante no processo nº 53900.013590/2016-29, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências Nota Técnica nº. 11875/2016/SEI/MCTIC ([1136596](#)). A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 32486/2016/SEI-MCTIC ([1543062](#)), encaminhada pelo Ofício nº 47101/2016/SEI-MCTIC ([1543109](#)), devolvido pelos Correios e notificada via Edital de Notificação de 25 de julho de 2017, publicado no DOU em 26 de julho de 2017 ([2076571](#)). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM ([8217398](#)).

5.1 O requerimento da **Associação Pró-Cultura e Cidadania da Várzea do Jiló**, constante no processo nº 53900.011939/2016-98, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que entidade interessada possui vínculo político. A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 20076/2016/SEI-MCTIC ([1284701](#)), encaminhada pelo Ofício nº 30245/2016/SEI-MCTIC ([1284738](#)), recebido em 29/08/2016 ([1377522](#)). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM ([1571507](#)) e comunicado à entidade pelo Ofício nº 48569/2016/SEI-MCTIC ([1571523](#)), recebido em 05/01/2017 ([1646679](#)).

ENTIDADES CONCORRENTES

PROCESSO

ENTIDADE

MOTIVO

DISPOSITIVO VIOLADO

53900.076172/2015-61

Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Social do Ipu

A entidade interessada não cumpriu com solicitação feita pelo Ministério das Comunicações.

Artigo 25 - Inciso IV

53900.013590/2016-29

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE VÁRZEA DO JILÓ

A entidade interessada não cumpriu com solicitação feita pelo Ministério das Comunicações.

Artigo 25 - Inciso IV

53900.011939/2016-98

Associação Pró-Cultura e Cidadania da Várzea do Jiló

A entidade interessada possui vínculo político.

Artigo 25 - Inciso III

30. Retornando à análise do presente processo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA_MCOM_ENG 8209442** por meio do qual a área técnica atesta que "a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor".



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349206-988301973>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

31. Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea “a”, da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

32. Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada “*idoneidade moral*”, antes prevista pela sobredita alínea “a” do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

33. No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC_MCOM 10362549**, constatou-se que “*até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada*”.

34. Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea “a” do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010* -, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38^[3]

j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”. (g.n.)

35. No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g’, ‘h’, ‘i’, ‘j’, ‘k’, ‘l’, ‘m’, ‘n’, ‘o’, ‘p’ e ‘q’ da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa” (fls. 1/3 da Petição SEI 4522609).

36. Por fim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.**

37. O diretor Marcos Antônio Pereira Pinto contava com certidões criminais positivas, todavia, ofertou novas certidões negativas e também declaração conforme a Lei da Ficha Limpa (SEI 10360509, 9951393 e 10362588 - *in fine*).

III - CONCLUSÃO

38. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações deste parecer, mormente dos itens 19, 24 25, 27 e 36.**

39. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.



40. No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM (SEI 10362755)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.

41. Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 15 de setembro de 2022.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
ADVOGADA DA UNIÃO
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900011951201601 e da chave de acesso b2160731



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 988301973 e chave de acesso b2160731 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-09-2022 17:11. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 02094/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.011951/2016-01

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu, na localidade de Ipu/CE.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 19, 24, 25, 27 e 36 do PARECER n. 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu, na localidade de Ipu/CE, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 19 de setembro de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349207-990579688>

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c/a/74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900011951201601 e da chave de acesso b2160731



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 990579688 e chave de acesso b2160731 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-09-2022 18:59. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349207-990579688

<https://mdmleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c/a/7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00220/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.011951/2016-01

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

Aprovo, nos termos do **DESPACHO n. 02094/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, o **PARECER n. 00739/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 20 de setembro de 2022.

CAROLINA SCHERER
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900011951201601 e da chave de acesso b2160731



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 991274774 e chave de acesso b2160731 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-09-2022 09:54. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30622705/visualizar/1645349208-991274774>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 12393/2022/SEL-MCOMProcesso nº: **53900.011951/2016-01.**Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU**, para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ipu/CE**, em atendimento ao Edital nº 96/2015, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015.


ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 22/02/2016, às fl. 63 (0991925), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Marcos Antônio Pereira Pinto
Diretora Administrativa: Maria do Remédio Mororó
Diretora Financeira: Marcos Lopes de Sousa
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Padre Correia, nº 1300 - Centro
Coordenadas geográficas: 04°19'24"S de latitude e 40°42'30"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Padre Correia, nº 1300 - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 22/02/2016.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 3-6 (9471003)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 9- 16 (9471003)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 17-18 (1203323)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 8- 10 (6493553)
5.	Comproverantes relativos à maioridade e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 11-15 (6493553) Fls. 17-18 (9471003)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 24-60 (0991925)
	 provante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 62 (0991925) (10366748)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

Nota Técnica 12393 (10362755)

SEI 53900.011951/2016-01 / pg. 1

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fl. 17-20 (6493553) Despacho Técnico de aprovação: (8209442)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10361968)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10361968)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10361968)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10361968)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10361968)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10362549) (10362543)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outras interessadas em executar o Serviço na mesma área:

5.1 Assim, o requerimento da **Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Social do Ipu**, constante no processo nº 53900.076172/2015-61, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências da Nota Técnica nº. 11897/2016/SEI/MC (1136878). A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 22632/2016/SEI-MCTIC (1333092), encaminhada pelo Ofício nº 33767/2016/SEI-MCTIC (1333100), recebido em 21/09/2016 (1403505). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (1571617) e comunicado à entidade pelo Ofício nº 48574/2016/SEI-MCTIC (1571669), recebido em 30/12/2016 (1627861).

5.1 O requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE VÁRZEA DO JILÓ**, constante no processo nº 53900.013590/2016-29, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências da Nota Técnica nº. 11875/2016/SEI/MCTIC (1136596). A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 32486/2016/SEI-MCTIC (1543062), encaminhada pelo Ofício nº 47101/2016/SEI-MCTIC (1543109), devolvido pelos Correios e notificada via Edital de Notificação de 25 de julho de 2017, publicado no DOU em 26 de julho de 2017 (2076571). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM 8217398).

5.1 O requerimento da **Associação Pró-Cultura e Cidadania da Várzea do Jiló**, constante no processo nº 53900.011939/2016-98, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a entidade interessada possui vínculo político. A entidade foi notificada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 20076/2016/SEI-MCTIC (1284701), encaminhada pelo Ofício nº 30245/2016/SEI-MCTIC (1284738), recebido em 29/08/2016 (1377522). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (1571507) e comunicado à entidade pelo Ofício nº 48569/2016/SEI-MCTIC (1571523), recebido em 05/01/2017 (1646679).

ENTIDADES CONCORRENTES		
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO
53900.076172/2015-61	Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Social do Ipu	A entidade interessada não cumpriu com solicitação feita pelo Ministério das Comunicações.
53900.013590/2016-29	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE VÁRZEA DO JILÓ	A entidade interessada não cumpriu com solicitação feita pelo Ministério das Comunicações.
53900.011939/2016-98	Associação Pró-Cultura e Cidadania da Várzea do Jiló	A entidade interessada possui vínculo político.

6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG (8209442), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (8212562).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ipu/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10362031).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 30/08/2022, às 12:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal, em 30/08/2022, às 13:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

Nota Técnica 12355 (10362755)

SEI 53900.011939/2016-01 / pg. 2

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10362755** e o código CRC **F98AC4D8**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

- Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.011951/2016-01, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12393/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
- Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
- Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.011951/2016-01, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, inscrita no CNPJ sob nº 12.946.707/0001-74, cuja sede se situa na Rua Padre Correia, nº 1300 - Centro, na localidade de Ipu, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 19 de setembro de 2024.

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se do requerimento da Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de IPU, para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipu/CE, em atendimento ao Edital nº 96/2015, publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2015.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 18 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 19/09/2024, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6100405** e o código CRC **A85E6F7B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Gestão Interna

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 18/2023 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as unidades competentes pelas análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

AMANDA ELER GOUVEA
Assistente SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Eler Gouvea, Assistente**, em 19/09/2024, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6100849** e o código CRC **6F0F1267** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.011951/2016-01

Nota SAJ - Radiodifusão nº 3 / 2025 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU
Assunto:	Serviço de Radiodifusão Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo nº:	53900.011951/2016-01

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.011951/2016-01, com **outorga** expedida por meio da **Portaria MCOM nº 7.104/2022** para exploração do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO DE IPU**, CNPJ nº 12.946.707/0001-74, na localidade de **Ipu/CE**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial o **ato** do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.

Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão [4]. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.011951/2016-01, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 06/02/2025, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 06/02/2025, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/02/2025, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 07/02/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6339335** e o código CRC **D64A5028** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.104, de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ipu, Estado do Ceará.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 189, de 19 de fevereiro de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 7.104, de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ipu, Estado do Ceará.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

MARIA CLARA OLIVEIRA SANTOS
Secretária Adjunta de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Oliveira Santos, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 20/02/2025, às 06:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 20/02/2025, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6445109** e o código CRC **A8FECD3C** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MENSAGEM Nº 189

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 7.104, de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ipu, Estado do Ceará.

Brasília, 19 de fevereiro de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIZ INACIO LULA DA SILVA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6445256) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 20/02/2025, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6445409** e o código CRC **56F8FB8E** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 6445409



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 232/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.104, de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião de Ipu, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ipu, Estado do Ceará.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/02/2025, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6446079** e o código CRC **6ED0A115** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.011951/2016-01

SEI nº 6446079

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e>

c7a7de74-a63c-4248-84c0-dafabc019a8e